

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVÁÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**EDNA MARA ROSA DOS SANTOS CRUZ PESSOA**

**ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL NO COLÉGIO  
ESTADUAL DE PARANAVÁÍ (1950 – 1980)**

**EDNA MARA ROSA DOS SANTOS CRUZ PESSOA**

**PARANAVÁÍ**

**2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL NO COLÉGIO  
ESTADUAL DE PARANAVAÍ (1950 – 1980)**

**EDNA MARA ROSA DOS SANTOS CRUZ PESSOA**

**PARANAVAÍ  
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL NO COLÉGIO  
ESTADUAL DE PARANAÍ (1950 – 1980)**

Dissertação apresentada por Edna Mara Rosa Dos Santos Cruz Pessoa, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaíba, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino. Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra: Márcia Marlene Stentzler

**PARANAÍ**

**2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rosa dos Santos Cruz Pessoa, Edna Mara  
Ensino e Formação Técnica Profissional no Colégio Estadual de Paranavaí (1950-1950) / Edna Mara Rosa dos Santos Cruz Pessoa. -- Paranavaí-PR, 2024.  
186 f. : il.

Orientador: Márcia Marlene Stentzler.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino: "Formação Docente Interdisciplinar") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Educação no Paraná. 2. Colégio Estadual de Paranavaí. 3. Ensino de 2º Grau. 4. Ensino Profissionalizante. I - Stentzler, Márcia Marlene (orient). II - Título.

EDNA MARA ROSA DOS SANTOS CRUZ PESSOA

**O COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ: ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICA  
PROFISSIONAL, ENTRE 1950 E 1980**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dra: Márcia Marlene Stentzler (Orientadora) – UNESPAR

Prof. Dr. Ederson Prestes Santos Lima – IFPR

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Merling Murguia Moré - UCLV / Cuba

Resultado: Aprovada.

Data:

30/09/2024

Dedico essa conquista primeiramente a Deus, e a todos aqueles que dela participaram, direta ou indiretamente. E, em especial, a todos que depositaram fé em mim, mesmo nas ocasiões em que eu mesmo duvidei. Este trabalho é resultado de uma trajetória que não realizei sozinha.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo precioso dom da vida.

A meus pais, agora em memória, por seus exemplos de força, fé e determinação.

Ao meu esposo e filhos, que sempre estiveram ao meu lado, pelo apoio incondicional, incentivo e pela paciência em relação à minha ausência durante os momentos de estudo.

Aos meus irmãos e demais familiares, com destaque para meus tios Enis Santos e sua esposa Maura Martins dos Santos, pela colaboração e por compartilharem suas lembranças da infância e juventude que datam da década de 1950 e 1960.

Expresso minha sincera gratidão à Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Marlene Stentzler, minha orientadora. Sua disponibilidade, afeto, respeito e compreensão foram essenciais para mim; suas lições de coragem, paciência e ternura nos períodos desafiadores são verdadeiramente memoráveis. Sou imensamente grata pelo seu apoio contínuo; sua crença no progresso deste trabalho foi fundamental; sem sua orientação, minha conquista não teria sido possível.

Agradeço aos professores Dr. Adilson Ribeiro de Oliveira e Dr. Ederson Prestes Santos Lima pela participação na banca de qualificação e à professora Dra. Merling Murguia Moré que juntamente com o Dr. Ederson prestes Santos Lima participaram da banca de defesa. Suas contribuições foram fundamentais para finalizar esta pesquisa.

Aos docentes do PPIFOR - *Campus* Paranavaí, por compartilhar o conhecimento e preciosas experiências ao ministrarem as aulas contribuindo direta ou indiretamente para a pesquisa.

À equipe diretiva, Diretor Daniel Buniotti, e Diretora Auxiliar Odite Sbrussi Rasmussen, companheiros de gestão, pelos incentivos e apoio nesta trajetória.

Aos professores e agentes educacionais I e II do Colégio Estadual de Paranavaí, expresso minha profunda gratidão pela colaboração imprescindível ao fornecer acesso a informações relevantes que enriqueceram significativamente este trabalho.

Agradeço aos servidores do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí pelo suporte oferecido com destaque ao setor de Documentação e Estrutura.

A Câmara Municipal de Paranavaí, pela colaboração que permitiu o acesso ao acervo documental do município, essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às professoras Dalva Sordi e Neuza Sanches Kulevicz e ao senhor Mário Hélio Lourenço de Almeida, este último in memoriam, pelas memórias compartilhadas que auxiliaram na compreensão do contexto histórico da instituição nas décadas de 1960 e 1970.

Ao Prof. Romeu Bogoni, cuja disposição incansável em me ouvir quase diariamente sobre a pesquisa foi crucial para encontrar fontes indispensáveis ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas do mestrado pela parceria colaborativa, especialmente à Renata Pereira Garcia Burdin.

À minha amiga Helen Cristina de Oliveira, pelo incentivo constante, apoio suporte durante este processo.

Finalmente, expresso minha mais profunda e sincera gratidão a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

Cada gesto, palavra e apoio foram fundamentais nessa trajetória. Este estudo não representa apenas uma conquista acadêmica, mas sim o resultado de um esforço coletivo, repleto de incentivos e trocas.

Creio que o conhecimento, quando desenvolvido em colaboração, adquire um valor e um poder transformador ainda maiores.

Levo comigo todas essas experiências e aprendizados, com a expectativa de que este trabalho possa oferecer contribuições valiosas, assim como tantos colaboraram para sua efetivação.

*Pobre do povo que não procura preservar a sua memória. Não se constrói uma grande civilização sem o respeito ao passado. Tudo que existe no presente é fruto de um trabalho realizado durante muitos anos, com muito esforço, com muita abnegação.*

**Benedito Pinto Dias.**

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Localização de Paranavaí, distância das principais cidades do Paraná ...	32
Figura 2 - Mapa Ilustrativo das Capitanias Hereditárias 1534 – 1536.....	35
Figura 3 - Reduções Jesuíticas do Guairá.....	36
Figura 4 - Caminho do Peabiru.....	40
Figura 5 - Caminhos de Tropas nos séculos XVII e XIX.....	41
Figura 6 - Ocupação do Norte e Oeste do Paraná.....	43
Figura 7 - Gleba Pirapó .....	46
Figura 8 - Fazenda Ivaí, 1938.....	48
Figura 9 - Planta Urbana do Patrimônio de Paranavaí .....	50
Figura 10 - Padre João Guerra.....	53
Figura 11 - Igrejinha (1944) .....	53
Figura 12 - Cidade de Paranavaí, 1949.....	54
Figura 13 - Cidade de Paranavaí, 1955.....	55
Figura 14 - Cidade de Paranavaí 1980.....	59
Figura 15 - Articulação entre os níveis de ensino segundo .....	71
Figura 16 - Colégio Estadual do Paraná, Curitiba, 1950.....	79
Figura 17 - Decreto nº 6.373 de 29 de outubro de 1956.....	85
Figura 18 - Instalações do Colégio Estadual de Paranavaí em 1959.....	86
Figura 19 - Orientações sobre o serviço médico.....	89
Figura 20 - Orientações sobre o Gabinete Dentário .....	90
Figura 21 - Chegada do Governador Bento Munhos da Rocha Neto a Paranavaí ....	92
Figura 22 - Gráfico de Evolução de Matrícula - 1955 a 1966.....	94
Figura 23 - Finanças Públicas de Paranavaí.....	95
Figura 24 - Cidade de Paranavaí em 1958.....	95
Figura 25 - Estudantes Colégio Estadual.....	96
Figura 26 - Quadros demonstrativos.....	99
Figura 27 - Gráficos demonstrativos .....	101
Figura 28 - Variável – População Município de Paranavaí (1970 – 1980) .....	102
Figura 29 - Variável – População Município de Paranavaí (1970 – 1980) .....	104
Figura 30 - Matrículas ano de 1974 .....	106
Figura 31 - Metas da Administração .....	112
Figura 32 - Curso para Agente de Defesa Animal .....	116
Figura 33 - Curso para Assistente de Administração .....	118

Figura 34 - Curso para Desenhista de Arquitetura.....	120
Figura 35 - Curso para Auxiliar de Enfermagem - Colégio Estadual de Paranavaí.	122
Figura 36 - Curso de Magistério .....	124
Figura 37 - Curso de Redator Auxiliar.....	128
Figura 38 - Curso de Auxiliar em Patologia Clínica.....	129
Figura 39 - Educação Técnica Manual .....	131
Figura 40 - Educação Técnica Manual .....	133
Figura 41 - Criação dos Limites do município de Paranavaí, 1951 .....	168
Figura 42 - Parecer 170/74.....	169
Figura 44 - Parecer 002/79.....	170
Figura 45 - Resolução 7.740/84.....	171
Figura 46 - Decreto nº 2777.....	172

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Criação do Ginásio de Paranavaí .....	22
Quadro 2 - A Reforma de Francisco Campos .....	24
Quadro 3 - Leis Orgânicas do Ensino (1942 – 1946).....	25
Quadro 4 - Fontes localizadas no arquivo do CEP e utilizadas nesta pesquisa.....	27
Quadro 5 - Formação das comunidades regionais do Paraná.....	39
Quadro 6 - Desmembramento Histórico e Político Região de Paranavaí 1857 1951 .....	49
Quadro 7 - Percentuais de 1973 a 1977 .....	100
Quadro 8 - 1º Livro Ata dos Exames de Admissão de 1954 a 1961 (1º época) .....	179
Quadro 9 - 2º Livro Ata dos Exames de Admissão de 1961 (2º época) a 1967 (2º época) .....	180
Quadro 10 - 3º Livro Ata dos Exames de Admissão de 1967 (2º época) a 1971 .....	181
Quadro 11 - Relação de Diretores do Colégio Estadual de Paranavaí – EFMNP – 1955 - 1988 .....	183

## LISTA DE SIGLAS

<b>CEE</b>	Conselho Estadual de Educação
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>GECEP</b>	Grêmio Estudantil Colégio Estadual de Paranavaí
<b>CELEM</b>	Centro de Línguas Estrangeiras e Modernas
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CEP</b>	Colégio Estadual de Paranavaí
<b>DESG</b>	Diretoria de Educação de Segundo Grau
<b>EAA</b>	Escolas de Aprendizes e Artífices
<b>EF</b>	Ensino Fundamental
<b>EFMNP</b>	Ensino Fundamental Médio Normal Profissional
<b>FAFIPA</b>	Faculdade de filosofia Ciências e Letras de Paranavaí
<b>IFCT</b>	Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia
<b>PPIFOR</b>	Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PSS</b>	Processo Seletivo Simplificado
<b>PROEM</b>	Programa de Expansão Melhoria e Inovação Ensino Médio do Paraná
<b>SEED</b>	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>UNESPAR</b>	Universidade Estadual do Paraná Campus de Paranavaí

PESSOA, Edna Mara Rosa dos Santos Cruz. **Ensino e formação técnica profissional no Colégio Estadual de Paranavaí, entre 1950 e 1980**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientadora: Márcia Marlene Stentzler. Paranavaí, 2024.

## RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranavaí, região noroeste do estado do Paraná. Objetiva compreender a trajetória do Colégio Estadual de Paranavaí - EFMNP (CEP) na oferta de cursos técnicos de nível médio para a profissionalização de jovens e adultos. Delimita-se entre 1954, quando o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto assinou a Lei nº 1084 de 8 de abril, criando o Ginásio Estadual na cidade de Paranavaí e 1984, ano em que foi autorizado o funcionamento do Curso Propedêutico pelo Parecer nº 0365 da Diretoria de Educação de Segundo Grau (DESG). (PARANÁ, 1954; 1984). Esta instituição de ensino foi referencial regional para a formação de várias gerações de jovens trabalhadores, por meio dos cursos técnicos. Suas atividades se iniciaram com o curso ginasial em 1955 e na década de 1960 foi transformada em Colégio, ofertando cursos técnicos e atraindo um grande número de jovens estudantes que buscavam uma profissionalização. Dessa forma, a pesquisa aborda aspectos da história do município de Paranavaí e região, e do Colégio Estadual de Paranavaí, inter-relacionando aspectos sociais em âmbito macro e micro histórico. Contextualizamos a formação técnica como parte da formação educacional e das políticas públicas para essa área, entretecendo os âmbitos nacional, estadual e local. Por fim, a pesquisa analisa os cursos técnicos ofertados pela instituição no período delimitado neste estudo, com base em documentos históricos, registros escolares localizados no arquivo da instituição, fotografias e notícias de jornal, considerando as representações sociais construídas sobre essa escola. No âmbito da metodologia é uma pesquisa qualitativa, de cunho sócio histórico. Realizamos análise documental, bibliográfica e pesquisa de campo nos arquivos da instituição e no jornal diário do Noroeste, entre outros. Para essa investigação nos embasamos principalmente em Marc Bloch (2001), Augustin Escolano (2017), Jacques Le Goff (1990), Nosella e Buffa (2013), Caires e Oliveira (2016), Cordão e Moraes (2017), Warde (1977), Saviani (2021), Manfredi (2016). A pesquisa tem caráter descritivo, de cunho bibliográfico e para a coleta de dados documentos, fotografias, cadernos, livros de registros, livros didáticos, dentre outros. Esta instituição detém caráter relevante no contexto sócio-histórico-econômico no qual está inserida, logo, ao se estudar a história deste Colégio, lançamos um devido olhar sobre a própria história da região noroeste do estado e do desenvolvimento da cidade de Paranavaí, bem como, as contribuições sociais, culturais e formativas do Colégio Estadual de Paranavaí EFMNP, junto à comunidade local.

**Palavras-chave:** Educação no Paraná; Colégio Estadual de Paranavaí; Ensino de 2º Grau; Ensino Profissionalizante.

PESSOA, Edna Mara Rosa Dos Santos Cruz. **Ensino e formação técnica profissional no Colégio Estadual de Paranavaí, entre 1950 e 1980.** 183 f. Dissertation (Master's In Teaching) - Paraná State University - Paranavaí Campus. Advisor: Márcia Marlene Stentzler. Paranavaí, 2024.

### **ABSTRACT**

This dissertation was developed in conjunction with the Postgraduate Program in Teaching: Interdisciplinary Teacher Training (PPIFOR) of the Paraná State University (Unespar), Paranavaí campus, northwest region of the state of Paraná. It aims to understand the trajectory of the Paranavaí State College - EFMNP (CEP) in offering high school technical courses for the professionalization of young people and adults. It is delimited between 1954, when Governor Bento Munhoz da Rocha Neto signed Law No. 1084 of April 8, creating the State Gymnasium in the city of Paranavaí and 1984, the year in which the operation of the Propaedeutic Course was authorized by Opinion No. 0365 of the Secondary Education Directorate (DESG). (PARANÁ, 1954; 1984). This educational institution was a regional reference for the training of several generations of young workers, through technical courses. Its activities began with a high school course in 1955 and in the 1960s it was transformed into a school, offering technical courses and attracting a large number of young students seeking professional training. Thus, the research addresses aspects of the history of the municipality of Paranavaí and the region, and of the Paranavaí State School, interrelating social aspects at a macro and micro historical level. We contextualize technical training as part of educational training and public policies for this area, interweaving the national, state and local levels. Finally, the research analyzes the technical courses offered by the institution in the period delimited in this study, based on historical documents, school records located in the institution's archives, photographs and newspaper articles, considering the social representations constructed about this school. In terms of methodology, this is a qualitative research, of a socio-historical nature. We conducted documentary and bibliographic analysis and field research in the institution's archives and in the *Noroeste* newspaper, among others. For this research, we based ourselves mainly on Marc Bloch (2001), Augustin Escolano (2017), Jacques Le Goff (1990), Nosella and Buffa (2013), Caires e Oliveira (2016), Cordão e Moraes (2017), Warde (1977), Saviani (2021) and Manfredi (2016). The research is descriptive, bibliographical in nature, and for data collection, documents, photographs, notebooks, record books, textbooks, among others, are used. This institution has a relevant character in the socio-historical-economic context in which it is inserted, therefore, when studying the history of this school, we take a close look at the history of the northwest region of the state and the development of the city of Paranavaí, as well as the social, cultural and formative contributions of the Paranavaí State School EFMNP, together with the local community.

**Keywords:** Education in Paraná; Paranavaí State School; High School Education; Vocational Education.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Percurso histórico da pesquisadora: as Ednas em mim .....	16
1.2 A pesquisa .....	21
<b>2 ORIGENS DE PARANAÍ / PR .....</b>	<b>31</b>
2.1 Marcas do passado .....	33
<b>3 ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>60</b>
3.1 Aspectos históricos da educação profissional no Brasil entre 1950 e 1980 .....	62
3.2 A educação técnica e profissional no Paraná .....	74
3.3 A educação profissional no Colégio Estadual de Paranaíba .....	83
<b>4. O COLÉGIO NA VIDA DA COMUNIDADE .....</b>	<b>91</b>
4.1 Memórias do Colégio Estadual de Paranaíba .....	92
4.2 Matrículas, desistências e transferências em Cursos Técnicos (1974 – 1977) .....	104
4.3 Memórias e representações produzidas pela instituição .....	111
4.3.1 Curso para Agente de defesa sanitária animal .....	114
4.3.2. Curso para Assistente de Administração .....	117
4.3.3 Curso para Desenhista de Arquitetura .....	119
4.3.4 Curso para Auxiliar de Enfermagem .....	121
4.3.5 Curso de Magistério .....	123
4.3.6 Curso para Redator Auxiliar .....	127
4.3.7 Curso para Auxiliar em Patologia Clínica .....	128
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>174</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Percurso histórico da pesquisadora: as Ednas em mim**

Ao dar início à escrita desta pesquisa, cuja temática é a trajetória histórica do Colégio Estadual de Paranaíba (1955-1994), o acesso à escolarização e as relações escola e comunidade, peço licença ao leitor para apresentar a minha história e memórias da infância na cidade de Planaltina, na Região Noroeste do Estado do Paraná, município é próximo à Paranaíba. Atualmente resido em Paranaíba, e atuo como professora da educação pública na Escola Municipal Hermeto Botelho – Ensino Fundamental Anos Iniciais (EF) e no Colégio Estadual de Paranaíba – Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, Normal e Profissional (EFMNP), doravante denominado Colégio Estadual de Paranaíba.

Considero a narrativa sobre minha trajetória pessoal relevante, pois apresenta aspectos semelhantes à história de muitos sujeitos sociais, que diariamente batalham para alcançar um lugar ao sol do pertencimento e aos direitos sociais amplamente negados, em particular às mães e mulheres trabalhadoras. O sonho de me tornar pesquisadora faz parte de minha trajetória pessoal. Foi visto várias vezes como inalcançável, diante dos desafios impostos à uma família de trabalhadores informais, com pouca escolaridade, relações sociais e econômicas não muito estruturadas.

A pesquisa sobre a história do Colégio Estadual de Paranaíba remeteu à minha história pessoal, às minhas raízes, uma vez que sou neta de um dos pioneiros do município de Paranaíba, o Sr. José Manuel do Santos, conhecido por ‘Seu Zé Pasteleiro’, que por aqui chegou vindo do Rio de Janeiro entre 1950 e 1951 com a esposa, Honorina Rosa dos Santos e seis filhos.

Honorina, minha avó, não sabia ler e escrever. A sua filha caçula (que seria minha mãe) ainda era bebê e seu nome era Gerci Rosa dos Santos. Assim como tantos outros trabalhadores daquele período ele foi atraído para a região pela propaganda sobre as promissoras terras desta região em desenvolvimento. Meu avô se estabeleceu com a família na fazenda do senhor Deusdete Ferreira de Cerqueira, onde plantou café. O deslocamento do Rio de Janeiro até à fazenda foi custeado pelo dinheiro de herança recebida por minha avó materna, conforme relatos de minha avó e de minha mãe, ambas falecidas.

O meu avô, Zé dos Santos, mais conhecido como 'Seu Zé Pasteleiro' e Dona Honorina, criaram seus filhos trabalhando na roça de café. Essa era uma realidade muito comum para as crianças daquele período. Como era de costume na época, os três filhos homens tiveram oportunidades para estudar na cidade. Todavia, para as três meninas, aprender a escrever o nome e cursar algumas séries iniciais era o suficiente. Foi assim que minha mãe cresceu. Quando mocinha se casou, tendo instrução equivalente ao 4º ano do Ensino Fundamental. Ela me contava que gostava de estudar, mas não foi permitido que continuasse. Ela aprendeu os afazeres domésticos e trabalhou em casa de família, como empregada doméstica. Por ser menina e pelas condições socioculturais, a perspectiva de futuro era limitada para as mulheres.

Meu pai, Sr. Nilson de Oliveira Cruz, embora também oriundo do Estado do Rio de Janeiro não era carioca, como minha mãe, mas fluminense, com perceptível orgulho. Também chegou em Paranavaí menino. Quando jovem, perdeu sua mãe. Era o quarto dos cinco filhos de meus avós paternos. Assim como minha mãe, não teve oportunidade de estudar quando menino, mas ele se interessava em aprender. Quando jovem fez um curso de Relojoeiro por correspondência, pelo Instituto Nacional Brasileiro, conseguindo sua certificação. Após aprender este ofício, ainda solteiro, ele se mudou para Planaltina do Paraná, cidade localizada a 53,6 km de Paranavaí, para onde levou minha mãe após desposá-la. Ele trabalhou como relojoeiro e a minha mãe como costureira, pois ela fez um curso de Corte e Costura antes do casamento. O trabalho deles garantiu nossa criação.

Sou a segunda filha do casal. O primeiro foi um menino e, em seguida nasceram duas meninas. Eu sou a do meio. Minha irmã caçula é quatro anos mais nova. Fomos criados e educados sob a máxima de que deveríamos buscar um futuro melhor através dos estudos. Acreditávamos nisso. Talvez, por ter esta máxima entrelaçada em nossa educação, desde muito pequena, eu já dizia que seria professora. Minha mãe levava tão a sério esse meu sonho de menina que, em uma de suas vindas à Paranavaí, comprou-me um quadro negro de presente com uma caixinha de giz. Eu era, então, a única criança ali da vizinhança a ter um quadro com giz e já ensaiava os meus primeiros passos pela docência.

Também fui uma criança que chorava para ir à escola, mesmo sem ter idade para ser matriculada. Ficou para a minha mãe a dura missão de convencer a

diretora da escola a me aceitar como aluna ouvinte, já que meu irmão, dois anos mais velho, estava devidamente matriculado e eu me recusava a ficar em casa.

Sempre gostei dos livros. Minha mãe incentivava os filhos à leitura. Desde que meu irmão nasceu, ela os comprava. Eram em sua maioria histórias bíblicas, com ilustrações para colorir. Meu irmão não demonstrava muito entusiasmo com os livros, mas eu, mesmo sem saber ler, recontava as histórias ouvidas a partir dos desenhos. Me recordo com o coração cheio de saudade, pois estas memórias fazem parte de uma infância feliz.

Cresci, em meio aos livros com incentivos e esforços dos meus pais para realizar, através dos filhos, o desejo deles de estudar. Eu tinha dez anos de idade e meu irmão doze, quando minha mãe nos matriculou no curso de violão, na cidade de Paranavaí. Ela foi até o Fórum de Paranavaí e solicitou um documento para que nós pudéssemos viajar desacompanhados de Planaltina do Paraná até Paranavaí, todos os sábados, para aprender violão. Após algumas aulas, minha mãe decidiu trocar meu curso e me matriculou nas aulas de piano. Depois, trocou pelo curso de órgão eletrônico, me explicando que o piano seria um instrumento muito caro, e fora de alcance para nossa realidade familiar. Mas, acabei me formando no curso de teclado, ainda por questões financeiras.

Em minha memória estão vivas as suas palavras: “eu sempre tive o sonho de tocar piano, já que não pude aprender, você vai aprender”. Assim, através de mim, ela tornou realidade um sonho seu. E eu aprendi mesmo, cheguei até a ministrar aulas de música em Planaltina. Fui a primeira professora de teclado daquele município. Eu era convidada a tocar em muitos casamentos. Mas, hoje, após o falecimento da minha mãe, já não toco mais.

Sempre estudei em escola pública. Ao concluir a oitava série eu efetivei a minha matrícula no Magistério noturno do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, na cidade de Planaltina do Paraná, pois assim eu poderia trabalhar durante o dia, vale ressaltar aqui que para aquele contexto, a oferta do curso só existia para o período noturno, assim como o técnico em Contabilidade. Após quatro anos (1996) eu havia concluído o magistério, mas eu não queria mais ser professora.

Em dezembro de 1997 eu me casei com Paulo Sergio Cardoso Pessoa. Ele tinha sido meu colega de classe no magistério e começamos a namorar quando

estávamos no segundo ano do curso. Eu queria continuar os estudos, porém após sete meses de casada eu descobri que estava grávida da Adna, uma menina linda e cujo nome eu havia escolhido quando ainda tinha quatorze anos. De tal modo, o desejo de fazer uma graduação ficou adiado por mais de seis anos, até que minha filha estivesse grande o suficiente para eu poder me ausentar e estudar.

Desempregada e sem recursos para custear um curso preparatório para vestibular, em 2003, percebi uma oportunidade por meio de um projeto da Igreja Batista da Vila Operária. O cursinho era dado por acadêmicos e membros da igreja com formação superior. As aulas eram no Tiro de Guerra de Paranavaí e eu participava quando possível, pois precisava cuidar de minha filha pequena. Meu esposo era motorista de ônibus e viajava. Novamente, emerge minha mãe enquanto grande incentivadora, assim como o meu irmão que também fazia o cursinho. Com isso, eu não desisti e estudei em casa, quando não era possível participar das aulas.

Minha mãe foi a minha grande incentivadora. Ela pagou a taxa de inscrição do vestibular na Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paranavaí, então FAFIPA. Me inscrevi para o curso de Pedagogia e fui aprovada em terceiro lugar. Meu pai ao saber da minha aprovação ficou tão feliz que precisou de atendimento médico hospitalar, com oscilações na pressão arterial. E, mesmo eu não tendo convicção de que era este o curso certo para mim, efetivei a matrícula e iniciei os estudos. Decidi seguir o conselho de minha mãe sobre a escolha do curso: “agora você já sabe como é um vestibular, vai cursando este aí mesmo, e quando chegar no meio do ano, você escolhe outro curso”. Entretanto, apaixonei-me pelo curso e quando chegou o período do vestibular de inverno, eu já não me interessei mais em trocar de curso.

Contudo, no início de abril eu fui surpreendida com a notícia de uma gestação avançada em três meses, bem como a convocação para um concurso no cargo de cozinheira escolar, com carga horária de 40 horas semanais. Ainda que os desafios fossem grandes, resolvi enfrentar e estudar mesmo grávida e com a oportunidade do trabalho novo. Minha gestação evoluiu para uma gestação de risco e entrei em processo de parto prematuro ao completar sete meses de gestação. Mesmo com a licença maternidade, continuei os estudos em casa.

Apesar das dificuldades, conciliei a família, o trabalho e os estudos ao longo dos quatro anos. Minha formatura e colação de grau foi marcada para o dia 13 de março de 2008. Mas neste mesmo dia, às 09h20min da manhã, os meus pais, que vinham para a formatura, acidentaram-se durante o trajeto de Planaltina do Paraná à Paranavaí, vindo a falecer ambos no local. O dia mais feliz da vida para os meus pais, tornou-se o dia mais triste para mim.

Apesar de tudo, eu não desisti. Participei da cerimônia especial de colação de grau e em seguida me inscrevi em uma pós-graduação Lato sensu à distância e gratuita em Educação. Quando a concluí eu voltei à então Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA) e fiz outra especialização em Educação Infantil e Educação Especial. Sou filha desta instituição de ensino, que muito contribuiu para o meu fazer profissional.

Em 2010, assumi um concurso municipal como professora do Ensino Fundamental na Escola Municipal Hermeto Botelho – E.F.I. Em 2013 fiz o concurso do Estado para pedagoga e fui aprovada. Ainda durante o processo do concurso, tive minha primeira experiência na área através do Processo Seletivo Simplificado (PSS). Me interessei, pois, assim eu poderia saber se teria aptidão para essa função. Me identifiquei e me empenhei ainda mais em passar no concurso.

Ainda em 2013, prestei o concurso do Estado para pedagogo, conquistei o 1º lugar na classificação para afrodescendentes do concurso para pedagogos, e o 17º lugar na classificação geral. Assumi como professora pedagoga de carreira em 2015, no Colégio Estadual Leonel Franca, o qual tem pontos de sua história entrelaçada com o Colégio Estadual de Paranavaí, que é objeto de estudo desta pesquisa. Em 2017 ingressei como professora pedagoga na mesma instituição, onde atuo até os dias atuais.

Desde 2022 sou mestranda pelo PPIFOR, curso que é ofertado na mesma instituição pública de ensino superior em que me graduei e fiz curso de especialização, atualmente a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí. A pesquisa que desenvolvo tem relação direta com o meu trabalho e também com a minha história de vida, por meio de meus pais, cuja profissão foi alcançada por um curso técnico profissional, mas sem vínculo direto com a escolarização formal. Essa é uma realidade para inúmeros trabalhadores em diferentes áreas do conhecimento.

## 1.2 A pesquisa

As instituições escolares públicas de educação básica fazem parte de nossa vida e marcam a história da sociedade. Como parte do processo histórico e de desenvolvimento de uma região, essas instituições também se transformam ao longo dos anos. Embora nem sempre estejam presentes nos holofotes da mídia local, ou regional, as suas práticas são reconhecidas. Comumente as instituições tendem a ter mais visibilidade por meio da mídia quando se publicam resultados de avaliações externas, os quais são utilizados como referencial para políticas públicas educacionais, como por exemplo, as relacionadas à alfabetização das crianças, como aludem Luchese, Fernandes e Belusso (2018).

A organização da sociedade perpassa pelo entendimento do papel da escola. Conforme Nosella e Buffa (2005), para estudar as instituições escolares e como elas emergem é preciso perceber as perspectivas e intencionalidades, os delineamentos sobre a educação de uma forma geral. No caso desta pesquisa, buscamos entender o que alicerça o ensino profissional, industrial, técnico e suas habilitações, considerados parte da trajetória histórica da educação técnico-profissional no Brasil. Essas instituições, como parte da sociedade, são filhas do tempo e trazem marcas do contexto político, econômico e social, incidindo na formação dos indivíduos e da própria sociedade. Esta pesquisa trata da história da educação, em âmbito regional, como parte da trajetória educacional brasileira e paranaense.

O Colégio Estadual de Paranaíba iniciou suas atividades na década de 1950, na cidade cujo município tinha sido criado em 1951, pela Lei nº 790, de 14 de novembro (Paraná, 1951). Três anos após, o Estado do Paraná publicou em Diário Oficial, a Lei nº 1.804 de 04 de abril de 1954, criando o então Ginásio Estadual de Paranaíba e autorizando um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00<sup>1</sup> (Um milhão de cruzeiros) (Paraná, 1954). Mas, poucos meses após, o município criou um Ginásio Municipal pela Lei Municipal nº 80 de 03 de julho de 1954 (Paranaíba, 1954), muito embora a ideia do Ginásio Estadual tramitasse no legislativo municipal pelo Anteprojeto de Lei nº 148, 1º de fevereiro de 1954.

---

<sup>1</sup> Corresponde a R\$3.636e-7 (três mil seiscentos e trinta e seis reais) em moeda atual. IGF [www.igf.com.br](http://www.igf.com.br)

De acordo com Bogoni (2020) o primeiro endereço de funcionamento do Ginásio Municipal de Paranavaí foi uma modesta residência de madeira, localizada à rua Minas Gerais, quase esquina com a rua Pernambuco, no centro de Paranavaí. Ali o Ginásio funcionou até 1956, quando passou para a Avenida Rio Grande do Norte nº 1240<sup>2</sup>. O imóvel foi passado para o Estado pela Lei municipal nº 135 de 26 de junho de 1956, com o processo de Estadualização concluído em 19 de outubro de 1956, segundo o Regimento da instituição (Colégio, 2022). Porém, segundo o Projeto Político Pedagógico (Colégio, 2021) o processo de estadualização teria sido iniciado em 1957 e finalizado em 15 de outubro de 1958. Soente um ano depois é que o então Ginásio passa a ser denominado Colégio Estadual, ofertando o Curso Científico. O quadro 1, a seguir, sintetiza sobre os atos legais correspondentes.

Quadro 1 - Criação do Ginásio de Paranavaí

INSTITUIÇÃO	Atos legais de criação
Ginásio Municipal de Paranavaí	Proposição do Anteprojeto Câmara de Vereadores Anteprojeto de Lei nº 148 de 01/02/1954 (Paranavaí, 1954a) Parecer nº 18/54 de 22/04/1954 (Paranavaí, 1954b) Projeto de Lei nº 148 de 16/06/1954 (Paranavaí, 1954c)
	Lei Estadual nº 1.804 de 08/04/1954 DOE nº 32 de 09/04/1954 (Paraná, 1954)
	Decreto de Lei nº 80 de 03/07/1954 cria o Ginásio Municipal de Paranavaí
	Verba especial de \$1.500.000,00 <sup>3</sup> (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para a construção do Ginásio Municipal Ante Projeto de Lei 1967 de 07/6/1954 (Paranavaí, 1954d) Projeto de Lei nº 167 de 30/06/1954 (Paranavaí, 1954e) Lei nº 89 de 20/07/1954 (Paranavaí, 1954f)
	Doação do Prédio e Terreno ao Governo Estadual. Projeto de Lei nº 18/56 de 20/06/1956 (Paranavaí, 1956a) Parecer de 08/06/1956 (Paranavaí, 1954b) Lei nº 135 de 26/06/1956 (Paranavaí, 1954c)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Atos legais, 2023

<sup>2</sup> No local atualmente funciona o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

<sup>3</sup> Corresponde a R\$5.4055e-7 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais) em moeda atual. IGF [www.igf.com.br](http://www.igf.com.br)

A ideia da formação para trabalho alicerça-se no modelo de desenvolvimento da sociedade e se transforma na medida em que o mercado de trabalho se modifica. Escolas dessa natureza estão presentes na realidade brasileira desde a colonização (Nosella; Buffa, 2005), perpassando a história do desenvolvimento do país e sendo moldada de acordo com o contexto político, econômico e social de cada período, refletidos em leis normativas e regulamentações, como o Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, que instituiu a obrigatoriedade do ensino profissional nas “escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União” (Brasil, 1927, s.p.).

A pesquisa de Delgado (2021) assinalou que, em decorrência do avanço de um modo de educação vinculada à política econômica e aos interesses do capital, a educação assumiu um caráter flexível e de adaptação ao sistema. Nessa óptica, as relações sociais estariam relegadas primeiramente a formar um indivíduo apto a servir o sistema produtivo, de acordo com as demandas vigentes, perdendo assim o foco da formação integral.

Fica evidente, neste contexto, o viés adaptativo da educação. Os países começam a analisar se os indivíduos que estão sendo formados estarão aptos a servirem ao seu desenvolvimento econômico. Indagam-se se o fator humano que está sendo formado vai se enquadrar nos valores impostos pelo sistema vigente. Na vigência do modelo taylorista/fordista, as instituições de ensino, mormente as de ensino técnico/profissionalizante, tinham seus currículos pautados pela primazia da especialização; na vigência do modelo toyotista, de organização flexível, as instituições de ensino devem ter seus currículos pautados na ‘desespecialização’, na multifuncionalidade, na polivalência. Os indivíduos (leia-se trabalhadores) devem ser flexíveis, multifuncionais, polivalentes (Delgado, 2021, p. 45).

A educação contribuiria com a formação da identidade social que, por meio das vivências e relações construídas no âmago das instituições escolares visava formar alunos com senso crítico, reflexivo, autônomo, conscientes de seus deveres e direitos, aptos à justiça, à tolerância e ao respeito às diferenças, sobretudo, tendo compreensão da realidade econômica, social e política do país. A pesquisa desenvolvida por Lioti e Stentzler (2021), embora realizada no campo da Educação Infantil, evidencia que o movimento de mudanças sociais “perpassa pela busca das pessoas por melhores condições de vida. A aversão, a censura, a antipatia e a não concordância com determinados fatos sociais levam o sujeito a mudar suas

condições de vida e o seu próprio cotidiano”.

Existe, portanto, uma relação entre a demanda de mão de obra requerida pela sociedade e seus anseios, assim como o percurso histórico e cultural de uma instituição de ensino voltada para a profissionalização. A partir de década de 1930, houve mudanças significativas na escolarização profissional decorrentes de projetos educacionais que alcançaram grande parte do território brasileiro, como aponta Damasceno (2016), com destaque para as reformas de Francisco Campos (1930-1932) e de Gustavo Capanema (1934-1946), embasadas em valores tecnocráticos e interesses econômicos para o país.

Quadro 2 - A Reforma de Francisco Campos

Decreto nº 19.850 – 11/04/1931	Cria o Conselho Nacional de Educação
Decreto nº 19.851 – 11/04/1931	Organiza o ensino superior no Brasil – Adota o Regime Universitário
Decreto nº 19.852 – 11/04/1931	Organiza a Universidade do Rio de Janeiro.
Decreto nº 19.890 – 18/04/1931	Organização do ensino secundário
Decreto nº 19.941 – 30/04/1931	Restabelece o ensino religiosos nas escolas públicas;
Decreto nº 20.158 – 30/06/1931	Organiza o ensino comercial – Regulamenta a profissão de contador.
Decreto no 21.241 – 14/04/1932	Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Fonte: Elaboração da autora com base em Saviani (2021, p. 195-196)

Naquele momento histórico, as Reformas promovidas na estrutura do sistema educacional nacional desabrocharam fortalecidas pelos ideais escolanovistas. De acordo com Ferreira (2010), em um cenário com interesse em fortalecer o Estado como instrumento desenvolvedor político e econômico, frente às transformações modernizadoras da revolução burguesa, em 1930 o então presidente Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, atribuindo-o à Francisco Campos, que por sua vez, estabeleceu os sete decretos oficiais citados no Quadro 2, que foram conhecidos como Reforma Francisco Campos.

Já na década de 1940, tendo Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Cultura, conforme Oliveira e Chaves (2022) surge a Reforma Capanema (1942 – 1946) que se traduziu por uma série de Leis Orgânicas, reestruturando todos os níveis de ensino, conforme o Quadro 3, a seguir. Na terceira seção desta dissertação, desenvolveremos detalhadamente o que esse conjunto de regulamentações representou para o Ensino Médio técnico profissional.

Quadro 3 - Leis Orgânicas do Ensino (1942 – 1946)

Decreto-Lei nº. 4.073 - 30/01/1942	Estrutura o Ensino Industrial.
Decreto-Lei nº. 6.141 – 28/12/1943	Reforma do Ensino Comercial
Decreto-Lei nº. 4.048 – 22/01/1942	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Decreto-Lei nº 4.244 – 09/04/1942	Organiza o Ensino Secundário em dois ciclos: Ginásial (4 anos) e Colegial (3 anos).

Fonte: Elaboração da Autora com base em Nascimento e Santos (2022, p. 195-196)

Por ocasião da criação do Ginásio Estadual de Paranavaí, a legislação atinente a formação técnica se pautava nessas regulamentações da década de 1940. Mas, quando efetivamente o primeiro curso em nível médio profissional de Técnico Experimental de Agricultura foi implantado, em 1967, estava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB), Lei nº 4.024/61, a qual dedicava o terceiro capítulo, artigos 47 a 51, para o ensino técnico industrial, agrícola e comercial. Conforme o parágrafo único do art. 47 “Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino” (Brasil, 1961, s.p.) cabendo, assim, aos estados a regulamentação de outros cursos dessa natureza, não contemplados por esta legislação.

Contudo, foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971) e dos Pareceres do Conselho Estadual de Educação nº 170/74<sup>4</sup> (Paraná, 1974) e nº 69/83 (Paraná, 1983) que foi alterada a denominação para Colégio Estadual de Paranavaí – Ensino de 1º e 2º Graus. A partir de então a instituição

---

<sup>4</sup> Parecer 170/74 – Processo nº 044/74 Câmara Conjunta do Ensino de 1º e 2º Graus – “Aprova o Plano de Implantação do Ensino de 2º Grau, da Unidade Integrada de Ensino da cidade de Paranavaí, constituída pelo Colégio Estadual de Paranavaí, Colégio Comercial Estadual e Escola Normal Colegial “Leonel Franca”, para o ano Letivo de 1974” (CRITERIA, 1974, p. 95).

ofertou vários cursos técnicos como: Assistente de Administração (1974), Secretariado (1974), Redator Auxiliar (1974), Auxiliar de Enfermagem (1974), Desenho e Arquitetura (1974), Agente de Defesa Sanitária Animal (1974), Magistério, Auxiliar de Patologia Clínica (1979), Estudos Adicionais-Curso de Aperfeiçoamento para Professores Alfabetizadores, cursos Propedêutico – Educação Geral, e curso de 1º Grau (1983).

Retomamos, portanto, a Nosella e Buffa (2005) que defendem a necessidade de se entender o percurso de uma instituição de ensino associada a forma como a sociedade incute valores ou exerce domínio sobre a atuação e desenvolvimento de setores sociais. De tal modo, tratar deste aspecto no contexto da instituição escolar não se apresenta como obra fácil de se desenvolver, mas imprescindível em se alcançar.

O recorte desta investigação sobre o Colégio Estadual de Paranavaí - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional (EFMNP) delimita-se entre 1954, quando o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto assinou a Lei nº 1084, de 8 de abril, criando o Ginásio Estadual na cidade de Paranavaí e 1984, ano em que foi autorizado o funcionamento regular do Curso Propedêutico pelo Parecer nº 0365 da Diretoria de Educação de Segundo Grau (DESG). (Paraná, 1954; 1984). Tem como objetivo geral compreender aspectos da trajetória do Colégio Estadual de Paranavaí na oferta de cursos técnicos de nível médio para a profissionalização de jovens e adultos. Como objetivos específicos: a) descrever o contexto histórico de criação do município e do Colégio Estadual de Paranavaí em relação entre a micro e a macro história; b) contextualizar as relações entre a formação técnica, a sociedade e o mundo do trabalho, a partir da escola, em âmbito nacional, estadual e local; c) analisar os cursos técnicos ofertados pela instituição e as representações sociais construídas sobre eles.

No âmbito das fontes documentais institucionais, concordamos com Le Goff (1996) que um tipo único de documentos não é suficiente para conhecer uma determinada realidade. Os documentos que localizamos resultam de seleções e escolhas, pois o “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do

passado” (Le Goff, 1996, p.535). Os documentos são trabalhados conjuntamente com os textos e legislações.

Para sua efetivação partimos de estudos já publicados sobre a temática do ensino profissional, em perspectiva histórica. As fontes utilizadas estão dissertações e teses, destacando-se os estudos de Delgado (2021), Lopes (2021), Santos e Marra (2022), dentre outros, que apontam para uma perspectiva que englobe diferentes aspectos sócio-históricos e educacionais da educação técnico-profissional. Entre os documentos selecionados para essa pesquisa elencamos no quadro 4 os localizados no acervo da instituição durante a realização da pesquisa.

Quadro 4 - Fontes localizadas no arquivo do CEP e utilizadas nesta pesquisa

	Descrição do documento	Ano/Período do documento Localizado
Livro 1 de Registros Posse e Exercício	Livro de elaboração de Atas de posse e Termo de Exercício de funcionários do Colégio de Paranavaí, contendo 50 folhas tipicamente numeradas e rubricadas pela professora Sylvia Ribeiro Guimarães, diretora do Estabelecimento.	1967 - 1983
Livro 2 de Registros Posse e Exercício	Livro de elaboração de Atas de posse e Termo de Exercício de funcionários do Colégio de Paranavaí, contendo 50 folhas tipicamente numeradas, professor Ângelo Sebastião de Andrade, diretor do Estabelecimento.	1970 - 1988
Livro 3 de Registros Posse e Exercício	Livro de elaboração de Atas de posse e Termo de Exercício de funcionários do Colégio de Paranavaí, contendo 88 folhas tipicamente numeradas, diretor do Estabelecimento Delciro Pereira Garrido.	1977 - 1995
Álbum de Fotografias	Álbum de fotos feito em material de papel sulfite encadernado, intitulado “Álbum de Fotografias ano 1955 a 1994” – O material traz diversas fotos dos períodos acima, não apresentando legenda explicativa ou periódica dos eventos.	1955 - 1994
Educação Técnica Manual	Programa do Curso de aperfeiçoamento Técnico-Cultural.  O material apresenta registros que o Curso foi ministrado pelo Professor Silvano Lopes de Castro da Cidade de Campinas/SP. Contém a Proposta do Curso, Roteiros, Programas, fotos das atividades realizadas.	05 a 10/07/1965
Registros de Atividades de Educação Física e Desportos -	Pasta com Ofícios Nº 60/77 de reivindicação de solicitação de uma quadra coberta para a conclusão do Centro Poli Esportivo do Colégio Estadual. Anexo a este ofício Relatório e várias registros em fotos das	1977

Colégio Estadual de Paranavaí	atividades esportivas desde 1986 Diretor Delciro Pereira Garrido 1977	
FEMUP (Festival de Música e Poesia e Concurso Literário de Contos de Paranavaí)	Recorte jornal - Pronunciamento de vereador Rosalvo Leal – A História do Movimento Cultural de Paranavaí	1983-1984
	Cópia Registro de Certidão em Cartório do Centro Artístico Cultural do Colégio Estadual de Paranavaí – CACCEP - Festival de Música e Poesia e Concurso Literário de Paranavaí - 1984	1984
	Cópia do Projeto para Realização do Festival de Música e Poesia e Concurso Literário de Paranavaí – 1986	1986*
	Ofício nº 112/86 - pelo então Prefeito Municipal Pinto Dias ao Governo do Estado através da Secretaria do Estado, solicitando de verbas para os eventos culturais contemplados pelo FEMUP,	1986
Boletim informativo	Boletim Informativo contendo descrição e divulgação das principais características históricas, pedagógicas e os cursos técnicos ofertados.	1981 -1982
Processo de Autorização e Funcionamento de Curso	Pasta contendo documentos avulsos do Processo de Autorização de Funcionamento do Cursos de Técnico em Informática no Colégio Estadual de Paranavaí – Ensino de 1º e 2º Grau. Decreto de Funcionamento nº 2777 – Resolução Nº 3.439/81	20/10/2003
História do Colégio Estadual de Paranavaí 1999	Documento: História do Colégio Estadual de Paranavaí Ensino Fundamental e Médio 1999	1999
Relatórios Finais 1973	Relatórios Finais – contendo a relação de alunos matriculados, desistentes, transferidos, reprovados e aprovados, em 1º e 2º época. Organizados por series / ano/ cursos.	1973
Relatórios Finais 1974	Relatórios Finais – contendo a relação de alunos matriculados, desistentes, transferidos, reprovados e aprovados, em 1º e 2º época. Organizados por series / ano/ cursos.	1974
Relatórios Finais 1975	Relatórios Finais – contendo a relação de alunos matriculados, desistentes, transferidos, reprovados e aprovados, em 1º e 2º época. Organizados por series / ano/ curso.	1975
Relatórios Finais 1976	Relatórios Finais – contendo a relação de alunos matriculados, desistentes, transferidos, reprovados e aprovados, em 1º e 2º época. Organizados por series / ano/ curso.	1976
Relatórios Finais 1977	Relatórios Finais – contendo a relação de alunos matriculados, desistentes, transferidos, reprovados e aprovados, em 1º e 2º época. Organizados por series / ano/ curso.	1977

PPP 2021/222	Projeto Político Pedagógicos dos anos 2021 e 2022. Histórico da Instituição.	2021-2022
Vida Legal	Histórico da Instituição por meio de resoluções, decretos, de todos os cursos ofertados pela Instituição.	2000
Vida Legal	Histórico da Instituição por meio de Atos Oficiais – Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.	1955 - 2022
Regimento	Regimento da Instituição – contendo o Histórico da Instituição	2022
Grades Curriculares	Grades Curriculares dos Cursos com Habilitações Técnicas implementados a partir da Lei nº 5692/71. Magistério, Assistente de Administração, Redator Auxiliar; Auxiliar de Enfermagem, Desenho de Arquitetura, Agente de Defesa Sanitária Animal, e Auxiliar de Patologia.	1974 e 1979

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao longo dos 69 anos de existência, o Colégio Estadual de Paranavaí se transformou e se firmou como *lócus* para a formação profissional no Ensino Médio. Essa disposição em conhecer as relações dessa instituição com a formação para o mundo do trabalho em Paranavaí nos levou a escarafunchar documentos, editos, fotos, jornais os quais as traças e a poeira amarelaram ao longo de quase sete décadas. Revolvemos memórias, dialogamos com pessoas que já saíram daquela ambiência, ou lá ainda trabalham, sobre fatos e eventos que construíram não só aquela instituição de ensino, mas também com a comunidade em seu entorno.

Essas fontes de pesquisa abrem novas possibilidades para a compreensão da organização da educação profissional, em nível médio, em cidades que iniciavam a sua organização, como foi o caso de Paranavaí em meados do Século XX.

Concordamos com Marc Bloch (1976) quando explicita que ao viver em sociedade os homens transformam a natureza, criam instituições. Portanto, cabe ao pesquisador delimitar as origens da transformação, ou seja, reconhecer os “[...] atos humanos, nascidos de necessidades coletivas, e que só uma determinada estrutura social tornou possíveis.” (BLOCH, 1976, p. 27). Os meandros de um percurso histórico denso como foi o da instituição estudada, são perpassados por uma variedade de eventos e fatos. A ciência histórica, portanto, não se limita aos

mecanismos históricos, eruditos investigativos e aos reducionismos de leis e estruturas rígidas, lembra Le Goff (2001).

A intencionalidade dos atos humanos traz consequências. Os resultados só podem ser entendidos e explicados quando a pesquisa consegue abarcar diferentes olhares e possibilidades. Como asseverou Marc Bloch (1976; 2001), ela prescinde da colaboração de outras ciências, como a sociologia, a antropologia e as políticas educacionais. No entanto “[...] cada ciência tem a estética própria de sua linguagem” (1976, p. 29) que em sua essência traduz fenômenos complexos e particulares. Portanto, concordamos com Thompson (1981, p. 101) que investigar o percurso histórico desta instituição justifica-se “não apenas por dar ênfase às narrativas que envolvem uma região, mas por valorizar as acepções que compõem a identidade de uma comunidade”.

Vários são os agentes que fizeram parte dessa construção, mas entre os que ocupavam cargos políticos, como por exemplo, o vereador Loureiro Junior, produziram-se documentos apresentando motivos para a criação de um Ginásio Estadual na localidade, o qual se transformou ao longo dos anos, como abordaremos oportunamente (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1954).

As fontes utilizadas incluem o arquivo da instituição em estudo, documentos da Câmara Municipal, Núcleo Regional de Educação de Paranaíba, Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública Municipal e Biblioteca da Unespar. Também foram analisadas notícias do Jornal Diário do Noroeste e do Blog do Ariocho, além de livros, artigos, dissertações e publicações diversas. Relatos de ex-alunos, profissionais da educação e membros da comunidade complementaram a pesquisa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o parecer nº 5.822.519, em 16 de dezembro de 2022.

A pesquisa foi organizada da seguinte forma, nesta dissertação. Na primeira seção está a introdução onde abordamos aspectos pertinentes a história de vida desta pesquisadora, ao objeto de estudo, a delimitação da temática, a base teórica, aos aspectos legais e metodológicos, bem como sobre as fontes da pesquisa.

Na segunda seção tratamos do contexto histórico da criação do município de Paranaíba/PR como parte de um contexto maior de criação dos municípios no interior do estado do Paraná e de escolas, em particular o Ginásio Municipal de Paranaíba cujo projeto foi apresentado em 08/02/1954 à Câmara de Vereadores,

pelo vereador Loureiro Junior e do Ginásio Estadual de Paranavaí, que se transforma no Colégio Estadual de Paranavaí.

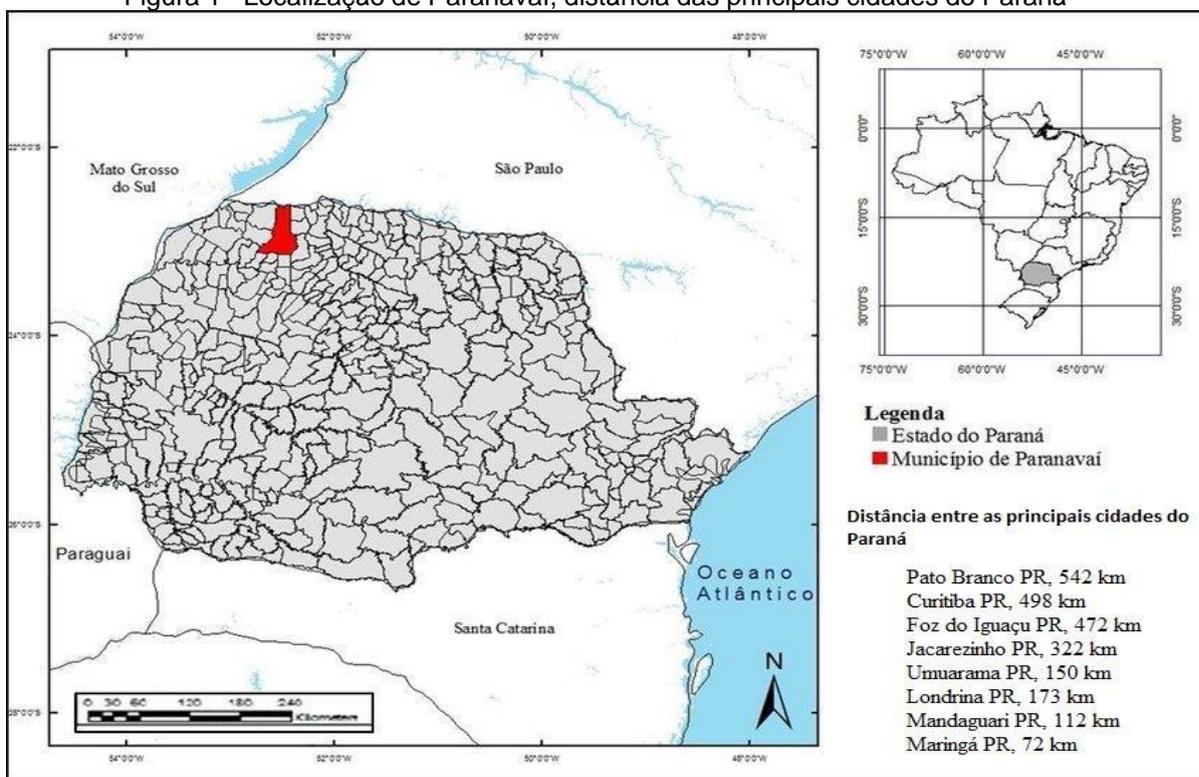
Na terceira seção tratamos do processo histórico do ensino técnico e profissional. Analisamos como esta modalidade de ensino permeia a sociedade brasileira a partir de autores que tratam desta temática, como: Caires e Oliveira (2016); Cordão e Moraes (2005); Costa (2016); Manfredi (2016); Zanlorenzi e Nascimento (2013); Saviani (2021), dentre outros, de maneira a destacar as relações entre o ensino, as políticas públicas e a sociedade, considerando o ensino técnico e profissional em âmbito nacional, estadual e institucional.

Na quarta seção trabalhamos com aspectos da organização didático-pedagógica dos cursos técnicos até 1984, memórias e representações de pessoas que lecionaram ou estudaram no Colégio Estadual de Paranavaí a partir de fontes documentais, notícias do jornal e arquivos de acervos pessoais, de maneira a evidenciar as contribuições do colégio para a formação profissional da juventude e de adultos na comunidade. Pautando esta parte do estudo com autores como: Benito (2017), Bogoni (2020), Silva (2014), Le Goff (2013), dentre outros.

## **2 ORIGENS DE PARANAÍ / PR**

Paranavaí é um município localizado no noroeste do estado do Paraná. Os primeiros indícios do povoamento remontam ao Século XVII, quando povos indígenas habitavam a região. Após a Proclamação da República, o governo brasileiro implementou um sistema de concessão de terras que visava o desenvolvimento do interior do país. Esse sistema foi baseado na concessão de grandes extensões de terras a particulares, a qual deveria ser explorada para fins agrícolas, pecuários ou industriais. Isso atraiu para a região pessoas com os mais variados interesses e muitas famílias de trabalhadores que buscavam um futuro nas plantações de café, especialmente de origem paulista ou mineira.

Figura 1 - Localização de Paranavaí, distância das principais cidades do Paraná



Fonte: Dorigon; Amorim (2017) - Adaptação da Autora.

A história do Município de Paranavaí, mais propriamente, tem início no começo do Século passado, ou seja, por volta de 1920. Naquela época, a região do Vale do Ivaí e do Paranapanema era completamente despovoada, coberta de matas virgens, constituída de terras devolutas de propriedade do Estado. A partir daí que se iniciou o povoamento e a colonização da região, que pertencia à Comarca de Tibagi, e estava em regime de concessão à Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), segundo Silva (2014, p. 33).

O Paraná foi colonizado em três frentes pioneiras: Tradicional, Norte e Sudoeste. A tradicional compreendeu o litoral e a região dos campos gerais, com economia baseada no latifúndio, extrativismo e o tropeirismo. O Norte paranaense em final do Século XIX também tinha como base econômica o tropeirismo e o extrativismo. Mas, a produção de café em terras paulistas sofria com o esgotamento do solo e baixa produtividade, o que levou produtores paulistas e mineiros a se deslocar para a região. No início do Século XX muitas cidades foram criadas na região, sendo uma delas o povoado denominado Fazenda Ivaí, em 1926, marcando o início da ocupação e colonização de Paranavaí, fundamentado na economia cafeeira.

Havia produção de café, criação de gado e exploração de madeira, numa área de aproximadamente 100 mil hectares. A economia cafeeira marcava as relações de produção desde o início da República, em 1889. No final da década de vinte do Século passado, o café foi o principal produto de exportação do país, mas sua produção concentrava-se no estado de São Paulo. De acordo com Bogoni (2020) e Silva (2014), o crescimento da economia cafeeira provocou aumento na demanda por terras no interior do país, associado ao sistema de concessão de terras favoreceu o povoamento da região na primeira metade do Século XX.

Nesta seção, com base em pesquisa bibliográfica em livros, memorialistas e publicações na web, discutimos aspectos da trajetória de criação da cidade de Paranavaí, o contexto social, político e econômico de Paranavaí que marcou a primeira metade do Século XX. Entre as fontes utilizadas estão Silva (2014), Alcântara (1987), Bogoni (2020) e Arioeh (2013a; 2013b), entre outros.

## **2.1 Marcas do passado**

Iniciamos esta subseção a partir dos escritos do prefeito Benedito Pinto Dias *apud* Silva (2014, p. 9), sobre a memória: “Pobre do povo que não procura preservar a sua memória. Não se constrói uma civilização sem o respeito ao passado. Tudo o que existe no presente, é fruto de um trabalho realizado durante muitos anos, com muito esforço, com muita abnegação.” A preservação da memória passa pela pesquisa acadêmica, caracterizando-se como uma tarefa singular que cabe a pesquisadores que investigam as ações humanas em contexto sócio-histórico. Uma pesquisa dessa natureza se efetiva num “espaço construído”, numa “terra habitada da geografia” em que as pessoas vivem num meio, se identificam com ele e protagonizam ações “num determinado espaço”, refletiu Paul Ricoeur (2007, p. 160). Os lugares criam memórias afetivas e existem em relação às pessoas que neles viveram.

As reminiscências fazem parte da vida das pessoas. Elas existem, pois vivemos e dependemos dos outros (Ricoeur, 2007). São construídas nas múltiplas relações que se estabelecem entre os indivíduos, conformando também a memória coletiva. Jacques Le Goff (2003) entende que eventos e circunstâncias marcam a vida das pessoas. Há, contudo, um processo compreensivo de seleção que compõe

a memória histórica, inclusive os atos legais, documentos institucionais condizentes com práticas sociais.

Ao trabalharmos com a história do município e a gênese do processo socioeducativo, para a formação profissional de jovens no Ensino Médio, lançamos mão da memória coletiva e individual. Quanto aos documentos históricos, assevera Le Goff (2003, p. 525) “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” Dependemos de outros pesquisadores para organizarmos o conhecimento, para ampliarmos horizontes investigativos. Silva (2014) ressalta que as histórias precisam ser registradas e as memórias conhecidas para serem passadas de geração em geração. Se isso não ocorrer são apagadas pelo tempo.

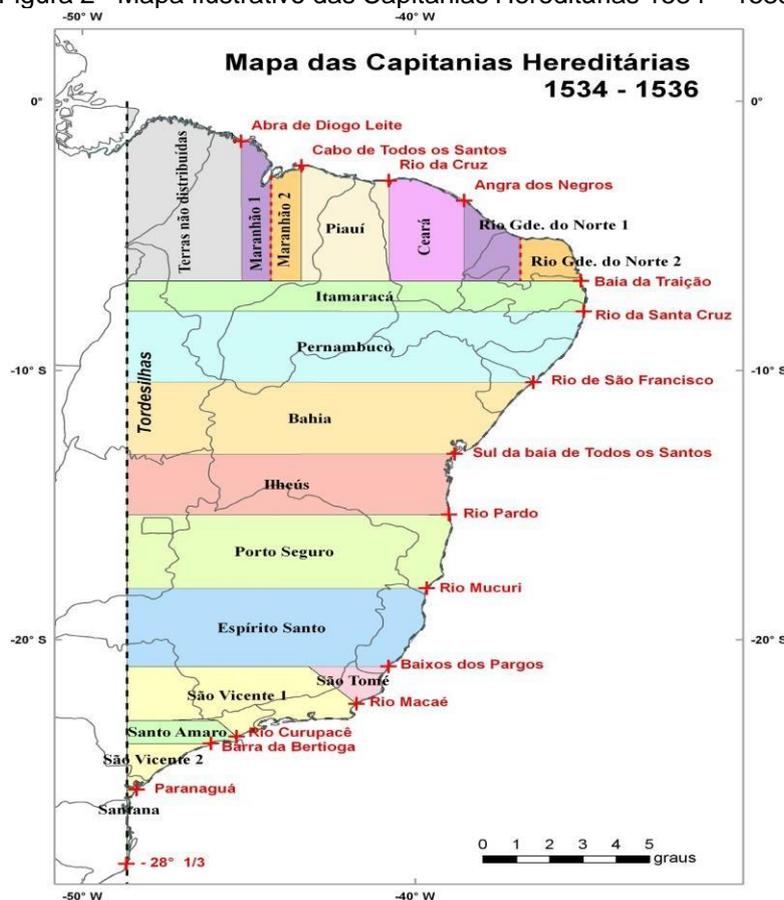
O processo de escolarização em Paranavaí está associado às origens dessa cidade paranaense e o memorialista e jornalista Raul Bogoni (2020), que também foi professor e diretor do Colégio Estadual de Paranavaí escreveu sobre o município de Paranavaí e a região Noroeste do Paraná. Sua obra traz fatos anteriores ao delimitado nesta pesquisa, como sobre as primeiras tentativas de colonização da região Noroeste do Paraná, protagonizadas pelos espanhóis que aqui chegaram provenientes do Paraguai.

Segundo Padis (1981), as terras que hoje fazem parte do estado do Paraná pertenceram inicialmente às capitânicas hereditárias de São Vicente e Santo Amaro; posteriormente apenas a São Vicente. Martim Afonso de Sousa era donatário da Capitania de São Vicente, e Pero Lopes de Sousa donatário de Capitania de Santo Amaro. Ambos os receberam dois quinhões de terras, que provocaram disputas e complicações administrativas entre pretendentes, após a morte de Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa. Com isso, D. João VI terminou com o direito de sucessão das terras, incorporando-as à coroa. Mapa das Capitânicas Hereditárias por Jorge Cintra.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>De acordo com Cintra (2013), as principais modificações propostas, de acordo com o estudioso, referem-se às delimitações das capitânicas do norte, que devem seguir meridianos em vez de paralelos; à peculiar conformação das capitânicas do sul, com linhas direcionadas para o noroeste; à divisão em parcelas das capitânicas de Aires da Cunha e de João de Barros; e à existência de terras ainda não distribuídas. Cintra, (2013, p. 39).

Figura 2 - Mapa Ilustrativo das Capitânicas Hereditárias 1534 – 1536



Fonte: Cintra, (2013, p. 39)

A ocupação do território paraense correu de forma lenta e descontinuada, visto que apenas a partir da segunda metade do Século XVI, os espanhóis iniciaram a ocupação. Vieram do interior para o mar, pois tinham um triplo objetivo como afirma Wachowicz (1972, p. 21): Controlar uma grande quantidade de indígenas; barrar as constantes incursões rumo ao oeste dos limites de Tordesilhas; abrir rotas para alcançar o oceano Atlântico através de Paranaguá. O método civilizatório empregado pelos espanhóis na conquista dos nativos era: *Adelantados* e *Encomiendas*.

As autoridades espanholas encarregavam indivíduos, que possuíam alguns bens e capacidade de conquistarem as terras ocupadas pelos índios. Estes conquistadores eram os “adelantados”, como o foram, por exemplo, Balboa, Pizarro, Pedro de Mendoza, Pero Alvarez Nunez Cabeza de Vaca e muitos outros. Segundo as determinações da Coroa espanhola, a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício pelos adelantados. Em troca, os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços. Chamava-se

“encomiendas” a esse sistema o qual logo degenerou, devido à cobiça dos espanhóis, passando o índio à condição de escravo. Wachowicz (1972 p. 22)

Com o insucesso do sistema de adelantados na subordinação dos indígenas o governo espanhol incumbiu o trabalho aos jesuítas que, apesar da oposição dos adelantados, obtém sucesso em poucos anos, estabelecendo treze núcleos habitacionais chamados de “reduções” em recantos dos vales dos rios Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema, Tibagi, com uma população maior que 100.000 habitantes.

Figura 3 - Reduções Jesuíticas do Guairá



Fonte: Rompatto (2012, p.17)

No entanto, entre os anos de 1628 e 1632, os bandeirantes de São Paulo dizimaram por completo os assentamentos espanhóis na região do Paraná, invadindo os povoados e aprisionando nativos para serem vendidos como escravos nos trabalhos agrícolas.

É indiscutível que, por essa época, a captura do indígena era economicamente bastante compensatória, pois ele alcançava bons preços no mercado paulista. Além disso, consideravam que as bandeiras paulistas, se conseguissem capturar índios aldeados, teriam vantagens financeiras maiores, pois estes possuíam alguma instrução e “certo conhecimento de algum ofício”. É exatamente pelos motivos acima que as expedições paulistas – principalmente comandadas por Manoel Preto, Raposo Tavares e Fernão Dias – invadiram essas reduções, aprisionando índios. O número dessas expedições foi bastante considerável, sendo que Manuel Preto realizou sozinho cinco delas, escravizando milhares de índios que foram vendidos para São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. [...] A ação dos paulistas no aniquilamento da ocupação

jesuíta foi completa e definitiva. Com efeito, destruíram onze das treze reduções indígenas organizadas pelos jesuítas. As que restavam achavam-se desertas à época dos ataques paulistas, pois os missionários as haviam abandonado, obedecendo a ordens superiores, levando consigo cerca de 12.000 índios, que ainda lhes restavam. (Padis, 1981, p. 16-17).

A tentativa espanhola de manter os portugueses a leste da linha de Tordesilhas foi frustrada, pelo menos no sul. A vitória das bandeiras paulistas no território paranaense vai além da mera captura de nativos. O banimento dos jesuítas e a aniquilação de suas comunidades consolidou-se em conquista para os portugueses sobre os espanhóis pelo controle e domínio da região. Resultando em uma vasta região de terras desabitadas e abandonadas que foram incorporadas ao território brasileiro pelos Tratados de Limites de Madrid e Santo Ildefonso.

De acordo com os estudos de Bertani et al. (2012), desde o início do Século XX, companhias do Rio Grande do Sul, adquiriram terras de matas consideradas desocupadas a partir do próprio território do Rio Grande do Sul, seguindo para o Uruguai, oeste de Santa Catarina alcançando o sudoeste e oeste do Paraná. Planificaram e comercializaram em forma de lotes rurais estas terras a agricultores do Rio Grande do Sul (WESTPHALEN, 1987).

Em decorrência destes fatos em 1922, o então Presidente do Estado do Paraná, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, enviou uma mensagem ao poder Legislativo Estadual relatando que mais de quinhentas famílias provenientes do Rio Grande do sul e estados próximos haviam se estabelecidos na região, principalmente de Foz de Iguaçu e Palmas. (Paraná, 1922).

“Com a proclamação da República e a adoção do princípio federativo, pela Constituição de 1891 as terras nacionais devolutas passaram ao domínio dos respectivos Estados. Deste modo, passaram ao Estado do Paraná. As terras da região de Itaipu não apropriadas por proprietários privados até o final do Século XIX”. [...] Inúmeras concessões de terras foram realizadas pelo Governo do Paraná, na conjuntura da Primeira República (1889-1930), a partir da Lei de Terras nº 98/92, ressaltando aquelas realizadas em troca da efetivação de obras públicas, como a construção de estradas de ferro, com a localização de colonos nacionais e estrangeiros nas áreas concedidas. As leis estaduais nº 1147/12 e 1642/16, particularmente possibilitaram a concessão de áreas de 50 mil hectares para projetos de colonização. Deste modo, provocaram intensa movimentação fundiária no Estado. (Westphalen, 1987, p. 06).

Apesar de todo esforço para o povoamento das áreas nacionais despovoadas, a ocupação não aconteceu de forma efetiva. Houve a derrubada de

madeiras de lei e exploração dos ervais. A ocupação definitiva destas terras se deu com as migrações, como afirma (Westphalen, 1981).

O periódico Diário do Noroeste (2021, s.p.), *online*, publicou uma matéria, por ocasião do 69º aniversário de Paranaíba, descrevendo que “[...] 90% do território paranaense figurava na linha perpendicular que nascia à altura de Belém do Pará e descia até além de Paranaguá, as quais pertenciam à Espanha, desse modo, inclusive as terras de Paranaíba.” Por volta do Século XVII chegaram à região os padres jesuítas Antônio Ruiz de Montoya, Dias Taño e Simão Maceta. Mas, as memórias desses tempos de conquista dos colonizadores também promoveram um apagamento das memórias dos povos indígenas, suprimidas pelas narrativas do homem branco, do colonizador. Da Independência ao fim do Império no Brasil, províncias como a do Paraná cresceram impulsionadas pelo cultivo da erva-mate. A Província do Paraná nasceu em 2 de agosto de 1853, pela Lei nº 704 de 29 de agosto, sancionada pelo imperador D. Pedro II. (Paraná, 1853). Quando Zacarias de Góes e Vasconcelos chegou a Curitiba, em 19 de dezembro de 1853, foi efetivamente criada a Província do Paraná, cujo desmembramento tinha sido aprovado há dois meses, pela Câmara dos Deputados. Todavia, a articulação para esse feito começou mais de dez anos antes, quando a administração central era disputada por Conservadores e Liberais, as duas forças políticas do Império do Brasil (Câmara Municipal de Curitiba, 2022).

O novo estado precisava garantir sua ocupação territorial e populacional, a qual está diretamente ligada à possibilidade de desenvolvimento econômico. As atividades econômicas permitem a fixação e o desenvolvimento de uma determinada área, em caráter permanente, escreveu Padis (1981). A economia paranaense esteve ligada diretamente à colonização com a ocupação do território. Westphalen (1987) explica que houveram três comunidades regionais formadas a partir do Século XVII até o Século XX. Sendo aceitável pensar o Paraná em dois períodos bastante distintos: Paraná tradicional e o Paraná moderno.

[...] a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do Paraná tradicional que se esboçou no Século XVII, com a procura do ouro e estruturou-se no Século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação no comércio de gado e, mais tarde, no Século XIX, nas atividades extrativistas e no comércio da erva-mate e da madeira, levando suas fronteiras de expansão até os Campos de Guarapuava e Palmas; e aquelas do Paraná moderno, já no

Século XX, sendo a do Norte do Estado, com migrantes paulistas, mineiros, nordestinos e outros com a agricultura do café, e com a do Sudeste e Oeste do Estado, dos criadores de suínos e plantadores de cereais, vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul. (Westphalen, 1987, p. 5)

Esse movimento humano que marcou a história paranaense pode ser sistematizado conforme o quadro 5, entre os séculos XVII e XX, a seguir:

Quadro 5 - Formação das comunidades regionais do Paraná

Paraná Tradicional	Século XVII	Busca pelo Ouro:
	Século XVIII	Latifúndio campeiro dos Campos Gerais: comércio e criação do gado.
	Século XIX	Extrativismo: comércio da erva-mate e madeira – expansão das fronteiras até os campos de Guarapuava e Palmas.
Paraná Moderno	Século XX	Norte do Estado: Agricultura do Café – migrantes paulistas, mineiros, nordestinos dentre outros.
		Sudoeste e Oeste do Estado: criação de suínos e plantações de cereais – migrantes sobretudo advindos do Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Westphalen, (1987 p. 5)

O ouro encontrado no litoral do Paraná, mais precisamente em Paranaguá, no início do Século XVII, bem como a proximidade geográfica dessas terras com o eixo São Vicente, Rio de Janeiro, Bahia, segundo Cardoso (2007), possibilitou o ingresso do Paraná no sistema colonial mercantil. Quando da escassez do ouro na região de Paranaguá, os moradores abandonaram esta região para migrarem em busca do minério descoberto em Cataguazes e Cuiabá, delegando Paranaguá a situação de pobreza, dependendo das lavouras de subsistência, a exemplo da farinha de mandioca, mantendo mesmo que fracamente o comércio marítimo e a importação de insumos e produtos da Capitania. Da metade do Século XVIII até meados do Século XIX, intensifica-se o transporte de gado vacum<sup>6</sup> e muar<sup>7</sup> do Rio Grande do Sul para a feira de Sorocaba e a região de Minas Gerais.

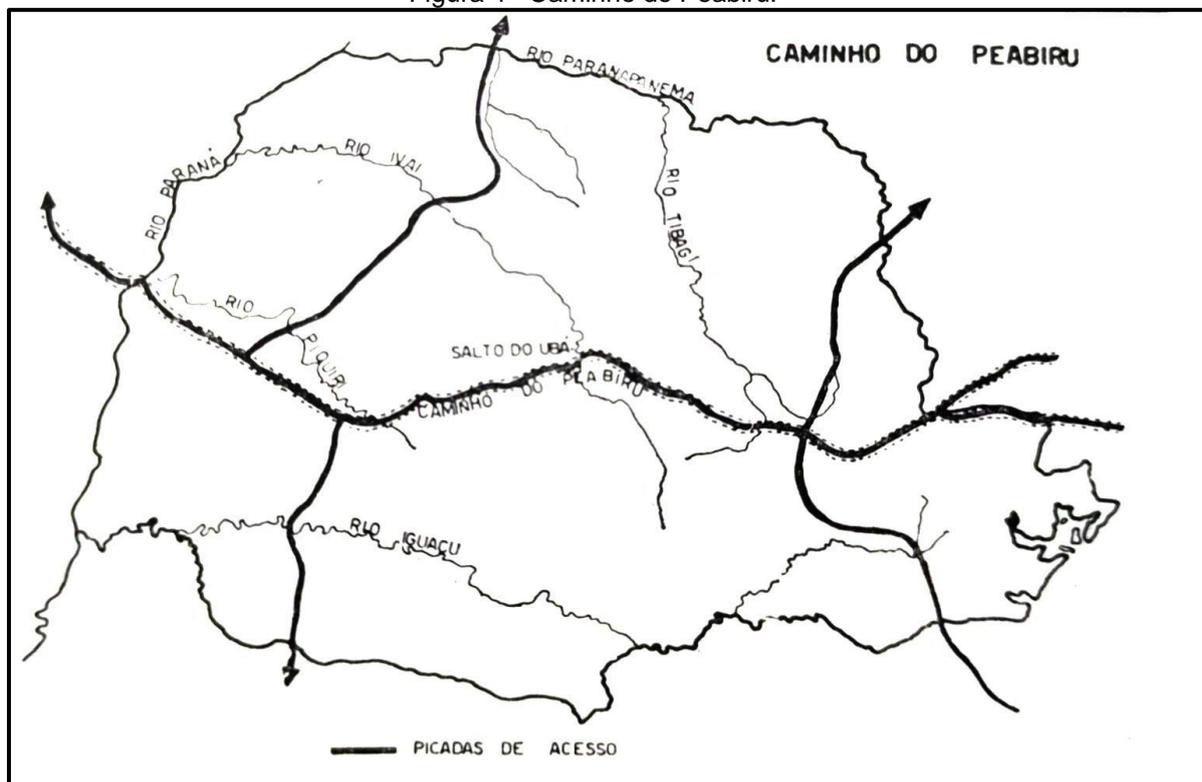
Vale ressaltar que de acordo com Wachowicz (1972), os primeiros caminhos em território paranaense surgiram com os indígenas, foram alargados e utilizados pelos bandeirantes e posteriormente pelos tropeiros, conforme o mapa abaixo.

<sup>6</sup> Vacum – diz-se do gado constituído de vacas, bois e novilhos. Mini Aurélio Século XXI (2000 p. 700).

<sup>7</sup> Muares – diz-se de animais pertencentes a raça do mulo. Mini Aurélio Século XXI (2000 p. 474).

Outro caminho era o de Peabiru que passava por terras paranaenses, ligando o litoral paulista ao Oceano Pacífico, no Peru.

Figura 4 - Caminho do Peabiru.



Fonte: Wachowicz, (1972 p. 70)

O transporte, a criação e a invernagem de gado, conhecida como tropeirismo, foi a principal atividade econômica paranaense do Século XVIII, a qual se esgotou na década de 1870 com a chegada das estradas de ferro. Porém os caminhos e o tropeirismo tem sua contribuição marcada para o desenvolvimento do território paranaense.

Foi o contato íntimo e permanente do tropeiro de Sorocaba, dos Campos Gerais e do Rio Grande do Sul, que conseguiu aproximar os gaúchos do resto do Brasil, impedindo que os mesmos se tornassem castelhanos. [...] A estrada da Mata, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, desempenhou importante papel no progresso do interior paranaense, fazendo surgir inúmeras vilas nos locais de pouso, como Rio Negro, Lapa, Pota Grossa etc., hoje prósperas cidades. [...] o tropeiro unia os lugarejos, levando notícias, introduzindo termos de influência castelhana no nosso linguajar, desenvolvia as vilas, etc. À sua influência, o Paraná muito deve. (Wachowicz, 1972, p. 79)

Figura 5 - Caminhos de Tropas nos séculos XVII e XIX



Fonte: WACHOWICZ (1972, p. 76)

Ainda se tratando do Paraná Tradicional, logo após o início das atividades das estradas de ferro em São Paulo, em 1870, o tropeirismo bem como a economia paranaense a este atrelada, entrou em decadência. Passou-se então a exportação da erva-mate, a base da economia da Província até a década de 1930.

De acordo com Cardoso e Westphalen (1981), a exportação de madeira no território paranaense ainda se mostrava um negócio interessante durante a Segunda Guerra Mundial, mas os lucros alcançados pela produção do café eram mais atrativos. A ocupação do Paraná Tradicional deu-se mais precisamente nas matas de araucárias, zonas de campos e ervais, não alcançando os vales do Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu com suas extensas florestas.

Isto posto, ainda de acordo com os autores supracitados, houve a formação do Paraná Moderno, a partir de dois movimentos populacionais que ocorreram de forma paralela. Ao Norte paranaense observou-se uma impetuosa ocupação, impelida pela cafeicultura. O café participava das exportações paranaenses pelo porto de Paranaguá desde o final do Século XVIII, porém não refletia grandes impactos na economia da região. Essa realidade foi modificada somente ao final do

Século XIX com a ocupação das frentes pioneiras no chamado Norte Velho, em busca de terras para a agricultura cafeeira.

Pode-se considerar que o café de fato entrou como parte relevante para a economia do Paraná no final do Século XIX, pelas mãos de migrantes mineiros e paulistas, resultando em três momentos e regiões distintas: Norte Velho; Norte Novo e Norte Novíssimo. A Colonização do Norte Velho, entre 1860 à 1925, se iniciou na fronteira noroeste paranaense com o estado paulista, até Cornélio Procópio. Partindo de Cornélio Procópio, até o rio Ivaí, temos a colonização Norte Novo entre 1920 e 1950. Situado entre os rios Ivaí e Piquiri, o Norte Novíssimo emerge, entre 1940 e 1960, complementando o notório ciclo do café paranaense, de acordo com Cardoso e Westphalen (1981).

De início, a existência de fertilíssimas terras roxas disponíveis, o clima favorável e o não gravamento do café paranaense pelo regime de quotas, foram condicionantes da intensificação da cafeicultura em território paranaense. [...] Penetravam pelos cursos superior e médio do Itararé e, no decorrer de um Século, o café se estendeu predominantemente em todo o Norte do Paraná, em três zonas sucessivas, as duas últimas com maior impetuosidade face à conjuntura. A primeira, no norte Velho, desde a divisa Nordeste com São Paulo, até Cornélio Procópio, colonizada entre 1860 e 1925; a segunda, do Norte Novo que desde Cornélio Procópio abrange Londrina, prolongando-se até o rio Ivaí, colonizada entre 1920 e 1950; e a última, do Norte Novíssimo, entre os rios Ivaí e Piquiri, colonizada desde 1940, até 1960, sobretudo quando se encerra o ciclo de grande dinamismo da cafeicultura paranaense. (CARDOSO e Westphalen, 1986, p. 10-11).

O mapa abaixo representa graficamente a ocupação do território paranaense bem como as diversas conjunturas e ondas colonizadoras que corroboraram para a formação das comunidades regionais presentes no estado.

Figura 6 - Ocupação do Norte e Oeste do Paraná.



Fonte: Pizzolatto, 2021

Apesar das delimitações regionais para a colonização das terras paranaenses apresentadas até aqui, vale ressaltar que de acordo com Padis (1981), existem divergências entre autores que tratam do tema, pois alguns consideram suas premissas para delimitar as regiões a partir do clima, vegetação ou pluviosidades, já outros consideram os pontos cardeais em relação aos rios Paranapanema, Itararé e Paraná de forma respectiva, e há ainda os que consideram ser os limites demarcados pela presença da terra roxa.

Porém o que não pode ser desconsiderado, ainda de acordo com Padis (1981), é o curto período de tempo em que se deu a ocupação do Norte do Paraná, que em menos de quatro décadas, as consideradas despovoadas e densas matas presentes na região, passaram a representar 34% a população do Estado, compondo um total de 172 cidades.

Ao analisarmos a colonização do Brasil é possível perceber que este movimento se encontra estrategicamente ligado a abertura de estradas e ferrovias, facilitando a exportação de produtos como o café. A construção de ferrovias, por sua vez ligada as grandes concessões de terras, desde os tempos do

Império. Em se tratando das terras do norte paranaense não foi diferente. Este método de transferência de propriedade de terra, através de concessões para companhias colonizadoras, tinha por objetivo principal a construção de ferrovias e a formação de núcleos populacionais.

Buscando focar na região do Estado do Paraná em que se encontra o objeto de estudo deste trabalho, procuraremos mais a região noroeste do estado, popularmente conhecida entre os historiadores do tema como Norte Novíssimo. De acordo com Bogoni, (2020), o Noroeste do Estado do Paraná, onde está o município de Paranvaí, e por sua vez o Colégio Estadual de Paranaíba, objeto deste estudo, foi a última região do estado a ser colonizada.

Para melhor entendimento de como se deu a ocupação desta região do Paraná, retornaremos na história aos últimos dias do Império, quando D. Pedro II, concede ao engenheiro João Teixeira Soares, por meio do Decreto nº 10.432 de 09 de novembro de 1889 a concessão de terras, para a construção de uma estrada de ferro interligando as Províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, à centros econômicos mais desenvolvidos como São Paulo e Rio de Janeiro, modernizando o caminhos da tropas, pelo interior do estado, por meio de trilhos. (Rampatto, 2019).

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande como ficou conhecida, ligaria Itrará, no estado de São Paulo à Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Contava no decreto como forma de pagamento aos trabalho de construção da ferrovia, a concessão de 9 km de terras a cada lado da ferrovia a ser construída pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, criada por João Teixeira Soares, que teve a validade do contrato reconhecida, mesmo após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Comprada em 1908, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, teve suas obras finalizada em 1917, pela Companhia Brazil Railway Company (Rampatto, 2019).

Por meio do Decreto nº 1340 de 10 de abril de 1913, de acordo com Silva (2014, p. 276), o governo paranaense passou a legislar sobre as terras. Porém em 19 de janeiro de 1916, por meio do Decreto nº 11.905, o Governo Federal volta tomar decisões sobre as concessões da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, eliminando a garantia de juros, mantendo no entanto a obrigatoriedade de utilização dos terrenos por um período de 50 anos a partir de 24 de outubro de 1890.

De acordo com Bogoni, (2017), Rompatto e Guilherme, (2019), e Silva, (2014), um novo contrato foi firmado em 08 de setembro de 1917, sob o nº 613, onde o Governo do Paraná reconhece os direitos da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e estabelece a construção de ramais ferroviários a partir de seu tronco principal, autorizando também a companhia organizar empresas para contribuir exclusivamente com projetos de povoamento da região.

Como forma de pagamento, foram concedidas à companhia uma extensa faixa de terras "devolutas" que totalizavam 2.100.000 m<sup>2</sup>, estendendo-se de sudeste a noroeste, incluindo várias glebas, no que compreendiam também na cláusula terceira do Decreto nº 613, terras localizadas no noroeste do Paraná, incluindo a região onde hoje está situado o município de Paranavaí. (Silva, 2014; Bogoni, 2020; Rompatto, 2019; Santos, 2011).

Ao transferir todos os seus direitos em terras para a 'Brazil Railway Company', em 05 de outubro de 1920, representada no Brasil pela Companhia Brasileira de Viação e Comércio S.A (BRAVIACO), efetivou-se a construção dos ramais ferroviários. A transferência de direitos às terras foi reconhecida pelo Governo do Estado do Paraná em 22 de novembro de 1920. (Rompatto e Guilherme, 2019).

Ainda de acordo com estes autores, também estava estabelecido em contrato a viabilização de projetos de colonização e urbanização da região, bem como o retorno das terras devolutas como patrimônio do Estado, em caso de não cumprimento do prazo para a construção dos ramais ferroviário até 30 de abril de 1940. Sendo estes alguns condicionantes observados:

Com este Decreto (613) que deu origem a um novo contrato em 1917, a Companhia fica autorizada a organizar novas empresas ou fazer quaisquer outros contratos com empresas de colonização com o fim exclusivo de aproveitar as terras devolutas que tem direito em serviços de povoamento do solo e colonização. O aproveitamento das terras passa a ser condição *sine qua non* para a garantia da posse das mesmas. (Silva, 2014, p. 278)

A área totalizava 500 mil alqueires, abrangendo terras entre os rios Ivaí e Paranapanema, limitando-se a leste com o rio Pirapó, cuja gleba com o mesmo nome estava localizada no noroeste do estado, junto com as áreas concedidas a Braviaco. Porém parte desta área sobrepunha a outra também com 500 mil

hectares anteriormente doada pelo estado à Companhia Marcondes Industrial Ltda, em 1919. Como forma de resolver este impasse, em 1925, as duas companhias acordaram pela divisão da gleba de terra.

A Braviaco recebeu a Gleba Cantu, localizada no centro-oeste do Estado, cedendo 250 mil hectares, localizados a leste da Gleba Pirapó. Como forma de garantir a posse das terras restantes da Gleba Pirapó sob seu domínio em 1926, a Braviaco iniciou o projeto de colonização da região abrindo 110 quilômetros de estradas de rodagem, ligando a fazenda Ivaí, hoje área urbana do município de Paranavaí à área de encontro entre os rios Pirapó e Paranapanema. (Rompatto, 2019).

Figura 7 - Gleba Pirapó  
**GLEBA PIRAPÓ - 1925**



Fonte: Rompatto e Oliveira (2021)

De acordo com Silva (2014) há um documento histórico, registrado no Livro 3-C do Cartório do Registro de Imóvel da Comarca de Tibagi, que encerra uma importante fase histórico-jurídica na região onde hoje está localizada a cidade de Paranavaí.

Averbação cancelamento nº 262, na transcrição nº 2435 por despacho do M. Juiz de Direito Desta Comarca de Tibagy, Paraná, José Pacheco Júnior, de 31 de março de 1942, na carta precatória em que é Deprecante o Dr. Ernani Guarita Cartaxo, Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda neste Estado e Deprecado o Dr. Juiz de Direito desta Comarca de Tibagy, fica cancelada a transcrição nº 2435, pág. 73 do U 3-C deste Ofício, transcrição essa em que a adquirente a Companhia Brasileira de Viação e Comércio e transmitente o Estado do Paraná, sobre uma área de terras no imóvel Pirapó, com 250.000 hectares [...] neste Estado, que esse

cancelamento é feito em virtude de que foi determinado por sentença de 30 de agosto de 1932, do então Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda, Dr. Antonio Leopoldo dos Santos, cuja sentença foi confirmada pelos acórdãos nºs 9.286 de 20 de setembro de 1933 e 14.242 de 21 de junho de 1940, do Egrégio Tribunal de Apelações deste Estado, não sendo cabíveis mais nenhum recurso qualquer que seja o efeito. Encerrado Tibagi 6 de abril de 1942, Oficial Otávio Camargo Amaral. (Silva, 2014, p. 286).

Em relação à colonização de Paranaíba, Carvalho e Stentzler (2021) escreve que um dos fatores que contribuiu para a chegada de pessoas foi a facilidade de acesso às terras. Com isso, muita gente se deslocou para a região, migrantes que sonhavam com um lugar para construir uma moradia, plantar e assegurar o futuro da família, mas também aventureiros e oportunistas das mais diversas regiões do Brasil, até mesmo assassinos e ladrões vinham para a região, crentes de que encontrariam aqui, um lugar isolado e de muitas riquezas.

Em 1944 foi demarcada a primeira área de terras, denominada 1A, no entorno da sede da antiga Fazenda Brasileira. Motivados pela oferta de lotes a baixos custos e a facilitadas condições de pagamento "levas de colonos plantadores de café deslocaram-se de várias partes do país. A melhoria nas condições das estradas viabilizou uma linha de ônibus ligando a administração central da colônia à cidade de Londrina, facilitando o deslocamento (fluxo) de compradores de terras, influenciando o desenvolvimento local e o surgimento da cidade de Paranaíba. (Bogoni, 2017, p. 209).

O povoado de Montoya, embrião de Paranaíba, foi fundado em 1926, quando a Braviaco iniciou a construção de uma estrada que ligava a Fazenda Ivaí ao Porto São José. O povoado foi batizado em homenagem a José Montoya, um colono espanhol que foi um dos primeiros moradores da região. Fazenda Ivaí foi o nome da fazenda que deu origem à cidade de Paranaíba. Essa informação foi confirmada em 1975, por meio do depoimento do Dr. Joaquim da Rocha Medeiros, engenheiro agrônomo, responsável pela abertura da estrada ligando a Fazenda Ivaí a Presidente Prudente. (Silva, 2014). Antes da confirmação desse nome, ela era conhecida como Fazenda Brasileira. A mudança de nome ocorreu aos poucos, com a chegada de novos colonos e a expansão da região. Portanto, toda vez que se falar em Fazenda Brasileira no período entre 1920 e 1931, deve-se entender como Fazenda Ivaí.

Figura 8 - Fazenda Ivaí, 1938



Fonte: Silva (2014)

Com o passar do tempo, a cidade de Paranavaí cresceu tornando-se um importante centro urbano da região noroeste do estado do Paraná, sendo referência em agricultura, pecuária, indústria e comércio. Silva, (2014) e Bogoni (2020), registram que a Fazenda Ivaí, em seu início, contou com a derrubada da mata, para o plantio de 1.200.000 pés de café e pastagens para rebanho bovino oriundos do Mato Grosso. Havia cerca de 1.400 famílias em 1929, compreendendo proprietários e trabalhadores.

Segundo Bogoni (2020), em 13/04/1929 pela Lei Estadual n. 2665, passou a ser denominada de Vila Montoya, tendo, inclusive um cartório da paz e junta policial. A extinção da Vila Montoya tem a ver com a revolução brasileira de 1930, que atingiu a economia cafeeira das exportações de café, levando o governo revolucionário a confiscar as empresas estrangeiras e as concessões em todo o território brasileiro, a partir do Decreto nº 300/1930 de 3 de novembro, que reincidiu o contrato outrora assinado com a Braviaco. Em seus desmembramentos históricos, político, econômico e temporal, Paranavaí pertenceu a:

Quadro 6 - Desmembramento Histórico e Político Região de Paranavaí 1857 – 1951

Município	Desmembramentos	lei	Data	Instalação	Nomes
Castro <sup>8</sup>	Curitiba	14	21/01/1857	-	-
Tibagi	Castro	259	27/12/1997	27/12/1997	-
São Jerônimo da Serra	Tibagi	1.919	23/02/1920	-	-
Jataizinho	São Jerônimo da Serra	2.614	14/03/1929	10/10/1929	Fazenda Ivaí
Londrina	Jataizinho	2.519	03/12/1934	10/12/1934	Vila Montoya (Distrito Judiciário)
Apucarana	Londrina	199	30/12/1943	28/01/1944	Fazenda Brasileira
Mandaguari	Apucarana	02	10/10/1947	10/11/1947	
Paranavaí	Mandaguari	790	14/11/1951	14/12/1952	Paranavaí

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bogoni (2020)

Em 1933, o interventor Manoel Ribas anunciou o plano de colonização da Fazenda Brasileira, uma área de terras devolutas localizada no norte do Paraná. De acordo com Silva, (2014), o plano previa a doação de lotes de terra a colonos de baixa renda, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região. Os interesses do Governo paranaense sob a égide do interventor Manoel Ribas contrariavam os interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná, que já havia iniciado a colonização da região.

Em 1941, escreve Bogoni (2020), o interventor Manoel Ribas obteve autorização para demarcar as terras da 1ª Gleba Ivaí, oficialização nº 105 de 22/03/1941, elaborando então o projeto de loteamento e colonização através do of. 292 de 26/06/1941. A Fazenda Brasileira 1944, antiga Vila Montoya 1934, teve então seu início em 14 de julho de 1941. Em 1942 inicia-se o trabalho de demarcação territorial a pé, “[...] tendo como referência a localização de todos os moradores do povoado. Pelo fato de a colônia ter surgido sob a égide da cafeicultura, as principais ruas e avenidas foram traçadas visando o escoamento

<sup>8</sup> O município de Castro, foi o primeiro criado após a Província do Paraná ter sido desmembrada da Província de São Paulo, em 19 de dezembro de 1843.

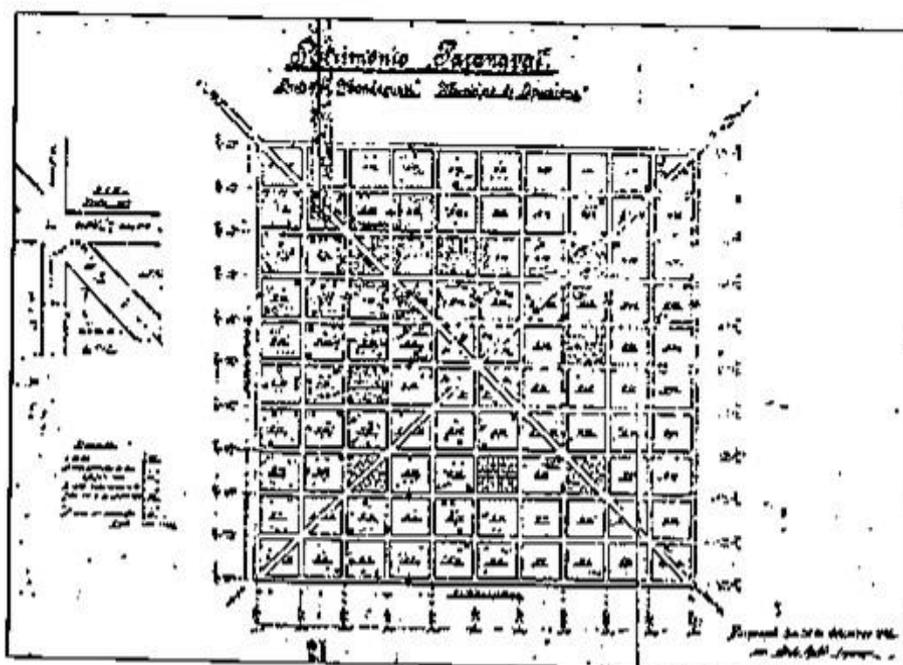
das produções” (Arioch, 2022, *online*). Em 1944 a localidade passou a se chamar Fazenda Brasileira<sup>9</sup>.

Em 13 de julho de 1941 o engenheiro civil Alexandre Gutierrez Beltrão (que fundou também com familiares as cidades de Tamboara, Engenheiro Beltrão e Francisco Beltrão) realizou a primeira reunião das turmas de demarcação da área e no dia seguinte (14/julho/1941) tiveram início os trabalhos, com a colocação do ponto de partida [...]. O local era a esquina da avenida Paraná, rua Sergipe e rua Acre em frente ao atual prédio do Sicredi. Todas as ruas receberam no início denominações dos estados brasileiros. A rua Sergipe mudou para rua Getúlio Vargas em 1955; a Acre para Marechal Cândido Rondon e a av. Paraná continua nos tempos atuais com a denominação inicial. (Bogoni, 2020, p. 205 e 206).

A planta urbana do Patrimônio de Paranaíba, quando este ainda pertencia ao distrito de Mandaguari, que por sua vez pertencia ao município de Apucarana (Figura 9) foi elaborada pelo Agrimensor Alberto Aprkis e aprovada em 30 de setembro de 1945. A imagem possibilita ter uma ideia de como foi a demarcação inicial do então povoado, futura cidade de Paranaíba.

Figura 9 - Planta Urbana do Patrimônio de Paranaíba

### PROJETO DA CIDADE DE PARANAÍBA



Fonte: Bogoni (2020, p. 205).

<sup>9</sup> Fazenda Brasileira foi instalação da sede geral dos imóveis da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, BRAVIACO. Silva (2024, p. 264).

Durante o período de formação dos primeiros assentamentos na Colônia Paranaíba, as contribuições de sacerdotes vinculados a irmandades católicas foram essenciais para a educação e religiosidade da população local. Entre esses sacerdotes, destaca-se João Guerra, que, oriundo da Alemanha, chegou à colônia em 27 de setembro de 1944.

De acordo com Santos (2011, p. 4), ele mantinha uma amizade próxima com Francisco Guilherme de Aguiar Whitaker<sup>10</sup>, conhecido como Capitão Whitaker, figura pioneira na construção da antiga Estrada Boiadeira. A presença do Padre João Guerra não apenas trouxe ensinamentos religiosos significativos, mas também gerou controvérsias que marcaram sua atuação na região. Os relatos de pioneiros, conforme documentado por Silva (2014) e Santos (2011), evidenciam o caráter polêmico do Padre João Guerra. Em diálogos privados, ele manifestava opiniões que divergem das posições oficiais da Igreja, chegando a expressar admiração por Hitler, embora evitasse tal declaração em público para "evitar dissabores" Santos, (2011, p. 4) “[...], mas, sou admirador do Hitler. Discordo de quem enxerga naquele baixinho e franzino apenas um médium das forças do mal [...]”.

O posicionamento de Padre João Guerra acerca dos evangelhos apócrifos era, de fato, polêmico e evidenciava sua propensão a desafiar a ortodoxia da Igreja Católica. Enquanto a instituição eclesial reprovava esses textos como não canônicos e heréticos, Padre João Guerra apresentava uma perspectiva divergente.

Conforme apontado por Santos (2011, p. 5), ele afirmou: "A Igreja condena os evangelhos apócrifos. Eu não." Tal declaração ressalta sua atitude crítica em relação à doutrina oficial da Igreja, refletindo seu interesse em considerar abordagens teológicas alternativas, mesmo que isso o colocasse em conflito com a autoridade religiosa. Essa postura contribuiu para a construção da imagem de um clérigo que transcendia as visões tradicionais, investigando e aceitando ideias amplamente repudiadas pela instituição à qual pertencia.

Santos registra que Padre João Guerra quando questionado por seu amigo Chico Witaker, ou Capitão Whitaker como era conhecido, sobre a questão do

---

<sup>10</sup> Estrada Boiadeira que ligava os campos de Vacaria em Mato Grosso a Campos Novos do Paranapanema no Estado de São Paulo. (Abreu, 1965, p. 447)

celibato, adotava uma postura crítica em relação ao celibato clerical e à autoridade eclesiástica, utilizando citações de Santo Agostinho para argumentar contra a repressão sexual imposta pelo celibato, “[...] Nada é tão poderoso para neutralizar o espírito de um homem como a carícia de uma mulher. [...]” e no evoluir da conversa critica o Vigário Urbano II, que determinou a prisão dos padres não celibatários e “[...] que as esposas e filhos dos padres casados fossem vendidos como escravos e o dinheiro arrecadado recolhido aos cofres da Igreja.” Santos (2011, p. 20 e 21) e outras questões políticas, como sua recusa em prestar apoio político a Alcides, um líder local influente, resultou em perseguições que culminaram em sua saída da região para preservar sua vida Silva, (2014, p. 211).

Ademais, seu relacionamento com Hugo Doubeck, inspetor de terras da colônia e pertencente a outra crença religiosa, foi permeado por conflitos. O padre propôs que Doubeck instituisse uma pequena taxa sobre os negócios relacionados à terra para financiar a construção de uma igreja; essa sugestão gerou desentendimentos entre ambos. Embora a situação tenha sido temporariamente mediada pela intervenção do Capitão Telmo, eventualmente tanto o padre quanto Doubeck foram afastados de suas funções — um reflexo das tensões presentes nesse período histórico da colonização Silva, (2014, p. 211). Porém, evitava sabiamente, exprimir no púlpito de sua igreja.

O primeiro padre que rezou missa aqui foi João Guerra. Depois ele teve um atrapalho com o povo. Esse padre era muito religioso e nos dias de semana ele ia trabalhar numa chácara que ele abriu, onde construiu uma represa e instalou um moinho de fubá para o povo. No dia de sábado ele vinha de lá para cá, trocava as roupas e nos domingos ele fazia missa. Só tinha uma capelinha que era bem pequena. Foi na campanha desse Alcides. Ele queria que fosse a favor dele e ele disse que não podia, pois era padre e não ia se meter em política. Então começaram a perseguir ele, que foi embora para não ser morto. (Silva, 2014, p. 201).

Ainda de acordo com Silva (2014, p.232), Além de suas responsabilidades como líder religioso, Padre João Guerra participou ativamente de iniciativas comunitárias. Ele desenvolveu uma chácara onde construiu uma represa e instalou um moinho de fubá visando beneficiar a comunidade local. Nos finais de semana, realizava missas em uma pequena capela — a primeira da região — que marcou o início da Igreja de Paranaíba (Silva, 2014).

As figuras 10 e 11 ilustram a passagem do Padre João Guerra pela cidade

e o êxito da igreja católica, pois foi construída uma igreja na localidade, tendo participação das pessoas.

Figura 10 - Padre João Guerra



Fonte: Silva (2014, p. 375)

Padre João Guerra construiu a 1ª Igreja de Paranavaí, que ficava no mesmo local onde hoje está situada a Paróquia São Sebastião. (Arioch, 2010). A igreja construída com madeira e recursos oriundos de doações populares, era bem pequena, como relataram o Salatiel Loureiro e José Ferreira de Araújo, pioneiros ao serem entrevistados em 1970 para registro da Prefeitura de Paranavaí, ainda de acordo com Arioch, (2010).

Figura 11 - Igrejinha (1944)



Fonte: Fundação Cultural de Paranavaí

Portanto, a figura do Padre João Guerra é recordada tanto por suas contribuições ao desenvolvimento inicial da Colônia Paranaíba quanto pelas controvérsias associadas à sua presença na comunidade, sua influência nas primeiras décadas de Paranaíba foi fundamental para a formação da identidade da comunidade, mesmo diante de conflitos e desafios.

O município de Paranaíba foi criado a partir do desmembramento de Mandaguari, via Lei Estadual n. 790 de 14 de dezembro de 1951, estabelecendo o limite entre vários municípios. (Paraná, 1951). Já em 09/11/1952 foi realizada a primeira eleição do prefeito do município, José Vaz de Carvalho, que recebeu 2.702 votos válidos, mas a população era de aproximadamente 25.520 habitantes, sendo que apenas 7,3% residia na zona urbana, e 92,7% na área rural. Passou à categoria de Comarca, pela Lei de nº 1.542, de 14 de dezembro de 1953, tendo sua instalação em 01 de março de 1954. (Silva, 2014).

Figura 12 - Cidade de Paranaíba, 1949



Fonte: Toshikazu Takahashi, apud Arioich (2013a)

A denominação da Colônia Paranaíba, cujo nome teria surgido durante uma seresta, quando um dos participantes sugeriu a fusão dos nomes dos Rios Ivaí e Paraná, resultando em *Paranaíba*, em substituição do nome da fazenda Brasileira

que havia ficado mal afamada, em decorrência da grilagem de terras, praticado na região entre os anos de 1930 e 1940. Mas, a sonoridade não era agradável e Moisés Lupion, cortou o “l” de Ivaí, permanecendo o nome Paranaíba. Segundo Bogoni (2020, p. 213).

[...] foi em 16 de junho de 1947 que Octacílio Egger e Ulisses Faria Bandeira [...] junto a outros companheiros [juntaram] os topônimos dos indígenas que habitavam a região da Serra dos Dourados: Paraná (grande rio) + Parapanema (rio sem peixe) + Ivaí (rio de água suja, barrenta), dos quais surgiu a denominação Paranaíba.

Mas, as fortes geadas da década de 1950 afetaram os cafezais, a principal fonte de renda da população. Porém Paranaíba continuava avançando a passos largos rumo ao desenvolvimento, em município foi elevado então a Comarca, através da Lei Estadual 1.542 de 14 de dezembro de 1953, recebendo já para 1954 o seu primeiro juiz de direito Dr. Sinval Reis e seu primeiro promotor público, Dr. Carlos Alberto Manita, Bogoni (2020, p. 58). Silva (2014) mostra que em 1956 Paranaíba estava entre os cinco municípios brasileiros mais desenvolvidos, recebendo uma homenagem do presidente Juscelino Kubtscheck, na Capital da República.

Figura 13 - Cidade de Paranaíba, 1955



Fonte: Toshikazu Takahashi, apud Ariocho (2013a)

Em 08/06/1954 foi criado o Ginásio Municipal de Paranavaí, funcionando, então, numa residência de madeira situada à rua Minas Gerais, quase esquina com a rua Pernambuco. (Bogoni, 2020). Em 1956, o estabelecimento de ensino passou a funcionar no prédio construído pela Prefeitura Municipal e doado<sup>11</sup> ao Governo Estadual, sito à rua Rio Grande do Norte. Permaneceu ali até 1965. No mesmo local, em 1956, também foi instalada a Escola Normal Secundária Leonel Franca<sup>12</sup> e em 1963 a Escola de Aplicação. Ambas funcionaram ali até 1971, ano em que a Escola Normal deixa de existir e é incorporada ao o Colégio Estadual de Paranavaí com curso de 2º grau, na modalidade “Magistério”, habilitação para o ensino de 1ª a 4ª série, em conformidade com a Lei Federal nº 5.692/71 e disposto pelo Parecer da Câmara Conjunta de Ensino de 1º e 2º Graus, nº 84/74 e, conforme Bogoni (2020), Silva (2014) e Paranavaí (1954). Entre 1965 e 1984 funcionou no mesmo prédio que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>13</sup> (FAFI).

O desenvolvimento econômico da região estava pautado, sobretudo na agricultura e pecuária. Entre os anos de 1969 e 1972, a pecuária cresceu e Paranavaí inaugurou o Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva, conforme Silva (2014). Em 1973 o município passa a ter um Hino, com letra de Geraldo Marques e melodia do professor Carlo Cagnani, o qual trabalhou no Colégio Estadual de Paranavaí e em sua homenagem, uma das Escolas Municipais desta cidade leva o seu nome.

#### **LETRA DO HINO DE PARANAVAÍ**

*Letra: Geraldo Marques*

*Música: Carlo Cagnani*

Quando te vemos hoje, assim radiosa,  
Teus filhos agitados no labor,  
Lembramos da empreitada gloriosa  
Que calejou as mãos do lavrador  
E fez romper da terra generosa  
Os ricos frutos do progresso e amor!  
Coro - Nasceste sob o signo da vitória  
Que os filhos teus souberam conquistar  
És a um só tempo a evolução e a glória

---

<sup>11</sup> Doação do Prédio e Terreno ao Governo Estadual.  
Projeto de Lei nº 18/56 de 20/06/1956 (Paranavaí, 1956a)  
Parecer de 08/06/1956 (Paranavaí, 1954b)  
Lei nº 135 de 26/06/1956(Paranavaí, 1954c)

<sup>12</sup> Decreto nº 2136 de 27 de abril de 1956, DOE 03/05/1956, cria a Escola Normal Secundária Leonel Franca.

<sup>13</sup> A criação da FAFI foi tema de pesquisa da dissertação de Beatriz Fernanda Almeida (2023).

Cidade que não pode mais parar!  
 Ó Paranavaí dos cafezais  
 Simétricos, em flor sobre a paisagem,  
 De belos e de extensos matagais,  
 Planícies verdejantes de pastagem...  
 Da glória tu chegaste até os umbrais  
 Coro - Nascestes sob o signo da vitória  
 Que os filhos teus souberam conquistar  
 És a um só tempo a evolução e a glória  
 Cidade que não pode mais parar!  
 Salve teus filhos, que na faina ardente  
 Sobre teu solo ainda hostil e agreste  
 Traçaram teu destino florescente!  
 Salve, ó cidade que te engrandeceste  
 Ó bela Capital do Noroeste!  
 Coro - Nascestes sob o signo da vitória  
 Que os filhos teus souberam conquistar  
 És a um só tempo a evolução e a glória  
 Cidade que não pode mais parar! (SILVA, 2014, p. 146-147)

Os versos que formam as estrofes do Hino de Paranavaí retratam a trajetória histórica da colonização do município, atraindo e conquistando imigrantes de várias regiões do país, traçando por aqui seus destinos, desenvolvendo e engrandecendo a região com a força dos seus árduos trabalhos. Paranavaí teve sua história inicial escrita pelas mãos do lavrador, que não se deixou intimidar pelo solo hostil, ou as adversidades que por aqui pudesse se apresentar, seguindo vitoriosa através da história do seu povo.

No auge da produção de café, a economia se mantinha em ascensão, com ampliações da infraestrutura e continuidade do serviço de saneamento básico, já em implantação desde a década de 1950 com instalação de galerias de águas pluviais foi um marco da administração do Prefeito Benedito Pinto dias, entre 1973 e 1976. (Silva, 2014). Em 1975 ocorreu um fenômeno climático conhecido como geadas negras<sup>14</sup> que devastou grande parte dos cafezais, provocando um movimento de êxodo rural. Com isso aqueles espaços cederam lugar às pastagens e as populações rurais deixavam as propriedades em busca de melhores condições de vida nas cidades (Bogoni, 2020).

Em se tratando de acesso a esta região as obras rodoviárias que mais se destacaram datam de 1952 com a pavimentação da primeira rodovia do estado com ligação entre Londrina a Apucarana, e Londrina a Santa Mariana, com 150 km de

---

<sup>14</sup> O meteorologista Glauco Freitas, explica que a geadas negras ocorre de uma combinação de baixas temperaturas e ventos fortes que queimam as plantas de dentro para fora, deixando-as com uma aparência escurecida. (Bogoni, 2020, p. 124)

extensão. As obras de conservação de estradas no Paraná evoluíram rapidamente e ainda de acordo com Bogoni (2020, p. 188). Atualmente Paranaíba se comunica com vários municípios por vias aéreas, mas principalmente por meio de quilômetros em rodovias<sup>15</sup>.

Já para a décadas dos anos de 1980, em se tratando da economia regional, o cenário cafeeiro perdeu espaço para a pecuária e outros tipos de lavouras, passaram a figuras estes espaços como o cultivo da mandioca, e produtos pertencentes a cultura temporária, como afirma Bogoni (2020). Dentre os fatores que favoreceram estas mudanças na região, entre as décadas de 1970 e 1980, estão as fortes geadas, a desertificação da região causada pela instabilidade do tipo de solo que é predominantemente o arenito caiuí e a o imprevidente do homem, a modernização da agricultura no estado, esta última causada principalmente por conta da política de erradicação dos cafeeiros, como forma de diminuir a produção nacional.

---

<sup>15</sup> BR-376 – Rodovia do Café (Maringá a Paranaíba, prolongando-se como Rodovia Deputado Federal Flávio Ettore Giovine até Nova Londrina).

PR-158 – Rodovia Manoel da Rocha Oliveira (liga o distrito de Sumaré a São João do Caiuí).

PR-218 – Rodovia Heitor de Alencar Furtado (do trevo da entrada de Paranaíba na BR-367 até Santa Isabel do Ivaí). No trecho urbano de Paranaíba é denominada avenida Heitor Furtado.

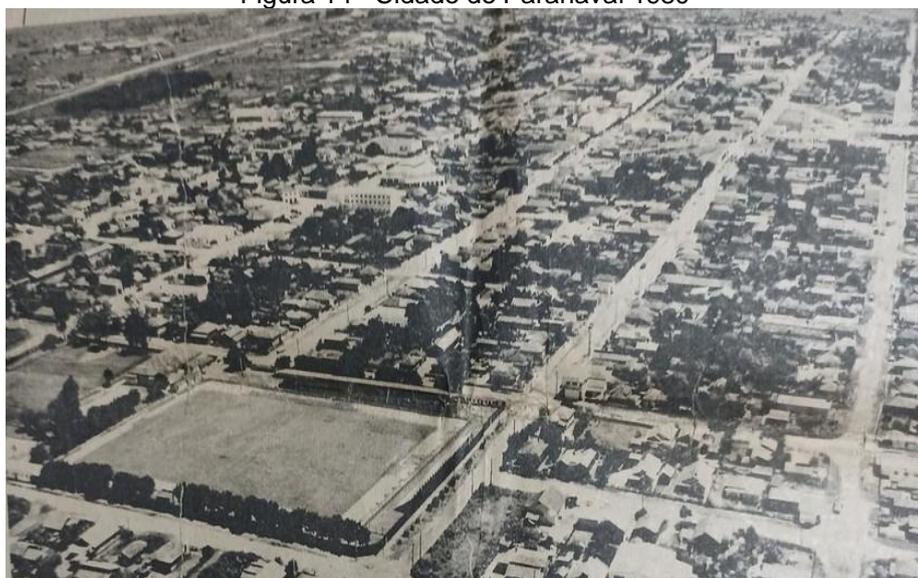
PR-466 – Rodovia Prefeito João Alexandre (da Praça do Expedicionário no Jardim São Jorge, até o trevo da Rodovia Mári

o Antônio Lima, que demanda a Tamboara).

PR-492 – Rodovia Mário Antônio de Lima (do trevo da BR-376 – Rodovia do Café, até Rondon, passando por Tamboara e Paraíso do norte).

PR-561 – Rodovia José Benício de Souza (do trevo na Rodovia Heitor de Alencar Furtado, até Nova Aliança do Ivaí. A rodovia passa por Nova Aliança do Ivaí até se encontrar com a PR-492 (trecho sem asfalto), denominada Rodovia Mário Antônio de Lima, que demanda a Paraíso do Norte e Rondon) (Bogoni, 2020, p. 191).

Figura 14 - Cidade de Paranavaí 1980



Fonte: Portal da Cidade

O processo de modernização agrícola apresentou aspectos novos para a base da produção, como a “[...] mecanização, eletrificação, irrigação e conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros peculiares a certas culturas” (Moro, 2000 p.30), contribuindo para inversão do crescimento populacional, entre a área urbana e a área rural, causada pelo êxodo rural.

Paralelamente à decadência da cafeicultura regional, desde 1962, a população do Noroeste de Paranavaí passou a ter curva descendente, em contraste com o registro ascendente da pecuária bovina, ali o segundo maior rebanho do Estado atualmente: 1.268.717 cabeças. O contingente humano atraído pela colonização atingiu a 307.277 moradores em 1960 – à época somente inferior ao do Norte Novo em Londrina – situou-se em 336.460 em 1970 (praticamente estagnado, e decaiu para 287.712 em 1980, permitindo deduzir que cerca de 49 mil habitantes tinham vocação estritamente agrícola, foram incapazes de superar a crise do café e bateram em retirada. (Silva, 2014, p. 308).

O autor supracitado trata de um momento histórico de grande transformação na organização da economia local, ocasionando também mudança nas exigências do mercado para a qualificação de mão de obra, o que ocorreu por meio da oferta de cursos técnicos para a formação profissional de jovens estudantes do 2º Grau, pelo Colégio Estadual de Paranavaí, como veremos mais adiante, nesta pesquisa.

### 3 ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os fatos constitutivos da organização do ensino no Brasil estão atrelados a questões mais amplas e complexas do que datas e legislações que foram elaboradas com fins diversos, atrelados a questões políticas e econômicas, entre outras, na educação brasileira. Durkheim (2016, p. 90) alerta para o fato de que “para poder cumprir como se deve a nossa função em um sistema escolar, seja qual for, é preciso conhecê-lo, não de fora, mas de dentro, ou seja, pela sua história”.

Nesta seção da pesquisa, trabalhamos a partir do contexto sócio-histórico, econômico, político, cultural e educacional que permeou políticas educacionais em âmbito macro e micro, especialmente entre 1950 e 1980, quando o município de Paranavaí inicia, ainda que timidamente, o processo de escolarização. O Ginásio Municipal, atual Colégio Estadual de Paranavaí foi um dos marcos. Criado pela Lei nº 080, de 3 de julho de 1954, na gestão do prefeito José Vaz de Carvalho (Paranavaí, 1954) foi lugar para escolarização de inúmeros jovens.

Nas décadas que se seguiram houve a criação de outras instituições escolares, tanto primárias, quanto secundárias<sup>16</sup>, com iniciativas no âmbito municipal e estadual, em prol do fortalecimento da educação em todos os níveis. Na década de 1970 sobressaiu-se a procura pelo ensino profissional no Colégio Estadual de Paranavaí.

Nesse sentido, nesta seção, exploramos as conexões entre os acontecimentos sócio históricos, aspectos legais, econômicos e políticos que delimitaram, regulamentaram e modelaram a educação no Brasil, desdobrando-se desde o período de 1930 a 1945, conhecido como Era Vargas (marcado pelo constitucionalismo, autoritarismo e urbanização); De 1945 a 1964 (organização político-partidária de cunho populista) e de 1964 a 1985 (período marcado pelo autoritarismo, redemocratização, grande capital e acumulação), tendo a educação como motor do desenvolvimento. A instituição que pesquisamos nasceu nesse contexto e concordamos com Gatti (2007) que estudos sobre as instituições

---

<sup>16</sup> Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paranavaí contava, em 2023, com 100 escolas, sendo: 43 de Educação Infantil, 39 de Ensino Fundamental e 18 de Ensino Médio. (IBGE, 2023).

escolares possibilitam relacionar amplamente vários aspectos da sociedade, favorecendo a compreensão da história e da educação. Segundo a autora,

[...] compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (Gatti, 2007, p.183).

O ensino profissional técnico, com suas especificidades, é uma área que tem atenção do governo e da sociedade desde os anos finais do Império. Na virada do Século XIX para o XX, vozes dissonantes sobre os rumos que a educação tomava na constituição da sociedade eram ouvidas na Câmara dos Deputados, mas também no Senado Federal, provocando incisivas discussões acerca da preparação de mão de obra capacitada para o mercado de trabalho, por meio dos ofícios, mas também para a industrialização que dava os seus primeiros passos.

A efetivação do ensino secundário, profissional, técnico e superior no Brasil republicano, passou por uma jornada tortuosa e excessivamente íngreme, frente aos desafios para alcançar um ideal de educação universal, gratuita, laica e de responsabilidade do estado, com real representatividade social e integral. Até os dias atuais, a luta por esse ideal é uma árdua tarefa, perpassada por incessantes debates, disputas, ideologias, interesses econômicos e políticos que se configuram, ora como avanços, ora como retrocessos.

Constatamos a sua relação com o trabalho considerando impactos das Constituições brasileiras de 1937, 1946 e 1964, bem como de legislação associada, como foi Reforma Capanema em 1942, e da Lei de Diretrizes e Bases n. 4024/61 e da Lei n. 5692/71 (BRASIL 1961, 1971), dentre outros documentos que deram forma ao ensino profissional. Buscamos seguir uma ordem cronológica, considerando mudanças e reformulações ocorridas na educação profissional e o ensino técnico, partindo do panorama nacional, para o estadual, alcançando a região do município de Paranavaí, onde está o Colégio Estadual de Paranavaí. Nesta seção, nos pautamos em autores como: Caires e Oliveira (2016), Cordão e Moraes (2017), Warde (1977), Saviani (2021), Manfredi (2016), dentre outros que discutem sobre a questão.

### 3.1 Aspectos históricos da educação profissional no Brasil entre 1950 e 1980

Um olhar retrospectivo para a história da educação brasileira mostra que diferentes foram os desafios e interesses que marcaram o processo da educação e sua relação com o trabalho. No Brasil, desde os primórdios da República, a economia interna foi baseada na agricultura. Havia um sistema de produção pré-industrial, mais fortemente marcado para a produção de bens que satisfizessem necessidades materiais prioritárias. O trabalho era árduo e o ritmo ditado por quem melhor dominasse alguma técnica, com o conhecimento prático. (Manfredi, 2016).

A formação para o trabalho, realizada no âmbito dos engenhos era diferente do que hoje conhecemos como educação não formal<sup>17</sup>, pois povos originários e os negros aprendiam o necessário para desenvolver as atividades relacionadas à produção açucareira, através da observação na própria ambiência de trabalho. De acordo com Fonseca (1986), as técnicas de trabalho, ou seja, os ofícios e o manuseio das ferramentas eram transmitidos pelos mais experientes.

Por outro lado, há a formalização do processo de ensino na medida em que a denominada modernização da sociedade, iniciada no Século XVIII com a Revolução Industrial Inglesa, e com a Revolução Francesa, em fins do Século XIX, tem os resultados expandidos para além da Europa. O ensino formal, portanto,

[...] é aquele praticado em organizações educativas oficiais (escolas, colégios e universidades), estruturadas em termos curriculares, visando ao desenvolvimento e à formação dos estudantes e à obtenção de certificação, sendo, por isso, institucionalizado e organizado hierarquicamente. Baseia-se, portanto, no cumprimento de um programa, tendo objetivos pedagógicos específicos e métodos de avaliação determinados. (Capes, 2019, p.3).

O ensino formal profissional atrela-se ao processo de industrialização nascente que exigiu um perfil diferente de trabalhadores, com qualificação para operar maquinários, escreve Canali (2010, p. 24). Essas mudanças no sistema produtivo chegaram à educação com a criação de escolas profissionais. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana, instituindo a laicização da educação e incumbindo o Congresso Nacional de criar instituições de Ensino

---

<sup>17</sup> Distinguimos aqui que a educação informal “está relacionada ao processo natural de socialização humana, que ocorre durante toda a vida por meio dos diferentes modos de comunicação”, segundo o documento da área de ensino (Capes, 2019, p.3). E a educação formal é aquela organizada com intencionalidade formativa.

Secundário e Superior nos Estados brasileiros. Mas, conforme Romanelli (2007) os Estados tinham responsabilidade sobre o Ensino Primário e Profissional, mas a Carta Magna não tratou da educação profissional, estabelecendo apenas a gratuidade da instrução primária para todos, assim como fez a Constituição Imperial (Brasil, 1824).

O autor ressalta que isso não resolveu o problema da escassez de mão de obra qualificada gerada pela discriminação em relação aos ofícios e pela inserção de mão de obra escrava.

Era, portanto, a consagração do Sistema dual de ensino que se vinha mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática entre a educação da classe dominante (escola secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). (Romanelli, 2007, p. 41).

Essa dualidade estava na raiz da organização social brasileira. Segundo Santos (2000, p. 211) ensino de ofícios tinha o caráter ideológico reprodutivista, ou seja: ensino de ofícios, quer pelo Estado, quer por iniciativa das sociedades civis, foi orientado basicamente por uma ideologia que se fundamentava, dentre outros aspectos, em conter o desenvolvimento de ordens contrárias à ordem política.

O ensino vinculado à Igreja católica, em particular aos salesianos que chegaram ao país no final do Século XIX, defendia a “educação profissional como antídoto ao pecado” (Cunha, 1999, p. 47) colocando a ênfase na religião. Portanto, “os primórdios da formação profissional no Brasil registram uma distante e frágil relação entre a preparação para o trabalho e modelo econômico vigente”, segundo escreveu Pereira (2003, p.18). Mas, a mudança no eixo econômico, exigia ênfase para a industrialização, independência política e emancipação econômica. Santos (2000, p. 212) argumenta que “o abandono de nossas indústrias impediu o nosso desenvolvimento e nos deixou viver no regime da rotina e do atraso”, fruto da falta de políticas direcionadas para esse segmento.

Na primeira década do Século XX dois políticos imprimiram a sua marca no desenvolvimento da Educação Profissional brasileira: Afonso Pena (1847-1909) e Nilo Peçanha (1867-1924). Ambos presidentes da República. O primeiro mandatário exerceu o cargo entre 1906 e 1909, quando faleceu. Com sua morte o então vice-presidente Nilo Peçanha assumiu o cargo, ocupando-o até novembro de

1910. (Arquivo Nacional, 2023a; 2023b). Quando tomou posse, Afonso Pena destacou que a “criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”, de acordo com Silva e Ciasca (2021, p. 77). Em seu governo, além de propor a criação de um projeto prático, com habilitações profissionais a alunos do Ginásio, em caráter colaborativo entre os governos dos Estados e a União, passou ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a gestão da Educação Profissional, segundo pesquisa de Cordão e Moraes (2017, p. 40).

Há uma ata de 1906 que cria a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas de Engenho de Dentro, na cidade do Rio de Janeiro, alavancando o ensino profissional ferroviário. As ferrovias eram fundamentais para o transporte dos produtos e essa escola ofertava um curso organizado em 3 anos. A iniciativa da criação dessa instituição foi de José Joaquim da Silva Freire, “[...] engenheiro e subdiretor do setor da Locomoção nas oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil” a partir de viagem realizada aos Estados Unidos, em 1905. (Beaklini, 2017, p.85).

Com a morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha, assumiu a Presidência da República em junho de 1909 e três meses após publicou o Decreto nº 7.566, criando dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, “destinadas ao ensino profissional primário e gratuito para os “desafortunados” [...] as escolas, que têm importante papel na história da educação profissional brasileira, foram os embriões da organização do ensino profissional e técnico.” (Instituto, 2023, s.p.) e estavam ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano de 2011 a Presidenta Dilma Rousseff assinou a lei 12.417, declarando “Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.” (Brasil, 2011, s.p.)

Essas Escolas de Aprendizes e Artífices, que se assemelhavam aos liceus de artes e ofícios, foram instaladas em todas as capitais dos Estados Federativos<sup>18</sup> (Cordão; Moraes, 2017), exceto no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal,

---

<sup>18</sup> Divisão geopolítica considerada para o período era de apenas 20 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. (Ciasca e Silva, 2021 p.78)

influenciando de maneira intensa a educação do país.

Essas escolas formavam, desde a sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação que as distinguia das demais instituições de Ensino Profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas, ou sociedades laicas), ou por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio Governo Federal. Em suma, as Escolas de Aprendizizes Artífices tinham prédios próprios, currículos e metodologia próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar. (Manfredi, 2016, 2016 p. 58).

Segundo esse autor, a localização das escolas, participava de uma estratégia política do governo federal, frente às autoridades locais. Objetivava formar os operários e contramestres por meio de conhecimentos técnicos e ensino prático, conforme a demanda de cada Estado onde fosse instalada. De acordo com a demanda industrial local e considerando a capacidade predial, as escolas de aprendizes e artífices poderiam ofertar até cinco oficinas de trabalhos manuais, ou de mecânica, integrando cursos noturnos de caráter obrigatório para os analfabetos; o curso primário e o de desenho era requisito para o ofício a ser aprendido.

O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 considera que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; cabendo ao estado não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo” (Brasil, 1909, p.1) para que se afastassem dos vícios, ociosidade e crimes. Tratava-se de uma iniciativa que envolvia também a infraestrutura para a instalação dessas escolas, prédios que deveriam pertencer à União.

Os estudantes seriam selecionados a partir da respectiva aptidão e inclinação” (Brasil, 1909, p.2). A escola seria mantida com “o produto dos artefatos que saírem de suas oficinas.” (Brasil, 1909, p.3). Os recursos eram geridos pelo diretor da instituição, com os quais faria a aquisição dos materiais necessários para que as oficinas pudessem ser implementadas. O Decreto supra citado explicita sobre o funcionamento dessas instituições, custeadas pelo governo federal.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino

prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Art. 3º O curso de oficinas durará o tempo que for marcado no respectivo programa, aprovado pelo ministro sendo o regime da escola o de externato, funcionando das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde. [...]

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizes Artífices dos cursos noturnos: primário, obrigatório para os alunos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório para alunos que carecerem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício o que aprenderem. (Brasil, 1909, p. 1-2).

Essas instituições tinham peculiaridades, como por exemplo, a divisão em cotas dos recursos adquiridos pela instituição por ocasião das vendas dos produtos. O art. 11 do Decreto supracitado, explicita que os valores seriam divididos em 15 cotas, mas “10 serão distribuídas por todos os alunos da oficina, em prêmios, conforme o grão de adiantamento de cada um e respectiva aptidão.” (Brasil, 1909, p. 3), sendo um estímulo aos alunos por colher os resultados de suas ações, em particular por meio da dedicação de cada aluno. Anualmente realizava-se exposição dos “[...] artefatos das oficinas da escola [...]” com julgamento por uma comissão formada pelo “[...] diretor da escola, o mestre da respectiva oficina e o inspetor agrícola do distrito [...]” (Brasil, 1909, p. 3) e a consequente premiação aos alunos mais adiantados.

Embora o regimento interno das escolas fosse expedido pelo governo, fixando as “[...] atribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes à administração da escola das oficinas e outras necessárias para seu regular funcionamento” o Art. 15 explicita uma autonomia da instituição, pois “[...] os programas para os cursos serão formulados pelo respectivo diretor, de acordo com os mestres das oficinas, e submetidos à aprovação do ministro.” (Brasil, 1909, p.3).

A implantação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA) foi um marco para a educação profissional brasileira. A existência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCT) está relacionada a essas iniciativas. Após uma série de debates sobre o ensino profissional no Brasil e os requisitos pressupostos ao mundo do trabalho em detrimento ao assistencialismo, por meio do Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927 se “Crea o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras

providências” (Brasil, 1927, s.p.). A legislação explicita como essa modalidade de ensino seria trabalhada no país, incluindo conhecimentos fundamentais com “desenho, trabalhos manuais e rudimentos de artes e ofícios ou indústrias agrárias, conforme as conveniências e as necessidades da população escolar” (Brasil, 1927, s.p.)

As Escolas de Aprendizes e Artífices, destinada a responsabilizar-se por ofertar o ensino primário e gratuito à população tinha como mantenedor, o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria. De acordo com Brasil (2005a), a Constituição de 1934, marcou o fim da Primeira República e o início do Estado Novo. Promulgada em 16 de julho de 1934, resultou do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Neste período o Brasil passava por um expressivo crescimento econômico e industrial, o que impulsionou o aumento da classe trabalhadora nas cidades, a qual reivindicava melhores condições de vida e de trabalho. Como reflexo dessas mudanças sociais e econômicas, a Carta Magna foi um documento progressista, garantindo o direito ao voto obrigatório e secreto, e direitos trabalhistas aos trabalhadores. Em contrapartida, fortaleceu o Governo Federal, mas vigorou por apenas 3 anos.

A Constituição de 1934 trouxe uma série de inovações, como por exemplo:

- a) O voto universal, secreto e obrigatório para todos os maiores de 18 anos, incluindo mulheres;
- b) A criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho;
- c) A fixação de um salário mínimo;
- d) A instituição da organização sindical mantida pelo Estado;
- e) A garantia de direitos sociais, como o direito à educação, à saúde e à habitação;
- f) A ampliação dos poderes do governo federal.

Esta foi a segunda Constituição Republicana, mas a primeira a reservar às pautas da educação um capítulo exclusivo, conclamando a gratuidade do ensino primário como direito de todos e de frequência obrigatória. Sinalizava também favorável a tornar mais acessível e gratuito do ensino secundário, reservando parte do orçamento da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais, conforme os artigos 150, 152 e 157. Estabelece sobre a criação de um Plano Nacional de Educação

que atendesse a todos os graus e ramos comuns e especializados, possibilitando a organização das redes de ensino nos Estados.

Art. 150 Compete a União: fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;

a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; [...] b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;

[...]

Art. 152 Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

[...]

Art.157 A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. (Brasil, 1934, s.p.)

A crise econômica mundial que havia se iniciado em 1929, ainda afetava o país, e o regime democrático estava sendo questionado por setores conservadores. (Brasil, 2005b). A Constituição de 1937 fez profundas alterações no sistema educacional brasileiro. Em relação à educação profissional, estabeleceu um novo sistema de ensino, com três graus: primário, secundário e superior. O primário era obrigatório e gratuito, e o secundário era dividido em dois ciclos: um ciclo básico, comum a todas as áreas, e um ciclo complementar, especializado em uma área específica. O ensino superior era dividido em dois tipos: cursos superiores de formação geral e cursos superiores de formação profissional.

Os cursos superiores de formação profissional eram divididos em dois ramos: comum e especializado. Os cursos do ramo comum tinham como objetivo formar profissionais qualificados para atuar em diversas áreas, como administração, comércio e engenharia. Os cursos do ramo especializado tinham como objetivo formar profissionais qualificados para atuar em áreas específicas, como medicina, direito e engenharia civil. A educação profissional no Estado Novo teve como objetivo atender às necessidades do mercado de trabalho industrial que estava em expansão devido ao crescimento da indústria. O novo sistema de ensino formava profissionais especializados, capazes de atender às demandas das empresas.

No entanto, a educação profissional no Estado Novo também foi utilizada como um instrumento de controle social, o que limitou seu potencial de transformação social. O governo varguista acreditava que a educação profissional poderia ajudar a promover a integração dos trabalhadores ao sistema capitalista. Dessa forma, o ensino profissional foi direcionado para os filhos das classes trabalhadoras, que eram incentivados a seguir carreiras técnicas, consideradas menos politizadas que as carreiras liberais. Essa Carta Magna reafirma a dualidade no ensino, conforme disposto no artigo 129.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Brasil, 1937, s.p.).

A Constituição de 1937 retrocedeu em relação ao direito à gratuidade na educação. O art. 130 estabelecia que:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (Brasil, 1937, s.p.)

Agora não mais como um direito estendido a todos, mas apenas aos desprovidos dos recursos necessários. A centralização dos poderes da União, restringiu ao governo Central as determinações em relação às diretrizes educacionais. Art. 15. Compete privativamente à União: IX - fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude;

Art. 16. Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias: "XXIV - diretrizes de educação nacional; [...]

Art. 129. A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários a educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (Brasil, 1937, s.p.)

As alterações na Constituição de 1937, durante o período autoritário do Estado Novo afetou de forma bastante negativa o acesso escolar, como evidenciado na citação anterior. Pois muito embora garantisse um ensino gratuito e obrigatório em sua redação, não estava completamente isento de contribuições, contrariando a universalidade e praticidade, anteriormente promovido pela Constituição de 1934.

Ainda durante o Estado Novo em 1942, implementou-se a Reforma Capanema, visando por meio de decretos de leis, a modernização e centralização do sistema educacional, que ao buscar de qualidade na educação, instituiu uma rígida estrutura de intervenção e controle federal, estabelecidas por meio de diretrizes e currículos educacionais, que apesar de algumas melhorias apresentadas no currículo e na infraestrutura, resultou na burocratização do sistema educacional dualista, e como afirma Saviani, fortalecendo a lógica centralizadora em conveniência as políticas atuantes.

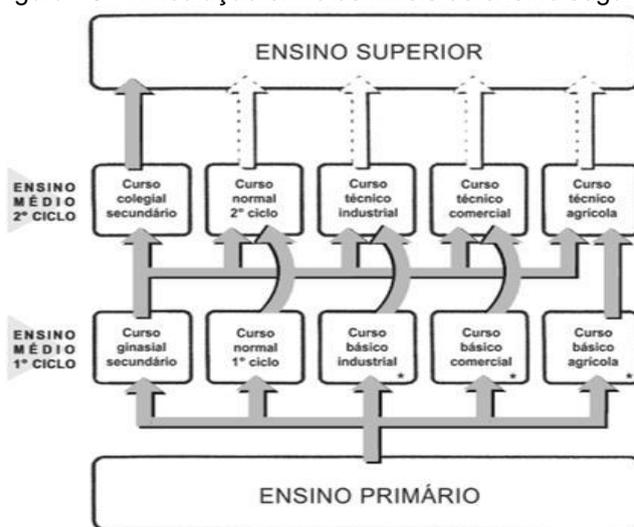
Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e aos ofícios requeridos pela organização social. (Saviani, 2021, p. 270).

A menção feita por Saviani (2021) evidencia a essência centralizadora e burocrática das reformas educacionais que foram implementadas no Brasil durante a fase das "leis orgânicas", entre 1942 e 1946. Ele enfatiza o caráter dualista e

corporativista do sistema educacional da época. Essas alterações estabeleceram uma clara separação entre o ensino secundário, voltado para as classes privilegiadas, e o ensino profissional, destinado às camadas populares, o que perpetuou uma divisão social e educacional.

A articulação entre os níveis de ensino, conforme destacado por Cunha (2000), reflete essa estrutura hierárquica e segmentada; o acesso ao ensino superior era exclusivo para os que cursavam o ensino secundário, enquanto o ensino profissional se restringia a funções técnicas específicas, evidenciando assim a relação intrínseca entre educação e as demandas da organização social daquele período.

Figura 15 - Articulação entre os níveis de ensino segundo



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Buscando pela redemocratização no Brasil, após o fim do Estado Novo, temos a Constituição de 1946, que estabeleceu o regime presidencialista e os princípios democráticos e federativos, como o direito ao voto a todos os cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, exceto os analfabetos. Ela também devolveu a independência dos três poderes, a autonomia dos estados e municípios, e garantiu os direitos individuais, extinguindo a censura e a pena de morte. Retoma alguns aspectos referentes às demandas educacionais da Carta de 1934, como a garantia de existência dos sistemas estaduais de ensino, bem como a vinculação orçamentária da União, Estados e Municípios para a educação. No art. 169 explicitou-se que “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da

renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 1946, s.p.).

Gratuidade era prevista para o ensino primário e secundário, contudo para o ensino secundário a gratuidade só era garantida mediante a comprovação de ausência ou escassez de recursos. A constituição de 1946 contribuiu para a construção de um sistema educacional acessível e de caráter mais democrático, estabelecendo a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário para todos, vinculando ao orçamento as prerrogativas da educação em caráter colaborativo entre as instâncias federativas. Porém para o ensino secundário, a gratuidade estaria vinculada à comprovação de insuficiência de renda. Observa-se que o primeiro lugar em que a educação acontecia, segundo a Carta Magna, era no lar. A escola seria após o lar, ou seja, um complemento.

Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.  
[...]

Art. 168. II - O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

Art. 169. Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

[...]

Art. 171. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. (Brasil, 1946, s.p.)

Prevista pela Constituição de 1946, mas promulgada apenas em 1961, após quinze anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024, (Brasil, 1961) trazia como fins da Educação os princípios de liberdade e de solidariedade humana.

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Organizou o ensino em três graus: sendo o primeiro composto por escolas maternas e jardins de infância de matrícula facultativa, sequenciado pelo ensino primário obrigatório de quatro; grau médio, organizado em quatro anos de ensino ginásial e três anos compondo dois ciclos. O ensino secundário, de acordo com o estabelecido pela lei, admitia um currículo variado, com matérias optativas atendendo a preferência dos estabelecimentos.

A Lei de nº 4.024/61 também explicita a oferta de três cursos técnicos a nível de ensino secundário, sendo estes, o industrial, o agrícola e o comercial, ministrado nos ciclos, ginásial e colegial, com duração de quatro e mínimo de três anos respectivamente<sup>19</sup>.

Art. 44. O ensino secundário admite **variedade de currículos**, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginásial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de carácter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginásial serão ministradas nove disciplinas.

*Parágrafo único.* Além das práticas educativas, **não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série**, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das **práticas educativas**, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo **aspectos linguísticos, históricos e literários**.

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao **preparo dos alunos para os cursos superiores** e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários. (Brasil, 1961, s.p.)

A analisarmos a abordagem dos artigos 44; 45 e 46 da LDB n. 4.024/61, é possível notar um esforço para flexibilizar e personalizar o ensino secundário ao permitir que as instituições escolares variassem seus currículos e disciplinas

---

<sup>19</sup> Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.

optativas, de maneira a melhor atender as necessidades locais e individuais dos alunos como preparação para o mercado de trabalho, envolvimento dos estudantes. Que por sua vez descortinou-se o desafio das escolas para se ter qualidade e equidade no ensino, a partir da elaboração de currículos adequados para a demanda, resultando mais tarde, na reforma no sistema educacional pela Lei n. 5.692/71.

Para o ensino técnico, estava previsto três cursos na LDB supracitada: o industrial, o agrícola e o comercial, ministrados em dois ciclos, a exemplo do ensino secundário. O artigo 49 da referida LDB versava sobre os critérios para cada ciclo: o 1º ciclo, composto por disciplinas específicas para o ensino técnico, somando-se a outras quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa. Enquanto para o 2º ciclo eram ofertadas cinco disciplinas do colegial secundário, incluindo uma optativa além das específicas do ensino técnico. Os concluintes recebiam diplomas emitidos pelo Ministério da Educação e Cultura válidos em todo território nacional.

Além de capacitar para os postos de trabalho na indústria, a escola também inculcia no estudante a ideia de que havia os que nasceram para exercer liderança, direção e comando. Portanto, poucos que eram oriundos de classe sociais privilegiadas. Os demais, portanto, eram uma parcela massiva de pessoas que eram impelidas, pela escola inclusive, para as frentes de produção de bens de consumo: os filhos de trabalhadores.

### **3.2 A educação técnica e profissional no Paraná**

A educação de ofícios surgiu com a divisão social do trabalho, visando atender às necessidades que emergiram da divisão nos processos produtivos, escreveu Zanlorenzi (2013). Contudo, a relação no mundo do trabalho se transforma na medida em que a organização do trabalho se modifica. Barbosa (2010, p. 23) esclarece que:

Inicialmente, quando os homens produziam coletivamente, a educação se dava durante o próprio processo de desenvolvimento do trabalho, estes eram elementos umbilicalmente ligados. Com a divisão social do trabalho passou a coexistir diferentes tipos de educação já que houve uma divisão nos tipos de atividades exercidas, os manuais e as intelectuais. Isso com o fim de atender às diferentes classes sociais, visando à reprodução do sistema econômico e a manutenção do *status quo*.

Nas sociedades industriais que passaram a se desenvolver a partir da Europa, as pessoas executavam diferentes funções com níveis de escolaridade diferenciados. As funções eram relacionadas aos ramos e setores que estruturavam as sociedades. Nesse cenário, a educação também foi estruturada para atender às demandas que o universo do trabalho, sobretudo o industrial carecia. Manfredi (2016, p. 35) destaca que, a escola assumiu a função de preparar “os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, historicamente, a constituição da escola [tanto] esteve vinculada à formação para o trabalho [quanto] para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício de comando, do poder e da direção social”.

No estado do Paraná a escola primária também atuou como capacitadora de mão de obra para atender à demanda do mundo do trabalho, como por exemplo, por meio da disciplina de agronomia no currículo do 4º ano dessas instituições, presente no Código de Ensino de 1917. O referido documento explicita sobre “sociedades propagadoras do ensino primário, profissional ou artístico” (Paraná, 1917, p. 6). Contudo, essas sociedades, ou associações, eram, em geral, grupos organizados na escola para realizar atividades práticas em determinadas áreas, como a agricultura e a carpintaria, por exemplo. Na escola primária, conforme Oliveira (2006, p.7).

As matérias de Agronomia, no 1º e 2º graus, reclamadas por professores e pais de alunos, atendiam as necessidades de orientação agrícola, para as atividades eminentemente agrícolas do Estado. Apesar da inovação, as escolas de 1º grau foram destinadas às pequenas localidades, enquanto as de 2º grau destinadas às cidades. O ensino nas pequenas localidades era menos eficiente que o das cidades com escolas de 2º grau, embora fosse aquele bem melhor que o ensino misto. Os conteúdos seriam dosados, conforme o adiantamento dos alunos divididos em turmas, segundo critério do professor. (Oliveira, 2006, p. 7).

Essa formação era direcionada para meninos, em um período de forte expansão do trabalho agrícola. As meninas desenvolviam outros trabalhos no ambiente escolar, os quais também poderiam ser comercializados. Enquanto processo de conformação da cultura escolar, importante marcar que a escola reelaborava situações do cotidiano e curricularizava o trabalho, seja agrícola, marcenarias, artes ou atividades relacionadas ao lar. Esse diferencial marcava o

indivíduo que por ela passava na escolarização, distinguindo-o dos demais trabalhadores braçais, na sociedade. Por outro lado, o ensino de ofício era voltado às classes desfavorecidas era desenvolvido nas escolas de ofícios, afirmou Zanlorenzi (2013).

Os autores Caires e Oliveira (2016) trabalham a partir dos marcos sociopolíticos e econômicos que delimitaram as mudanças ocorridas nas primeiras décadas da República, os quais levaram à instauração da educação profissional no Brasil. Arrebola e Machado (2020) salientam que no início do Século XX a sociedade foi marcada pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado, com o desenvolvimento das indústrias e do comércio. A escola reproduziu as práticas sociais, adequando o ensino à modernização da nação, educando o novo cidadão republicano para uma formação moral, de costumes e de mentalidade.

Nesse cenário, na primeira metade do Século XX estavam instaladas e funcionavam no Paraná “[...] dezoito instituições, sendo 5 Institutos Comerciais, uma Escola de Aprendizes e Artífices, dez Escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pesca”, escreveu Zanlorenzi (2017, p.42), o que indica que havia um diferencial formativo ofertado por essas instituições, visando um público específico e inter-relacionado às necessidades formativas para o mundo do trabalho.

A educação profissional, portanto, segue os trilhos do capital. Costa (2016) argumenta que a criação das escolas técnicas industriais e agrícolas na década de 1940 revela proximidade entre a educação e o mundo do trabalho, embora a oferta de ensino fosse dual, pois existia a formação profissional (capacitava os filhos dos trabalhadores para o mundo do trabalho) e a formação acadêmica.

Assim, a Educação contribuiu com a divisão social e técnica do trabalho por meio de currículos escolares diferenciados distinguindo a formação intelectual da formação manual. [...] efetivou-se um currículo para a cabeça, denominado ensino propedêutico e um currículo para as mãos, caracterizado pelo aprendizado das profissões, o ensino técnico (Costa, 2016, p. 48).

A preocupação com a estrutura do ensino primário não era exclusiva do Paraná. De 1890 a 1931, a maioria dos estados brasileiros também focou na criação de escolas primárias, enquanto o ensino secundário, especialmente os ginásios, ficou em grande parte sob a responsabilidade da iniciativa privada. A União limitou-se a oferecer diretrizes para esse nível de ensino, com o objetivo de

alinhar as escolas ao modelo do Colégio Pedro II, sem atuar diretamente na fundação de novas instituições (Saviani, 2011). Ademais, a intenção de universalizar as condições técnicas e materiais para a educação no Brasil esbarrava nas imensas dimensões territoriais e na diversidade cultural do país (Vidal, 2011).

A educação profissional foi destinada às classes menos favorecidas, visando também uma educação moral e cívica, preparando o aluno para o ingresso no campo profissional e preparo para o trabalho. Buscava-se discipliná-lo e moralizá-lo para o ingresso no âmbito industrial, como se observa no excerto abaixo:

A educação profissional foi incumbida pela classe dominante de preparar o contingente de pessoas para sustentar o sistema capitalista, cuja sociedade se apresentava dividida entre os proprietários e não proprietários, ou seja, aqueles que detinham os meios de produção e aqueles que só lhes restava vender sua força para sobreviver. Por meio da educação, se pensou em uma formação que respondesse às necessidades da sociedade capitalista e, se tratando de um ensino para os desprovidos dos bens materiais, a formação para o trabalho foi tida como a solução (Zanlorenzi, 2013, p. 33).

Gradativamente a escolarização ganhava maior ênfase. Na região noroeste do Paraná, por exemplo, foi criado em Jacarezinho, no ano de 1938, o Ginásio Estadual Rui Barbosa, transformado, posteriormente, no Colégio Estadual Rui Barbosa. Entretanto, o ensino secundário brasileiro foi destinado prioritariamente às elites e sua oferta era atrelada às redes confessionais, especialmente a Igreja Católica (Ruckstadter; Ruckstadter, 2022). O ensino profissional ganhou visibilidade a partir de Decretos-Lei<sup>20</sup> publicados na década de 1940 e que ficaram conhecidos como “Reforma Capanema”. Seu objetivo, segundo o Histórico da Educação Profissional Brasileira elaborado pelo MEC, visava à remodelação de todo o ensino no país. A partir dessa Reforma,

1. o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
2. o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;

---

<sup>20</sup> Decreto-Lei nº. 4.073 - 30/01/1942 Estrutura o Ensino Industrial.  
Decreto-Lei nº. 6.141 – 28/12/1943 Reforma do Ensino Comercial  
Decreto-Lei nº. 4.048 – 22/01/1942 Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI  
Decreto-Lei nº 4.244 – 09/04/1942 Organiza o Ensino Secundário em dois ciclos: Ginasial (quatro anos) e colegial (3 anos). Nascimento; Santos, 2022, p. 195-196

3. os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do Novo Ensino Médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria (Brasil, 2009, p. 4).

O Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, afetava diretamente a formação para os trabalhadores, pois estabeleceu “as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.” (Brasil, 1942a, s.p.). O ensino deveria atender as necessidades do trabalhador, da indústria e do estado em seu processo de desenvolvimento. Era ministrado em dois ciclos<sup>21</sup> nos seguintes estabelecimentos: a) escolas técnicas; b) escolas industriais; c) escolas artesanais; d) escolas de aprendizagem. (Brasil, 1942a).

O artigo 57, do Decreto-lei supracitado, estabelecia que as escolas técnicas deveriam “funcionar não só de dia, mas também à noite, de modo que trabalhadores, ocupados durante o dia, possam frequentar os seus cursos.” (Brasil, 1942a, s.p.). Caso não pertencesse a esfera federal, seriam equiparadas, devendo ter a autorização e o reconhecimento para o seu funcionamento. Com isso se estabeleceram os fundamentos que alicerçariam essa modalidade de ensino que era voltada para o trabalhador, preparando-o no âmbito profissional e humano, conforme as necessidades das empresas, mas também da nação, sua economia e cultura. (Brasil, 1942a).

No estado do Paraná, um dos marcos dessa política educacional foi o Colégio Estadual do Paraná, iniciado antes mesmo da formação do estado do Paranaense, no ano de 1846, quando foi fundado o Liceu de Curitiba que passou a funcionar em uma residência alugada, no Largo da Matriz, atualmente Praça Tiradentes. A pesquisa de Archanjo indica a grandeza do evento na data em que a cidade de Curitiba aniversariava:

---

<sup>21</sup> Em 9 de abril de 1942, foi publicado o Decreto-Lei n. 4.244 reorganizando o ensino secundário em dois ciclos, não afetando a educação profissional. O primeiro ciclo era o curso Ginasial, de quatro anos, com a finalidade de “dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário”. O segundo ciclo, de três anos, em continuidade ao primeiro, compreendia os cursos clássico e científico. (BRASIL, 1942b).

Quem visita as dependências do Colégio Estadual do Paraná, no Alto da Glória, e se depara com a imponência daquela construção, pode imaginar o que representou a obra na época em que foi inaugurada. Os jornais curitibanos saudavam o monumento de estilo modernista como "o maior colégio da América do Sul." A solenidade de inauguração contou com a presença do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e foi realizada no dia 29 de março de 1950, quando a cidade de Curitiba comemorava seu 257º aniversário. (ARCHANJO, 1996, p.9)

Outros pesquisadores somam-se a Archanjo (1996) em investigações sobre essa instituição de Ensino, cujas raízes remontam ao Século XIX (Ranzi e Silva, 2006). A instituição foi pioneira em inovação educacional, desenvolvendo atividades para a formação dos estudantes (Chaves Junior, 2022) e continua sendo referencial para a educação paranaense nos dias atuais.

Figura 16 - Colégio Estadual do Paraná, Curitiba, 1950.



Fonte: ARCHANJO (1996, p. 46)

No âmbito nacional, na década de 1950, educadores da geração dos pioneiros da Escola Nova<sup>22</sup> voltaram à cena, publicando um novo documento e

---

<sup>22</sup> A Nova Escola, ou Movimento da Escola Nova, foi um movimento educacional que emergiu entre as décadas de 1920 e 1930. Sob influência de correntes filosóficas como o pragmatismo e a

reafirmando a necessidade de o Estado assumir uma função educativa descentralizadora, laica, gratuita e universal, garantindo a sobrevivência da escola pública e assegurando-a a todos. Defendiam que as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização oficial (Archanjo, 1996; Souza, 2018).

Cerca de 80% do ensino secundário era ofertado por instituições particulares, as quais passaram a combater a existência de monopólio por parte do Estado, que de forma majoritária era o responsável por esta etapa de ensino que por sua vez era ministrado nos estabelecimentos públicos, alegando o direito das famílias na escola pela qualidade de educação para seus filhos. (Archanjo, 1996). A situação modificou-se com a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB 4.024/61 (Brasil, 1961), flexibilizando os currículos do ensino secundário<sup>23</sup>. O principal ganho foi a equiparação entre o curso secundário, os cursos técnicos e normais (Ruckstadter; Ruckstadter, 2022).

A LDB nº 4.024 foi aprovada após um longo período de discussões, com divergentes opiniões. Romanelli (2017, p. 179) defende que “nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco de retardar, também por si só, o ritmo do progresso de uma dada sociedade, por mais retrógrada que seja”. Para que os objetivos propostos na lei sejam alcançados é necessário que apresentem conexões com o contexto estrutural, econômico, social e político da sociedade para qual se destina. “[...] se uma lei tem força nova para criar condições formais de mudança ou de atraso, não a tem, todavia, para impedir que, apesar dele, se mude a realidade”, afirmou, ainda, o autor supracitado (2017, p. 179).

Por sua vez, a Lei 5.692/71 foi uma reforma parcial que trouxe alterações na nomenclatura das etapas de ensino com a generalização e a obrigatoriedade da educação profissional no 2º grau, escreveram Cordão e Moraes (2017). A lei nº

---

Educação Progressista, o movimento defendia uma abordagem educacional centrada no estudante, através da democratização do ensino e o desenvolvimento do indivíduo capaz de atuar ativamente na sociedade. Destaca-se dentre os principais pensadores do movimento John Dewey, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. No Contexto da educação brasileira, o Movimento da Escola Nova influenciou políticas educacionais, estruturas escolares bem como metodologias de ensino.

<sup>23</sup> A flexibilização dos currículos está prevista nos artigos 44, 45 e 46 da LDB 4.024/61, com o objetivo de se adaptar os currículos diante as necessidades e particularidade, sociedades locais, regionais, permitindo aos estabelecimentos de ensino a elaboração dos seus currículos que seriam compostos tanto de disciplinas obrigatórias bem como as optativas.

5.692/71 foi publicada em meio ao discurso de crescimento econômico da época, conhecido como “milagre brasileiro” segundo Saviani (2021, p. 374), instituindo o ensino profissionalizante, níveis de 1º e 2º grau. Com isso, ao concluir o 2º grau o aluno tinha uma habilitação profissional técnica ou, parcial, como auxiliar técnico. (Brasil, 1971). Com isso, as escolas públicas e privadas desse nível tornaram-se profissionalizantes, ofertando cursos técnicos em nível de 2º grau, pautado no discurso de progresso da nação:

[...] o progresso consistia em abrir as portas para o desenvolvimento da economia, transformar a característica agroexportadora, substituída pela indústria, pelo consumo e pelos novos investidores internacionais que aqui se instalavam. Um país civilizado correspondia em ter um governo estável, com administração organizada, eficiente e ainda incluir a ideia de sociedade industrial como sendo parte componente do conceito de civilização (Zanlorenzi, 2013, p. 27).

No âmbito paranaense, a implantação da Lei n. 5691/71 “deveria ser progressiva nos estados, e de acordo com suas possibilidades e a legislação de ensino, com o objetivo de colocar o Paraná numa posição de destaque no que diz respeito a sua implantação, pois os estados”, escreveu Martins (2002, p. 11). Por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura o governo do estado publicou diretrizes e objetivos que subsidiariam as futuras ações, denominado *Documentobase para o planejamento prévio para implantação do sistema de ensino do 1º e 2º graus*. Foram dois volumes, com 495 páginas, publicados três meses após a Lei nº 5.962/71.

Segundo Martins (2002), Haroldo Souto Carvalhinho, então Secretário da Educação do estado do Paraná fez a apresentação do material, destacando a ação do governo paranaense para colocar em prática a nova legislação educacional. O Secretário referia-se a uma problemática já identificada em anos anteriores, defendendo a escola como “um agente dinâmico e eficaz na formação dos recursos humanos necessários ao progresso do país.” O texto do então Secretário da Educação paranaense, associava a educação ao “desenvolvimento e na criação de um país pleno de possibilidades e pujança [...]”. Mostrava que era um trabalho conjunto, articulando a Secretaria da Educação e Cultura, o Conselho Estadual de Educação e a Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), com instituições de ensino superior e a “iniciativa particular [...] apoiados em critérios de

racionalidade e espírito de cooperação e integração”. Não detalha, contudo, qual seria o papel de cada instituição nesse novo cenário educativo que almejaria a “construção do Brasil do futuro”, nem como a iniciativa privada atuaria. Também não discrimina se, para esse fim, as escolas públicas teriam um incremento nos recursos orçamentários necessários para a implantação dos novos cursos. (Carvalhinho, 1971, apud Martins 2002, p. 2)

A apresentação denota o caráter de desenvolvimento econômico presente no documento, enaltecendo a escola como um “agente dinâmico e eficaz na formação de recursos humanos” tendo como meta a ideia de progresso para o país, colocada a partir do capital econômico e das elites. No documento base paranaense perpassava a ideia de

[...] elevar a qualidade do ensino a fim de que não se continuasse a perder recursos com a elevada repetência e com os baixos níveis de desenvolvimento e conhecimentos oferecidos até então. Para que se atingissem esses objetivos, o documento trazia as “medidas de urgência” que deveriam ser tomadas, tais como a reestruturação dos currículos de acordo com a nova lei e a organização de equipes, em nível regional e municipal, para o estudo dos currículos (Martins, 2002, p. 11).

O plano piloto foi aplicado em Curitiba, em 1972 e em outras 8 grandes cidades do estado: Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Guarapuava e União da Vitória, as quais representavam 44,5% da população total das cidades paranaenses. No ano seguinte, foi expandido para mais 37 cidades do estado, escreveu Martins (2002).

Os ajustes de procedimentos pedagógicos estreitavam a relação entre escolaridade e trabalho, com a habilitação profissional mais específica e capacitações técnicas. Esse modelo de ensino dividia educação e trabalho manual, técnico e intelectual (Almeida e Dalmina, 2020). Com a Lei 5692/1971 cresceu a oferta de cursos técnicos diluídos num ensino de 2º grau supostamente único, cujos efeitos emergiram em dois sentidos: na descaracterização das redes de ensino secundário (mantido pelos governos estaduais) e no desmantelamento de parte das redes públicas de ensino técnico (especialmente as estaduais e municipais). Criou-se uma falsa imagem da educação profissional enquanto uma via para sanar a problemática empregatícia existente (Cordão, 2005).

Essas questões pouco interferiram no que se fazia em instituições especializadas e bem aparelhadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)<sup>24</sup> e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Sua estrutura era diferente daquela do ensino secundário ofertado nas escolas públicas que não apresentava a qualidade e a compatibilidade com as instituições privadas e especializadas. (Manfredi, 2016; Cordão, 2005). Disseminaram-se cursinhos, cursos livres e preparatórios para o vestibular de ingresso no ensino superior. Esses fatos conduziram às discussões e debates que levaram à publicação da “reforma da reforma”, com a Lei n. 7044, de 18/10/1982, alterando a Lei nº 5.692/71, no que tange à profissionalização no ensino de 2º grau.

### **3.3 A educação profissional no Colégio Estadual de Paranavaí**

O sistema estadual de ensino paranaense foi instituído pela Lei Estadual n. 4978 de 1964, estabelecendo os níveis pré-primário, inserido no grau primário, a educação de grau médio e também de grau superior. O mesmo ato legal criou o Conselho Estadual de Educação no estado. (Paraná, 1964). O Colégio Estadual de Paranavaí situa-se na região central da cidade, à rua Guaporé, nº 2425. A instituição, fundada antes da criação do sistema estadual de ensino no Paraná, nasceu por meio de um anteprojeto apresentado à Câmara Municipal de Paranavaí, em 8 de abril de 1954, pelo vereador Alfredo Loureiro Junior, para criação de um Ginásio Municipal, o qual foi aprovado em 14 de junho de 1954. Contudo, também no dia 8 de abril de 1954 foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná (DOE), a Lei Estadual nº 1.804 de 08/04/1954 (Paraná, 1954)<sup>25</sup>, conforme já detalhado na introdução.

O processo para autorização e funcionamento da instituição foi iniciado na sequência e designado como diretor, o Sr. João Albino Werlang e como secretário, o Sr. Agostinho Veronese. Contudo, as documentações quanto aos trâmites iniciais de funcionamento não foram localizadas nos arquivos da Instituição. No entanto, uma década após o início do funcionamento da escola, o Professor Pedro Real

---

<sup>24</sup> Decreto-Lei nº. 4.048 – 22/01/1942 Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

<sup>25</sup> Lei nº 1.084 de 08 de abril de 1954. Cria o Ginásio Estadual da cidade de Paranavaí, município do mesmo nome. [...] Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 09 de abril de 1954.

escreveu que as aulas iniciaram em 1º de abril de 1955. Estavam matriculados 137 alunos “na 1ª (primeira) série do curso Ginásial com as turmas A, B,C. [...]”. Seu registro cita o “1º inspetor federal - Dr. Aristino Flausino de Almeida (de Maringá)” e o Prefeito da cidade de Paranaíba quando da fundação do estabelecimento “Dr. José Vaz de Carvalho,” autoridades essas também presentes no ato de inauguração do Ginásio Municipal. Ele também fez referência à localização dos documentos relacionados à abertura do Ginásio Municipal.

[os] comprovantes se acham todos no Arquivo da Prefeitura Municipal desta cidade, q.d. o Ginásio começou a funcionar legalmente, após o pronunciamento favorável por parte da INSPETORIA SECCIONAL de Curitiba e já devidamente autorizado pelo MEC – Rio. (Real, 1966, s.p.)

O documento que pertence ao acervo da instituição, indica que os 137 alunos a que se referiu Pedro Real foram convocados em fevereiro de 1955. Eles haviam sido aprovados no exame de Admissão realizado nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1954, em primeira época, e em segunda época ocorreu Fevereiro de 1955. O exame de admissão era composto por prova oral e escrita das seguintes disciplinas: Português, Aritmética, História e Geografia. A média final de cada área do conhecimento era calculada a partir do desempenho em ambas as provas, conforme a transcrito a seguir:

Ata Geral do Exame de Admissão realizado na primeira época de mil novecentos cinquenta e quatro (1.954). Aos dias 13,14 e 15 (treze, quatorze e quinze) do mês de dezembro do ano de mil novecentos cinquenta e quatro nesta cidade de Paranaíba, presentes o Inspetor Federal, dr. Aristino Flausino Teixeira de Almeida e os membros da Comissão Examinadora constituída pelos Snrs. Professores Jeny Miranda Lorenzetti, Dr Antonio Maria Rodrigues, Dr Rui Rebelo Vieira, Dr Altino Barbosa e João Albino Werlang, sob a presidência do último, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série ginásial, cujos resultados, constam do quadro abaixo[...] (Paranaíba, 1954, s.p.)

O exame era composto de prova escrita e prova oral das disciplinas de Português, Aritmética, História e Geografia. A nota da prova escrita somava-se a da prova oral, dividida por dois, resultando na média para cada disciplina. Por fim, somava-se as médias obtidas em cada uma das disciplinas, dividida por quatro, formando a média geral. Nesta pesquisa foram analisados os três primeiros livros de Atas dos Exames de Admissão do Colégio Estadual de Paranaíba - EFMNP, na

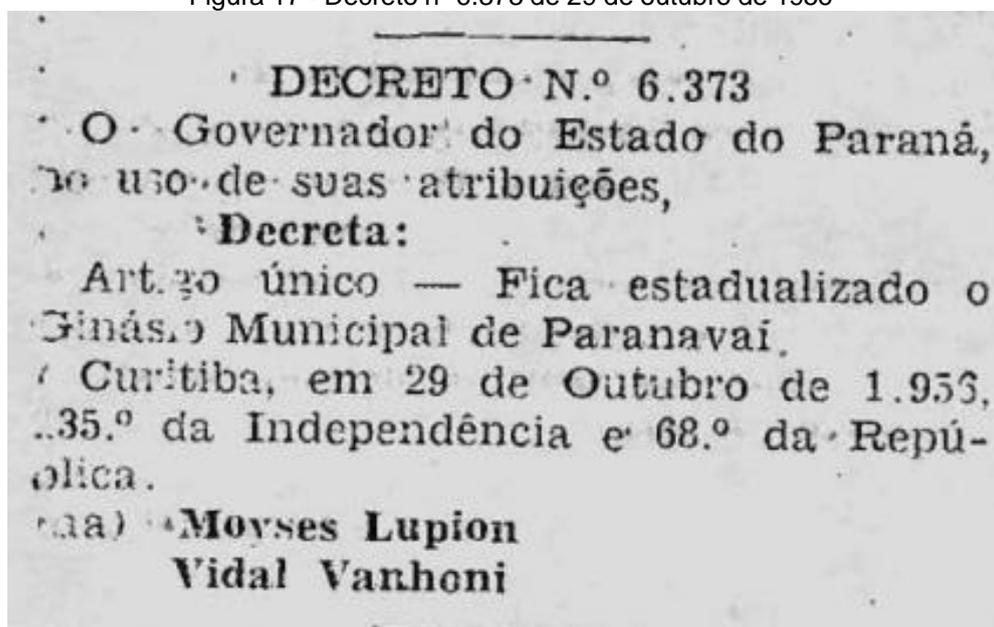
época denominado Ginásio Municipal de Paranavaí e após o processo de estadualização, Ginásio Estadual de Paranavaí.

Observa-se que os exames para a admissão (Apêndice 1), de alunos realizados em 1ª época eram feitos em dezembro e os de 2ª época em fevereiro, ou março do ano seguinte, no ano a1960, por exemplo, houve maior número de alunos em 2ª época, do que em 1ª época. Também é perceptível o crescente no número de inscrições a cada ano. Em um período de 8 anos, totalizando 2.352 inscrições. Não foram computados nestes estudos, as aprovações, eliminações, reprovações ou não comparecimentos dos candidatos inscritos em cada etapa.

De acordo com estes registros o Colégio Estadual, incorria em grande demanda de estudantes a cada ano, pois os estudantes aprovados nos exames admissionais, somavam-se ao número de estudantes que já estavam no colégio.

O primeiro endereço do Ginásio Municipal foi uma residência de madeira, localizada à Rua Minas Gerais, s/n, até sua transferência em 1956, para o prédio recém construído com verba prevista na Lei Municipal n. 89 de 20 de julho de 1954. Uma “Verba especial de \$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros). O edifício existe até os dias atuais e nele funciona o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC). O Decreto de 6.373, de 29 de outubro de 1956, publicado no Diário Oficial (30/10/1956, p. 6) tratava da estadualização do Ginásio Municipal de Paranavaí.

Figura 17 - Decreto nº 6.373 de 29 de outubro de 1956



Fonte: Biblioteca Pública do Paraná (2023)

Sobre esse acontecimento, o professor Pedro Real escreveu que a data de 15 de outubro de 1956 foi um marco, pois era o dia do professor. Naquela data, segundo relato do Professor Pedro Real (1966, s.p.) um “[...] Emissário ou DD. Representante do snr. Secretário de Educação e Cultura” ministrou uma palestra aos professores do Ginásio Municipal de Paranavaí. Na ocasião ele perguntou: “Os senhores (profs.) gostariam que desde já o Ginásio passasse para o Estado?” Obteve uma resposta afirmativa de todos os presentes. Com isso, afirmou que “[...] podiam então considerar o dia de hoje, q.d. de 15/X/56 como dia da criação do novo Ginásio Estadual de Paranavaí.” Contudo, o funcionamento do estabelecimento iniciou em março do ano seguinte.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2021) em 1957 o Colégio já contava com 537 estudantes e 18 professores. Era diretor o sr. Lauro Ramos.

Em 1956 por meio da Lei Municipal de nº 135, o poder Executivo Municipal doou<sup>26</sup> ao Governo Estadual do Paraná o Prédio situado à rua Rio Grande do Norte, onde já funcionava o então Ginásio Estadual, passando a manutenção do prédio também ao estado, conforme o parecer do Projeto de Lei Municipal nº 135. (Paranavaí, 1956). Em 15 de outubro de 1958, após a concretização da estadualização, deu-se início a construção do Prédio atual.

Figura 18 - Instalações do Colégio Estadual de Paranavaí em 1959.



Fonte: Fundação Cultural de Paranavaí

---

<sup>26</sup> Lei Municipal nº 135. Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a doar o prédio e respectivo terreno onde atualmente funciona o Ginásio Municipal ao Governo Estadual. Paranavaí, (1956, s.p.)

No ano de 1959 foi criado no Curso Científico. Em 1960, frente à demanda escolar do 1º ciclo foi acelerada a construção. O processo de transferência das turmas para o novo prédio foi feito de forma gradativa e concluída em 1965, comportando 1124 alunos, com um currículo multidisciplinar em consonância com a LDB 4024/61, para o 1º e 2º ciclos do Curso Colegial de Ciências Matemáticas; Curso Colegial de Ciências Biológicas e Curso Colegial de Letras.

A Lei de Diretrizes e Bases 4.024/1961, estabelecia no artigo 51, parágrafo único, que “os ginásios públicos passariam a atender ao ensino técnico no desenvolvimento de cursos agrícola, industrial, comercial, e, normal destinado ao ensino primário”. (Brasil, 2018, s.p.).

No ano de 1967 foi criado na instituição o Curso Técnico Experimental de Agricultura. Foi o primeiro curso técnico ofertado no município, contudo, não localizamos dados sobre esse curso nos documentos da instituição. Mas com base no documento que trata da História do Colégio Estadual de Paranavaí – Ensino Fundamental e Médio (1999) em “1972 – Foram matriculados 3.150 alunos nos diversos cursos que [a instituição] possuía, entre os quais o Ginásio Multicurricular, Curso Técnico de Agricultura e Curso de Orientação A,B,C do 2º ciclo.” Neste ano a instituição tinha “118 professores, 22 funcionários da Secretaria e 26 Zeladores”. (Paranavaí, 1999 s.p.).

Era o período da ditadura civil-militar no Brasil e o currículo também sofreu transformações com um núcleo comum e obrigatório nacionalmente, determinado pelo Conselho Federal de Educação, acrescido de uma parte flexível, de forma a atender as demandas locais e regionais em suas particularidades. Conforme a Lei 5692/71,

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. (BRASIL, 1971, s.p.)

A realidade que se descortinou através da obrigatoriedade da educação profissional através da Lei 5.692/71, foi a não preservação da carga horária da educação geral, que foi reduzida pela metade, para atender as demandas da parte diversificada do currículo. Conforme explica Cordão e Moraes, (2017, p. 73), “as escolas públicas foram muito afetadas diante dos ditames desta lei, como perca de recursos em virtude da necessidade de investimento em escolas de 2º grau, falta

de infraestrutura para atendimento de qualidade, para além da sobrecarga advinda da crescente demanda quantitativa do ensino de 1º grau”. A implementação da Lei 5.692/71 ocasionou um impacto considerável nas escolas públicas, especialmente no que se refere a recursos e infraestrutura. Esta legislação instituiu a obrigatoriedade da educação profissional, provocando alterações profundas no sistema educacional e suas prioridades.

As escolas públicas enfrentaram severos desafios ao tentar se adaptar ao novo currículo técnico e profissional proposto pela lei. Muitas dessas instituições careciam de uma infraestrutura apropriada para a implementação da educação profissionalizante, incluindo laboratórios especializados, equipamentos adequados e materiais didáticos suficientes. Essa carência comprometia a qualidade do ensino profissional oferecido, visto que não conseguiam cumprir as exigências do novo currículo.

Atrelado a esta realidade, existia aumento na demanda pelo ensino fundamental, decorrente da ampliação das vagas disponíveis e da necessidade de acolher um maior contingente de alunos, acentuou a sobrecarga nas instituições educacionais. O crescimento no número de estudantes pressionou ainda mais um sistema já vulnerável em relação à infraestrutura e aos recursos limitados disponíveis. Tal pressão constituiu um desafio adicional à qualidade da educação tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

A tentativa de equilibrar a carga horária entre os conteúdos voltados à formação geral e aqueles destinados à formação profissional conduziu a uma redução significativa do tempo destinado às disciplinas básicas. Com menor disponibilidade de horas aulas para o aprendizado geral e conciliando novos componentes técnicos, a qualidade dessa educação sofreu deterioração. Isso prejudicou o desenvolvimento acadêmico e crítico dos alunos, que necessitavam de uma base sólida para seu futuro, seja ele no mercado laboral ou na continuidade dos estudos em nível superior.

Desta forma a Lei nº5.692/71, que intentou a modernização do ensino de 1º e 2º grau, não foi acompanhada por um suporte estrutural adequado, acarretando desafios significativos para o sistema educacional público brasileiro.

No ano de 1974 a instituição teve aprovado o Plano de Implementação do ensino de 2ª Grau, na Unidade Integrada de Ensino da Cidade de Paranavaí,

composta pelo Colégio Estadual de Paranavaí, Colégio Comercial Estadual e Escola Normal Colegial Leonel Franca. Neste ano o Colégio Estadual teve aproximadamente 3.800 estudantes distribuídos em 3 turnos de atendimento. (Colégio, 1999 s.p. ).

No ano de 1974 a instituição ofertava os seguintes cursos: Assistente de Administração, Redator Auxiliar, Contabilidade, Secretariado, Magistério para 1º e 4º Séries, a Nível técnico, Auxiliar de Enfermagem, Desenhista de Arquitetura e agente de Defesa Sanitária Animal. Foi nesse período que a instituição passou por reformas para receber em uma das salas do 2º piso um consultório médico/odontológico para atendimento de alunos, professores e funcionários. Também foi construído um novo ambiente para a secretaria e uma das sala foi cedida para uma capela. Havia instruções próprias para o uso desses serviços pelos alunos, professores ou funcionários, inclusive com o nome do profissional.

Figura 19 - Orientações sobre o serviço médico

**SERVIÇO MÉDICO**

A Direção do Colégio de Paranavaí, ex-Colégio Estadual, dentro de sua preocupação em atender ampla totalmente a seus alunos, durante sua permanência na escola conseguiu serviço médico, com atendimento amplo, flexível, presente e eficaz.

Adaptação, um amplo consultório médico, vem funcionando no recinto do Colégio, no turno de maior frequência, o turno noturno, mas o atendimento se estende pelos três períodos de aulas e inúmeras são as vezes em que o serviço médico é acionado.

A qualquer momento, durante os três turnos de aulas, o serviço médico pode ser utilizado para atender acidentados, ou os tomados por mal súbito ou ainda, consulta geral ou esclarecimento de dúvidas.

Um serviço de informações detalhadas possibilita aos coordenadores e diretores do Colégio, saber a qualquer momento, onde se encontra o médico do Colégio, que atende com carinho, dedicação e presteza a qualquer ocorrências com os alunos.

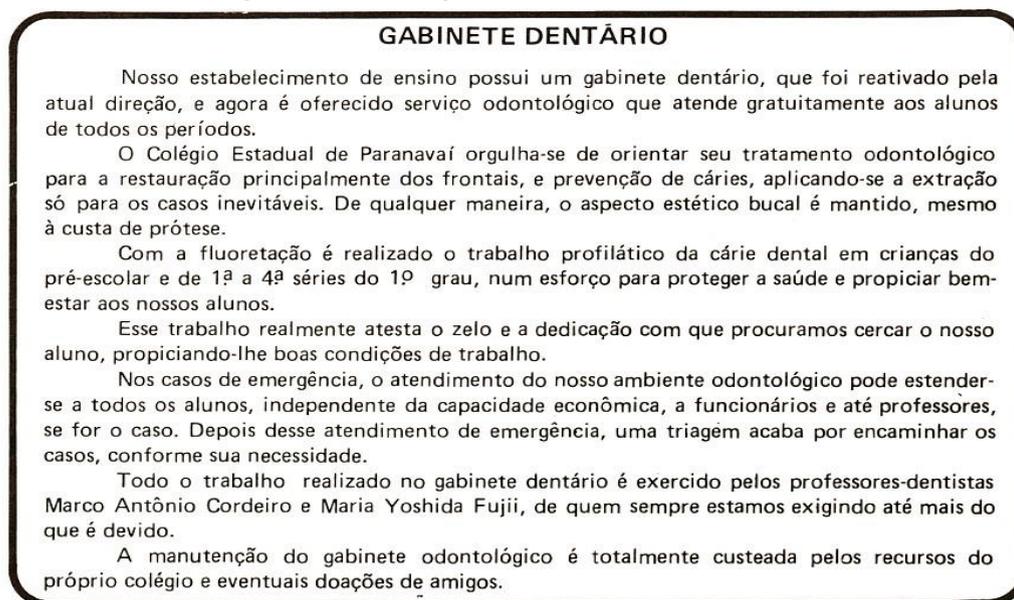
Podemos dizer que ninguém tem seus passos mais controlados do que o "nosso médico"... Vem atendendo o serviço de saúde do Colégio Estadual, o professor e médico Dr. Ruy Pedruzzi, que na falta ocasional de professor ministra palestras de assuntos afins.

Por tudo isso,

**OBRIGADO DOUTOR!**

Fonte: Paranavaí (1981)

Figura 20 - Orientações sobre o Gabinete Dentário



Fonte: Paranavaí 1981

Em 1981 a Secretaria de Estado da Educação reconheceu os cursos com habilitação plena: Magistério, Assistente de Administração e Redator Auxiliar e com Habilitação parcial, os cursos de Desenhista de Arquitetura, Agente de Defesa Sanitária Animal e Auxiliar de Patologia Clínica, de acordo com a Resolução Estadual nº 3.439/81 (Paraná, 1981, s.p.). Havia habilitação plena e curta nessas formações. A principal distinção entre os dois tipos de habilitação estava na intensidade e na duração do curso. Os de curta duração eram para uma inserção rápida no mercado de trabalho, focando em atividades práticas e específicas. As habilitações plenas ofereceriam um aprendizado mais extenso e aprofundado, resultando em maior reconhecimento no mercado e em mais possibilidades para futuras oportunidades de estudo.

Em 1984 foi implantado o Curso Propedêutico e com isso desativados vários cursos profissionalizantes, como o de Redação Auxiliar, Desenhista de Arquitetura, Agente de Defesa Sanitária Animal e Auxiliar de Patologia Clínica. Permaneceu somente o de ensino a Pré-escola e o de 1º a 4º série, e o em funcionamento desde 1981, Curso de Magistério e de Auxiliar de Administração. Nesse período também foram instituídas as eleições diretas para diretores no estabelecimento, conforme o quadro com os nomes dos diretores entre 1955 e o final da década de 1980. (APÊNDICE 2)

#### 4. O COLÉGIO NA VIDA DA COMUNIDADE

A pesquisa em história se dá por fragmentos do passado, por aproximações. As fontes documentais, dentre elas, as documentais e iconográficas permitem a quem pesquisa conhecer o passado, ainda que por meio de fragmentos. Jacques Le Goff (1990, p. 215) escreve que o pesquisador “Ao reconhecer o passado como já tendo existido, considera que o que aconteceu outrora existiu, teve um lugar e uma data, exatamente da mesma maneira que o que existe, que este acontecimento que hoje tenho debaixo dos olhos”, portanto, trata-se de algo real, que faz parte de nossa história, nos ensina no presente, mas também nos diferencia, ou assemelha.

Nossa proximidade com o passado se dá por meio de fontes. E nesta seção vamos explorar fontes de pesquisa, em particular as fotografias que remetem a relação dessa instituição com a sociedade, mas também de documentos pertencentes ao acervo que nos mostram como foram organizados os cursos técnicos ali ofertados. Concordamos com Le Goff (1990, p. 215) que quando se tem atenção e respeito aos tempos passados, considerando como um determinado objeto foi estruturado, compreende-se a razão, a lógica dos acontecimentos que permite “uma versão e não outra” da história, possibilitando apreender a cultura educativa de uma época. As fontes utilizadas nos ajudam a entender o movimento da sociedade naquele período e o papel da escola na formação dos estudantes. Elas foram interpretadas entretecidas à literatura sobre as escolas e à história das ideias pedagógicas.

O conhecimento e o registro dos eventos históricos configuram-se como uma necessidade e uma peculiaridade inerente à condição humana. As sociedades almejam perpetuar os eventos, fatos e memórias. O presente já se transforma em passado como um processo contínuo, conseqüentemente os acontecimentos e memórias correm o risco de cair no esquecimento, caso não sejam devidamente tratados e preservados. O ato de registrar os acontecimentos contrapõe-se ao processo de esquecimento.

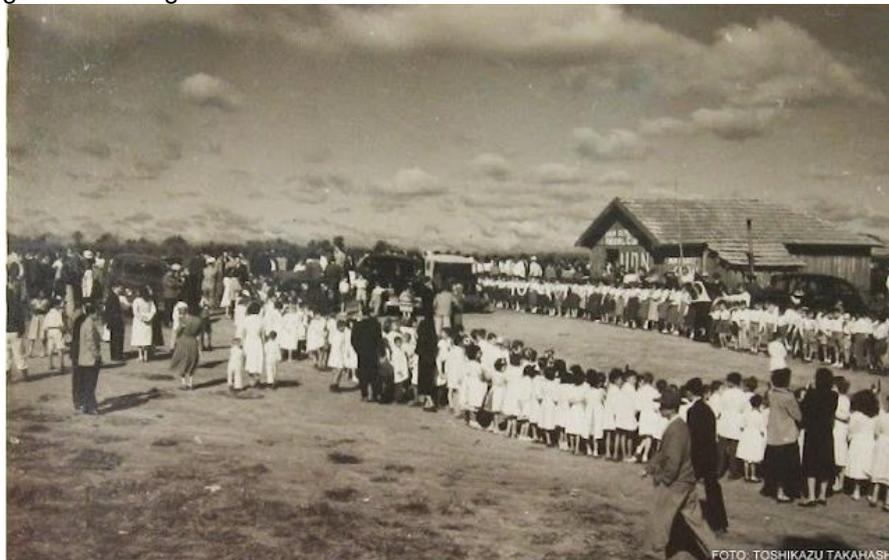
A memória constitui-se, então, como uma faceta intrínseca à natureza humana, que desmembra determinados episódios a partir de influências emocionais. De acordo com Halbwachs (1990), a memória emerge como um

produto de um procedimento que engloba e pertence invariavelmente a uma pluralidade de indivíduos. Por sua vez, Le Goff (1990, p. 366) concebe a memória como um mecanismo pelo qual "[...] o ser humano pode atualizar impressões ou informações pretéritas, ou aquilo que ele percebe como pretérito". Nesse sentido, a história emerge como a confluência dos principais eventos que detiveram um lugar de relevo no âmbito das lembranças coletivas. Em outras palavras, a história se apresenta como uma prática social, como asseverado por Certeau (1982)

#### 4.1 Memórias do Colégio Estadual de Paranavaí

A imagem mais antiga atrelada à essa instituição e localizada durante a pesquisa foi do ano de 1951. Antes da criação do próprio Ginásio Municipal, em meados da década de 1950.

Figura 21 - Chegada do Governador Bento Munhos da Rocha Neto a Paranavaí



Fonte: Acervo Colégio Estadual de Paranavaí (1951)

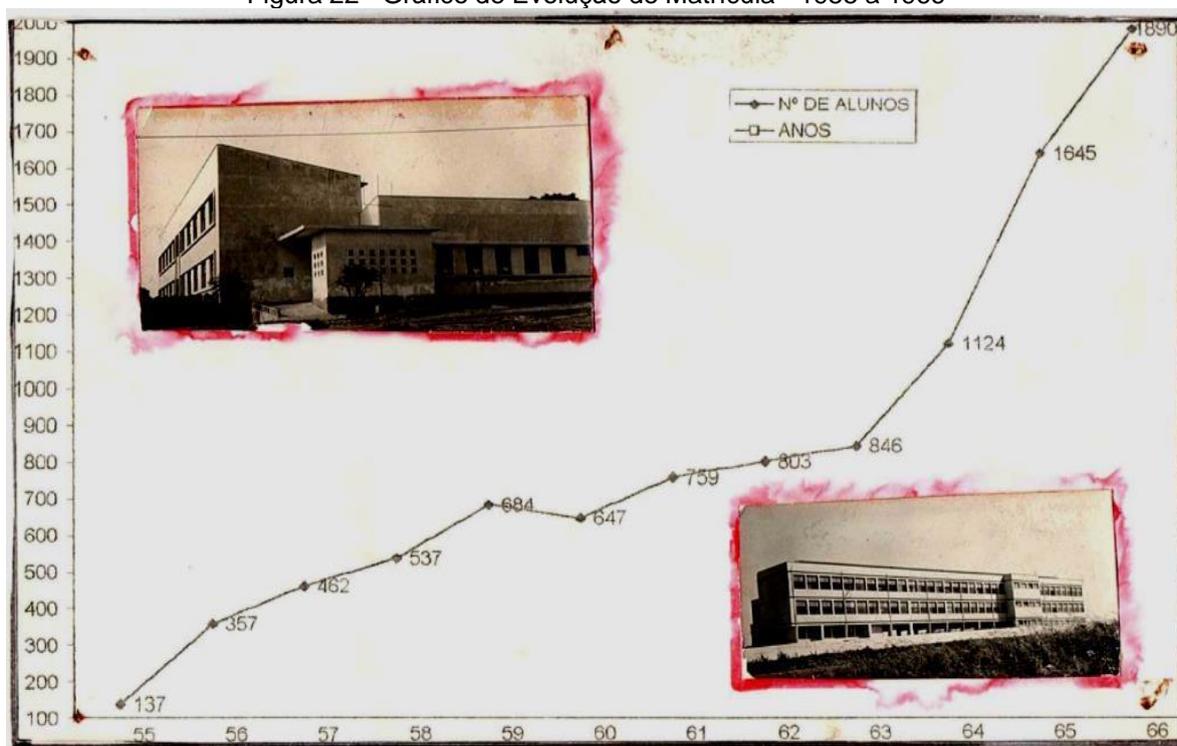
A fotografia, em preto e branco, foi tirada pelo fotógrafo Toshikazu Takahashi. À primeira vista chama atenção o contraste entre o céu enevoado e as pessoas no lugar, mencionado por Bogoni (2020, p. 117), seria o primeiro aeroporto da cidade, “[...] que ia do Colégio Estadual de Paranavaí, até à Fundação Bradesco, no jardim Ipê [...]”. É possível observar que há um grande número de alunos e alunas nesse lugar, organizados separadamente, em ambos os lados do que seria a pista do aeroporto da cidade. Um grupo tem vestimentas escuras com blusa branca. Junto a esses tem uma bandeira do Brasil a ser hasteada e atrás deles uma construção

em madeira, coberta com telhas e inscrições na parede. Outro grupo, com crianças menores, provavelmente alunos do grupo escolar, está com vestes brancas. Os dois grupos são separados por um espaço sem pessoas, talvez uma rua. Em número menor há mulheres e homens circulando atrás das crianças. Junto a elas, algumas mulheres e homens que parecem ser professores. Na rua, de terra batida, há dois caminhões e junto às pessoas há outro veículo escuro.

Observa-se que havia um grande número de alunos presentes provavelmente retirado da sala de aula para recepcionar a autoridade máxima do governo do estado do Paraná, o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Essa relação da escola com a comunidade, mesmo antes da criação do Ginásio no município, denota a urgência de se expandir a educação no lugar. Um fato era inegável: havia um grande número de estudantes a cada ano. A agricultura era a principal atividade econômica do município, com destaque para o café e o algodão, seguido pelo cultivo de outros cereais de maneira geral. A região também contava com pecuária em pleno desenvolvimento, indústrias do ramo madeireiro, produtos alimentares e calçados.

Na década de 1950 o Ginásio Municipal recebia os estudantes do Grupo Escolar de Paranavaí, bem como filhos de migrantes de várias regiões do país que por aqui chegavam atraídos pela possibilidade de uma vida melhor. A população de Paranavaí crescia. De acordo com IBGE (1959, p. 379), “[...] em 1950, pelo Recenseamento Geral, o então distrito de Paranavaí possuía 25 520 habitantes, 14.328 homens e 11.192 mulheres. Estima-se a população atual em 42.000 pessoas.” Em se tratando da população urbana, “[...] estima-se a população atual da cidade em 13. 600 habitantes, [...]”. O Recenseamento Geral de 1950 constatou que na sede do antigo distrito de Paranavaí havia 1.513 pessoas com cinco anos ou mais. Dentre elas, 827 eram alfabetizadas, sendo 508 homens e 319 mulheres. Em 1956, o município ofereceu ensino primário fundamental comum por meio de 18 unidades escolares, que contavam com 1.967 alunos matriculados. (IBGE, 1959, p. 381). Houve crescente demanda de matrículas no Ginásio Estadual entre 1955, data de início de suas atividades educacionais, até 1966, representadas a seguir.

Figura 22 - Gráfico de Evolução de Matrícula - 1955 a 1966



Fonte: Acervo Colégio Estadual de Paranaíba (1966)

Na imagem acima (figura 22) temos no quadrante superior esquerdo o prédio do Ginásio Estadual de Paranaíba, em 1956, com 137 alunos iniciais, no gráfico, localizado no quadrante inferior esquerdo. Na parte superior direita da imagem está localizado o número de alunos matriculados no ano de 1966, totalizando 1.890 estudante. Na parte inferior da imagem, temos a foto das novas instalações que o Ginásio Estadual passou a ocupar definitivamente na década de 1960.

A renda municipal também aumentava, conforme mostra dados do IBGE (1959), com a arrecadação de tributos, municipais e estaduais. Por outro lado, aumentavam as despesas do município a partir de 1953. Somente em 1956, quando foi instalada a Coletoria Federal, é que aparece o registro da arrecadação Federal. Neste mesmo ano a despesa do município supera a arrecadação, em decorrência do saldo anterior.

Figura 23 - Finanças Públicas de Paranavaí.  
**FINANÇAS PÚBLICAS —**

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr\$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952.....	...	15 081	---	---	---
1953.....	...	17 047	4 075	2 898	3 808
1954.....	...	22 128	4 698	2 622	4 797
1955.....	...	24 800	11 185	4 180	9 223
1956.....	(*) 8 053	23 516	15 154	3 433	(**) 17 092

(\*) A partir de abril de 1956, quando foi instalada a Coletoria Federal em Paranavaí

(\*\*) Em 1956 foi possível uma despesa maior que a arrecadação, devido o saldo anterior de Cr\$ 2 130 713,00.

Fonte: IBGE, (1959, p. 381)

A arrecadação representada na figura anterior auxilia na compreensão do crescimento da área urbana, se comparada a outras apresentadas nesta pesquisa, conforme a foto tirada pelo fotógrafo Toshikazu Takahashi (1958), abaixo (Figura 24). No centro da imagem está o prédio do segundo terminal rodoviário, em uma praça e cercado por inúmeras construções de residências e prédios comerciais. Esse prédio existe até os dias atuais, não sendo mais utilizado como rodoviária. Em 1961, de acordo com Silva (2014) havia na cidade:

[...] Ginásio Nossa Senhora do Carmo e Ginásio Humberto de Campos [...] Conservatório de Música "João Ghignone" [ a ] biblioteca Municipal Júlia Wanderlei [ a ] Escola Normal Regional, Escola Normal Secundária, Escola do Comércio, 4 grupos escolares e numerosas escolas particulares. (Silva, 2014, p. 271).

Figura 24 - Cidade de Paranavaí em 1958



Fonte: Colégio Estadual de Paranavaí

No ano de 1965 a cidade já contava com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), que iniciou ofertando quatro cursos de formação de professores, como mostra a dissertação de Beatriz Fernanda Almeida da Silva (2023), intitulada A criação da Fafi e a formação de professores em Paranavaí, região noroeste do Paraná (1965-1972) e defendida junto ao PPIFOR.

De acordo com os registros documentais da instituição, o Colégio Estadual, possuía um Currículo Multicurriculares para o 1º e 2º ciclo, funcionando com as orientações, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61, com os Cursos Colegial de Ciências Matemáticas; Curso Colegial de Ciências Biológicas e Curso Colegial de Letras. O crescimento da população e infraestrutura também refletiu no cotidiano do Colégio Estadual de Paranavaí, durante sua primeira década de funcionamento, não apenas na estrutura física, a partir das mudanças de prédio e endereço, mas também resultando no aumento da demanda por matrículas.

Na foto abaixo (Figura 25), em preto e branco, pertencente ao acervo da instituição pesquisada, foi feita no mesmo ano em que se concluiu a transferência dos estudantes para o novo prédio da escola, no qual funciona até os dias atuais. Os estudantes retratados na foto são jovens representados em sua maioria por mulheres.

Figura 25 - Estudantes Colégio Estadual.



**Estudantes Colégio Estadual em 1964**

Fonte: Acervo Colégio Estadual de Paranavaí (1964)

A foto não possui uma legenda com explicações mais detalhadas que justifiquem o registro, porém ao analisá-la, vemos em segundo plano da imagem de um caminhão, provavelmente no qual os alunos foram transportados para a atividade que desenvolveram, com o motorista em seu interior, o que pode sugerir que o registro se trata de uma excursão ou atividade pedagógica externa à instituição. É possível notar, do lado direito da foto, uma mulher de saia escura que se destaca entre as demais, que provavelmente seria a professora. A foto tirada em ambiente externo, mostra ao fundo um local bastante arborizado, sugerindo que era um local diferente da área urbana onde está localizado o Colégio. Observa-se que algumas mulheres já usavam calça e estão agachadas junto aos homens.

A pesquisa evidenciou que a integração entre a instituição e a sociedade era bastante profícua. Em 1966, por iniciativa dos estudantes do 1º ano do Curso Clássico, do Colégio Estadual de Paranavaí, foi criado o Festival de Música e Poesia de Paranavaí (FEMUP), o qual existe até os dias atuais. Uma das protagonistas desse projeto foi a então estudante Neusa Sanches, que concedeu entrevista a esta pesquisadora em 2023, relatando que foi feito juntamente com outros colegas de classe com o intuito de levantar fundos para a formatura da turma. O evento, que em sua primeira edição foi pensado em “uma noite de artes”. Teve o apoio e orientações do professor Gomes da Silva, proveniente do Rio de Janeiro e formado em Letras, então ministrando um Curso de Oratória e liderança na instituição. Ele sugeriu denominar o evento de Festival, orientando os estudantes a organizar um evento dessa natureza. Solicitou que, após a realização do primeiro, dessem continuidade nos anos seguintes.

As atividades para o primeiro evento do FEMUP foram planejadas pelos estudantes. O caixa levantado com a venda dos convites foi destinado às despesas gerais. No primeiro festival foram declamados 16 poemas, embora tivessem sido inscritos cerca de 60 poemas, recordou Neusa Sanches (2023). O poema vencedor foi escrito pelo Professor Gomes da Silva e declamado por Fernando da Silva. (Femup, 1966). Por ocasião da entrevista a professora Neusa Sanches lamentou não mais possuir o seu exemplar encadernado dos poemas que formam declamados no 1º Festival de Música e Poesia de Paranavaí. O festival, que foi tema de pesquisa e artigo (Cruz et al., 2024), iniciou-se com os alunos do Curso Clássico e ganhou projeção em Paranavaí e muito além dessa cidade, em âmbito

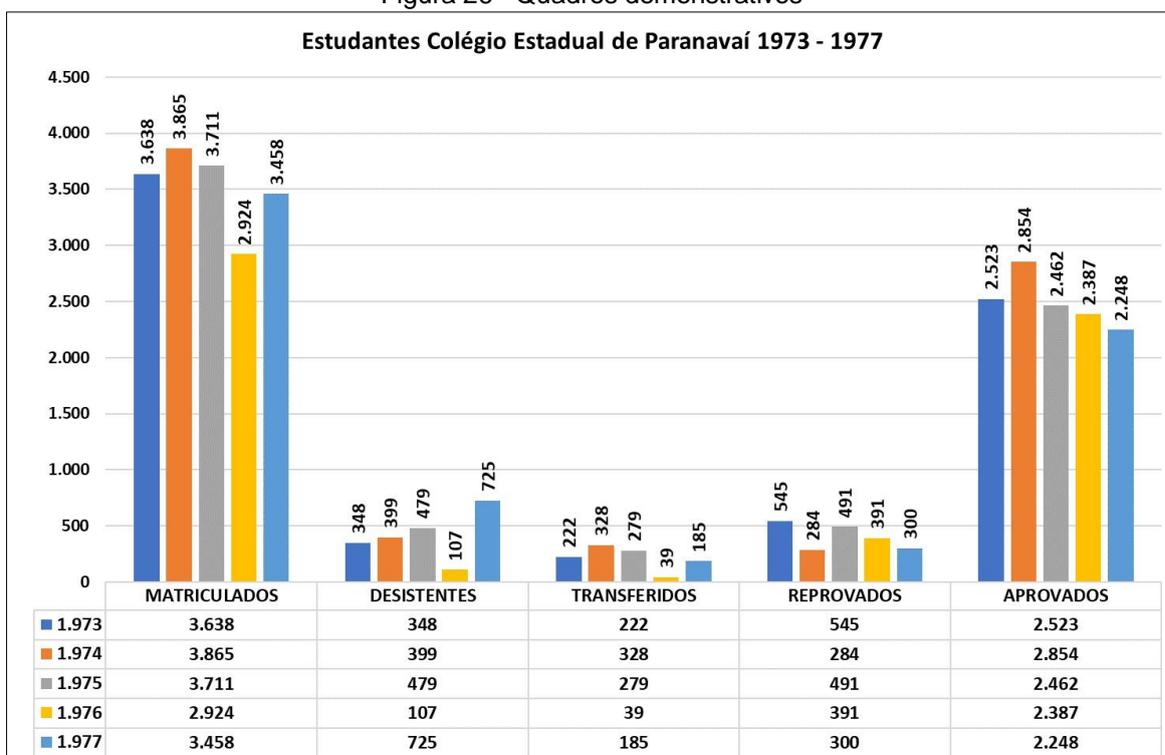
nacional e internacional. O Femup foi incorporado ao Patrimônio Cultural de Paranavaí, sendo realizado até os dias atuais.

Essas e outras atividades davam visibilidade à instituição. Documentos institucionais indicam que entre os anos de 1973 e 1977, por exemplo, as matrículas na escola sofreram impacto da geada de 1975, conhecida como “geada negra” e que afetou diretamente a vida das pessoas da região, pois os cafezais foram queimados pelo frio, reorganizado a vida na cidade e nas áreas rurais.

A Geada Negra de 1975 foi a maior que aconteceu no Brasil. O Paraná, que até então tinha sua economia dependente da produção cafeeira, viu mudar definitivamente as configurações econômicas do estado e da região norte. [...] A tragédia ocorreu na noite de 17 e 18 de julho de 1975. A temperatura foi caindo e, na madrugada, os termômetros despencaram, chegando de  $-3,5^{\circ}\text{C}$  a  $-6^{\circ}\text{C}$  (negativo) na região. O orvalho congelado resultou na grande geada que matou mais de 850 milhões de cafeeiros. Não existia mais nada verde, o cafezal era uma floresta de pés pretos, completamente queimados, esturricados. Um horror. No dia anterior, em 17 de julho de 1975, aconteceu a neve em Curitiba. (Bogoni, 2020, p. 124)

Com o intuito de mostrar os resultados, elaboramos um gráfico (Figura 24) a partir dos livros de registros com os Relatórios Finais desse período, considerando o número de alunos matriculados, desistentes, reprovados e ou transferidos, dois anos antes e dois anos após a geada. Nos dois anos que precederam a geada, 1973 e 1974, observou-se aumento no número de matriculados do Colégio Estadual de Paranavaí, o que indica que a população estava estável e de certa forma em expansão, com a comunidade em crescimento. A economia rural era baseada no café. No entanto, as expectativas de vida das pessoas naquela época foram profundamente abaladas com a "geada negra". Esse fenômeno climático causou enormes prejuízos à produção de café, que já vinha em declínio, intensificando o êxodo rural.

Figura 26 - Quadros demonstrativos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de registros institucionais (2024)

Ao analisar o número de matrículas e dos dados educacionais do Colégio Estadual de Paranavaí no período de 1973 a 1977, buscamos por indícios quanto ao impacto da "geada negra" de 1975 que impactou economicamente a década de 1970 e possíveis transformações sociais e demográficas dela decorrentes na região. O quadro mostra alterações no número de matrículas, desistências, transferências e aprovações dentro da instituição. Com base no quadro é possível afirmar que: que em números absolutos são:

- 1973 e 1974: anos que antecedem a "geada negra", o colégio apresentava um número relativamente estável de matrículas, com um aumento de 227 alunos, passando de 3.638 para 3.865 alunos. Isso reflete um cenário em que, apesar do início das dificuldades econômicas e da reforma educacional em curso, a migração urbana ainda não havia se intensificado a ponto de afetar drasticamente a dinâmica escolar.
- 1975: Este ano marca o ponto de inflexão, coincidindo com a "geada negra". As matrículas caem para 3.598 alunos, reduzindo 267 em relação ao ano anterior, elevando para 472 o número de desistências, o maior número registrado até então. Tudo indica que essa esteve associada à crise

econômica gerada pela destruição das lavouras de café, que levou ao êxodo rural e à instabilidade nas famílias, com dificuldades econômicas que impossibilitaram a continuidade dos estudos dos filhos.

- 1976: Este ano apresenta uma queda ainda mais acentuada no número de matrículas em relação ao ano anterior, diminuindo 803 matrículas. Com isso o número de alunos do colégio caiu para 2.795, fenômeno que associamos com a grande desolação que as famílias passaram e o impacto da crise econômica na vida. Naquele ano, se comparado ao anterior, reduziu o número de desistências e transferências. A escola estava com o menor número de alunos desse período, refletindo a instabilidade social e a mobilidade populacional.
- 1977: Apesar de uma recuperação nas matrículas para 3.458 alunos, aumento de recuperação de 663 alunos em relação ao ano anterior, os números não retornam ao nível pré-1975. As desistências atingem o maior número do período, com 725 casos. Isso sugere que as condições socioeconômicas ainda não haviam se estabilizado, e muitas famílias enfrentavam dificuldades para manter seus filhos na escola. Além disso, a adaptação às novas demandas da Lei 5.692/71, que exigia uma formação mais técnica e profissional, pode ter gerado desafios adicionais para os alunos e suas famílias.

Esses dados correspondem aos seguintes percentuais, conforme o Quadro a seguir:

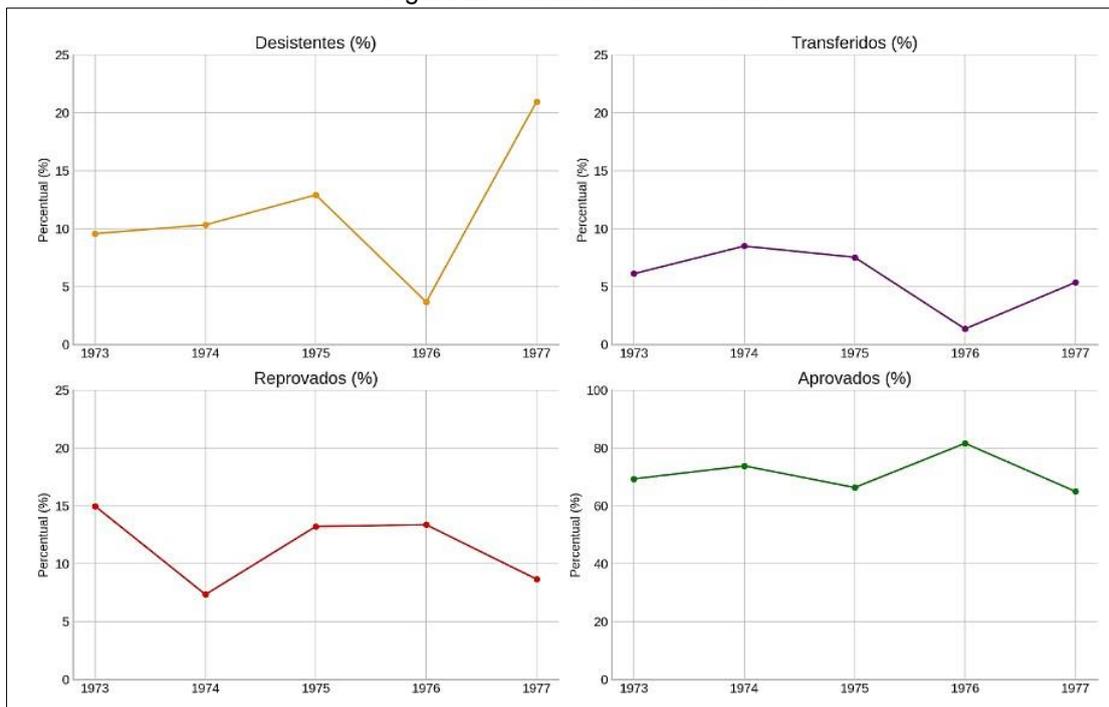
Quadro 7 - Percentuais de 1973 a 1977

Ano	Matriculados	Desistentes	Transferidos	Reprovados	Aprovados
1973	3.638	9,57%	6,10%	14,98%	69,35%
1974	3.865	10,32%	8,49%	7,35%	73,84%
1975	3.711	12,91%	7,52%	13,23%	66,34%
1976	2.924	3,66%	1,33%	13,37%	81,63%
1977	3.458	20,97%	5,35%	8,68%	65,01%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de registros institucionais (2024)

Para determinar os percentuais de cada categoria, os números de desistentes, transferidos, reprovados e aprovados foram divididos pelo total de matriculados em cada ano e, em seguida, multiplicados por 100. Dessa forma, foi possível indicar a proporção de desistência,

Figura 27 - Gráficos demonstrativos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de registros institucionais (2024)

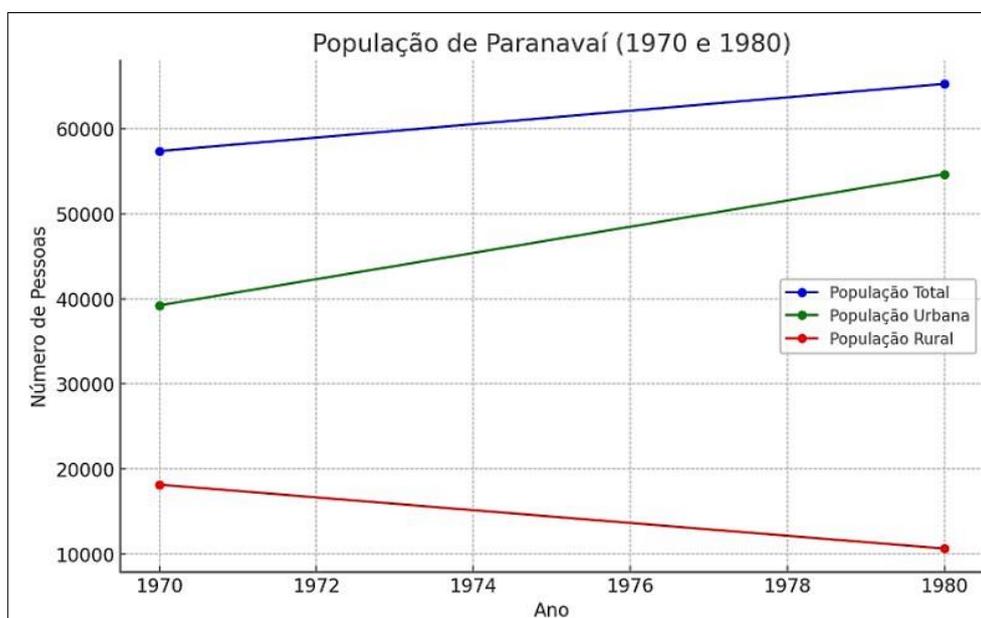
A economia do Paraná, que até então mostrava uma forte dependência da produção cafeeira, enfrentou um colapso. A devastação dos cafezais resultou no fechamento de diversas fazendas e na perda substancial de empregos rurais, acarretando um êxodo rural expressivo. Entre 1970 e 1980, muitas famílias migraram para centros urbanos na própria região ou se deslocaram para outras localidades do Brasil em busca de novas oportunidades. A “geada negra” marcou o declínio irreversível da economia cafeeira no estado, e com isso a reconfiguração econômica e social, com impactos imediatos na demografia e nas escolas da região. Esse movimento migratório teve influência significativa nas dinâmicas sociais e educacionais do período.

Fazendo um paralelo entre a população de Paranavaí e o número de estudantes do Colégio Estadual de Paranavaí considerando os dados do IBGE. Em 1970, a população total de Paranavaí era de 57.387 habitantes, sendo 39.232 residentes em áreas urbanas e 18.155 em zonas rurais. Já em 1980, esse total

subiu para 65.286 habitantes, com um aumento significativo na população urbana, que passou a contar com 54.654 pessoas, enquanto a rural reduziu para 10.632 habitantes.

O movimento da população do campo para a cidade pode ser atribuído a fatores econômicos e ambientais, especialmente à geada negra de 1975, que destruiu as plantações de café, uma das bases econômicas da região. Esse evento natural acelerou o êxodo rural, forçando muitas famílias a se mudarem para a cidade em busca de novas oportunidades, impactando diretamente no crescimento urbano de Paranavaí. Trouxe consequências para o sistema educacional local, pois conforme memorialista locais, várias famílias foram buscar outras localidades para viver.

Figura 28 - Variável – População Município de Paranavaí (1970 – 1980)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de registros IBGE - Paranavaí (2024)

Em termos percentuais, na década de 1970 a População Urbana de Paranavaí totalizava 68,36% e a População Rural 31,64% do total do município que era 57.387 pessoas. Na década seguinte o município contava com 65.286 (pessoas) e se eleva o percentual de pessoas vivendo na área urbana da cidade, com 83,71% enquanto que na área rural residia 16,92% da população. (IBGE, 2024). Os dados mostram um crescimento significativo da população urbana, que passou de aproximadamente dois terços para mais de quatro quintos do total populacional, enquanto a população rural sofreu uma queda acentuada, refletindo

os efeitos da geada negra e a conseqüente migração para as cidades.

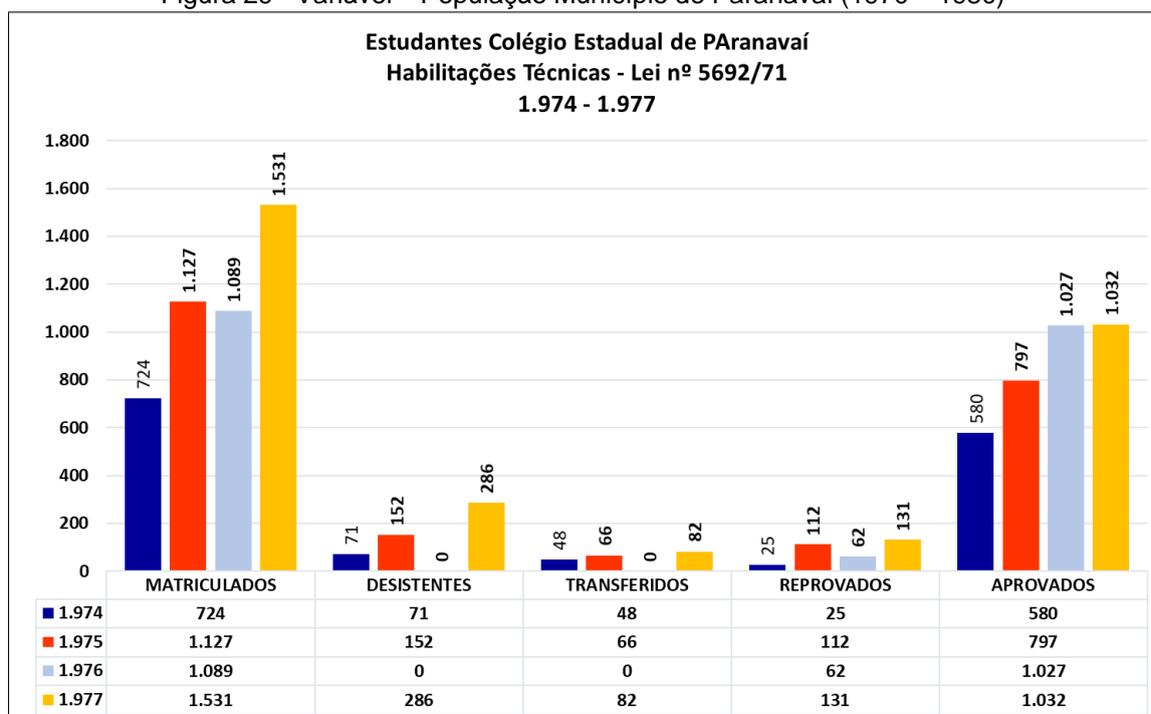
Com a urbanização, houve uma crescente necessidade de escolas e formação adequada às novas exigências do mercado de trabalho urbano. A expansão urbana e o desenvolvimento dos setores não-agrícolas intensificaram a procura por educação técnica e profissional, evidenciando as transformações econômicas e sociais resultantes do colapso do setor cafeeiro e da necessidade de diversificação econômica.

Dessa forma, o aumento populacional urbano em Paranavaí e as alterações na distribuição demográfica entre áreas rurais e urbanas não apenas remodelaram o perfil da cidade como também redirecionaram a função das instituições educacionais, particularmente no que diz respeito à formação técnica e ao preparo para o mercado de trabalho em variados setores da nova economia emergente.

Considerando o processo de urbanização, industrialização e reformas educacionais que buscaram alinhar o sistema educacional brasileiro às demandas do mercado de trabalho internacional, com a publicação da Lei 5.692/71, intensificou-se o processo de profissionalização do ensino de 2º grau, pela introdução de cursos técnicos preparando os estudantes para inserção no mercado de trabalho. As reformas exigiam a profissionalização do ensino. Somadas ao êxodo rural e ao crescimento das populações urbanas, transformou significativamente o perfil dos estudantes e a dinâmica educacional no Colégio Estadual de Paranavaí. O modelo de educação com ênfase na formação técnica criou novas demandas sobre a estrutura escolar, os professores e os alunos.

A migração para áreas urbanas não foi acompanhada de imediato por uma correspondente expansão da infraestrutura educacional, o que pode estar associado a taxa de desistências, as transferências e reprovações. A Lei 5.692/71 introduziu um currículo mais técnico e profissional. Os alunos e suas famílias tiveram que se adaptar às novas exigências e expectativas educacionais. O Colégio Estadual de Paranavaí, como uma das principais instituições educacionais da microrregião, refletiu em seu número de alunos a complexidade desse período. O caso de Paranavaí durante a década de 1970 é um exemplo claro de como eventos climáticos e reformas estruturais podem interagir para produzir mudanças significativas na educação, demandando respostas adaptativas tanto das instituições quanto das políticas públicas.

Figura 29 - Variável – População Município de Paranavaí (1970 – 1980)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de registros institucionais (2024)

A investigação comparativa dos dados referentes a matrículas, desistências, transferências, reprovações e aprovações do Colégio Estadual de Paranavaí, em conjunto com os cursos técnicos oferecidos conforme a Lei 5.692/71 entre os anos de 1973 e 1977, evidencia como as transformações políticas e econômicas influenciaram na organização da sociedade e na educação na região. Nesse período marcado pela política do governo militar visando “[...] ampliar a base industrial do país para que o mesmo se constituísse autossuficiente em produção de bens de consumo, energia e produção industrial.” (Rodrigues, 2020, s.p.). A alteração do número de alunos na escola também sofre influência das políticas governamentais e a criação de polos industriais visando a autossuficiência produtiva no país.

#### **4.2. Matrículas, desistências e transferências em Cursos Técnicos (1974 – 1977)**

Conforme documentos institucionais que deram origem a Figura 25, acima, entre 1974 e 1977 houve oscilação entre as categorias de alunos desistentes, transferidos e reprovados, especialmente marcada no ano de 1975, quando ocorreu a “geada negra”. Essas três categorias, de alguma forma, representam a

interrupção dos estudos na instituição de ensino. Proporcionalmente, as três categorias têm o seguinte resultado: Em 1974, o percentual correspondeu a 19,9% dos alunos matriculados; em 1975 foi de 29,2% dos alunos matriculados; no ano de 1976 os registros apresentam uma taxa de apenas 5,69% dos estudantes; e, em 1977 esse percentual se eleva a 32,6% do total de matriculados.

Embora a geada tenha ocorrido em 1975, foi no ano seguinte que baixou significativamente o número de alunos matriculados nos cursos técnicos. Essa realidade provavelmente foi uma consequência do que ocorreu no ano anterior, mas como afirma Marc Bloch (2001), nunca um fenômeno histórico se explica por si só. Portanto, também é preciso considerar outras possibilidades, como as políticas governamentais do regime militar e a industrialização nas cidades maiores, como Maringá, São Paulo e Curitiba, por exemplo, impulsionando pessoas a ir em busca de trabalho nessas cidades, segundo aponta o estudo de Nascimento e Miguel (2005)

Por sua vez foi neste ano que, proporcionalmente, mais alunos foram aprovados entre os matriculados na escola, objeto de estudo. Possivelmente o movimento de aumento da procura pelos cursos técnicos no final da década de 1970 pode ter tido relação com esforço institucional e políticas do estado do Paraná (Nascimento e Miguel, 2005) para atrair os alunos nas instituições de ensino paranaenses.

Chama a atenção a flutuação no número de alunos, mas sobretudo a flutuação quanto ao percentual de alunos que de alguma forma deixaram a escola, como mostra a Figura 25. Por outro lado, o mercado de trabalho se transformava e a sociedade se industrializava. Os dados estão associados às transformações políticas-econômicas que marcaram a década de 1970, impactando a educação. Certamente a “geada negra” teve um peso no movimento migratório, mas não pode ser entendida como causa única. As matrículas nessa escola, por exemplo, também estavam vinculadas a mudanças provocadas pela Lei 5692/71. Um de seus resultados foi o fechamento da Escola Normal Colegial Leonel Franca<sup>27</sup>, transformando a formação de professores de 1ª a 4ª série numa habilitação do 2º

---

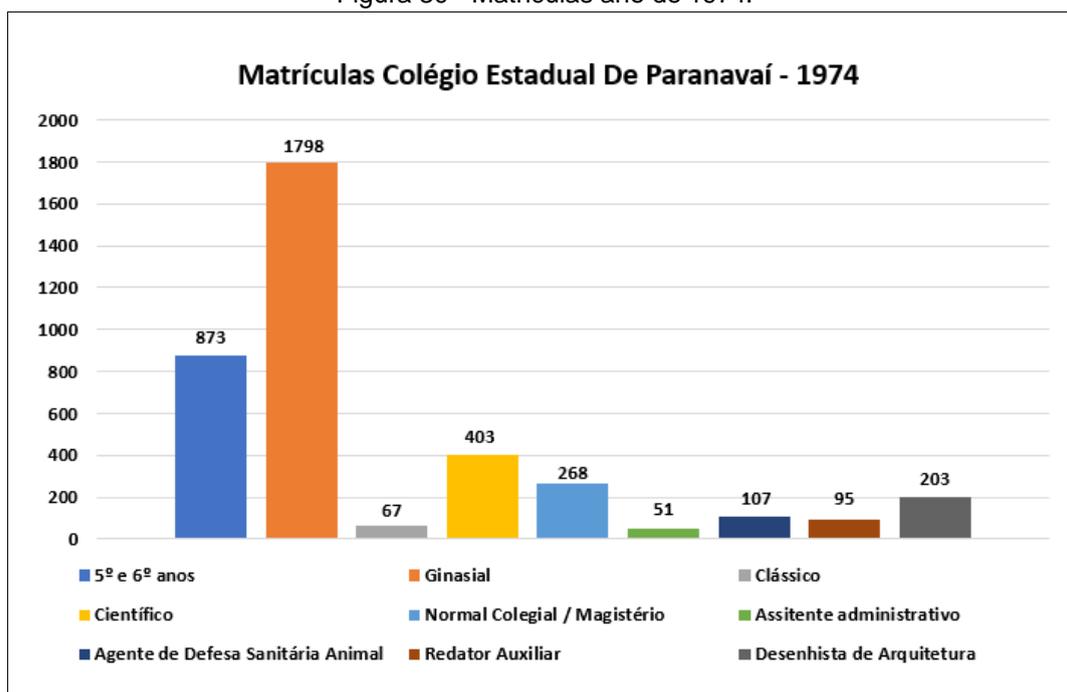
<sup>27</sup> A Escola Normal Leonel Franca foi objeto de pesquisa de dissertação intitulada *O papel da escola normal secundária “Leonel Franca” de Paranavaí na formação de professoras (1956-1974)*. De autoria da Ms. Sthefany Matheus da Silva, defendida junto ao PPIFOR em 2021.

grau, o magistério, curso que passou a ser ofertado pelo Colégio Estadual de Paranavaí, que com base no Plano de Implantação do Ensino de 2º grau do estado, tornou-se Unidade Integrada de Ensino composta pelo Colégio Estadual de Paranavaí, Colégio Comercial Estadual e Escola Normal Colegial Leonel Franca. Isso se deu por meio do Parecer nº 170/74 (Anexo 3), Processo nº 044/74 (Paraná, 1974) do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE). Vários cursos técnicos passaram a fazer parte dos ofertados pela instituição:

[...] Assistente de Administração, Redator auxiliar, Contabilidade, Secretariado, Magistério para 1º e 4º Séries, a nível técnico e Auxiliar de Enfermagem. Desenhista de Arquitetura e Agente de Defesa Sanitária Animal, a nível de outras habilitações. [...]. (Paraná, 1974, s.p.)

A instituição atingiu 3.663 matriculados no ano de 1974 para os cursos<sup>28</sup>. O Curso Normal / magistério era o mais procurado entre os profissionalizantes, conforme a Figura 30.

Figura 30 - Matrículas ano de 1974.



Fonte: Acervo Colégio Estadual de Paranavaí (1974)

<sup>28</sup> Os números referentes aos Cursos Técnicos do gráfico são os seguintes: 1 (uma) turma do Curso Técnico de Administração; 3 (três) turmas do Curso Técnico em Agente de Defesa Sanitária e Animal; 2 (duas) turmas do Curso de Redator Auxiliar; 5 (cinco) turmas do Curso Técnico Desenhista de Arquitetura.

A história do Colégio Estadual de Paranavaí entre 1973 e 1977, conforme evidenciado pelos dados de fluxo de alunos, revela desafios e mudanças que vão além dos números. Essa análise numérica indica questões sociais, econômicas, ambientais e pedagógicas, sinalizando um cenário de transformações educacionais relevantes e adequações curriculares que impactam o cotidiano escolar e a vida dos estudantes.

O aumento nas taxas de evasão ao longo dos anos, culminando em 1977 com uma taxa aproximada de 21%, reflete o movimento da sociedade que influencia diretamente a permanência dos alunos, como por exemplo, as pressões econômicas que levam os jovens a deixar os estudos para entrar no mercado de trabalho e ajudar suas famílias. Em uma região historicamente voltada para a agricultura, os estudantes, especialmente os de baixa renda, podem se ver obrigados a trabalhar em atividades sazonais, como colheitas, dificultando assim a continuidade da educação. Além disso, essa elevada taxa de evasão pode indicar uma carência de suporte social e psicológico na escola, fundamental para auxiliar os alunos a enfrentarem as dificuldades cotidianas e manterem-se matriculados. Logo, o aumento da evasão e a queda nas taxas de aprovação podem estar relacionadas à falta de condições para proporcionar um suporte educacional mais efetivo às demandas dos alunos, necessidades práticas e emocionais dos estudantes.

As questões ambientais também se refletem nas condições das salas de aula e nos recursos disponíveis, como ventilação e iluminação, principalmente em períodos quentes ou quando as instalações estão sobrecarregadas. Esses fatores podem ter contribuído para o incremento nas desistências e para uma diminuição na qualidade da experiência escolar.

Outro aspecto relevante são as adaptações curriculares em função da Lei nº 5.692/71 que priorizava a formação técnica com flexibilização do currículo para atender tanto às demandas sociais quanto às exigências do mercado. Contudo, essa 'modernização' curricular pode não ter sido suficiente para estimular os alunos, já que o currículo padronizado com foco no ensino técnico oferecia pouco espaço para abordagens interdisciplinares e contextualizadas que pudessem tornar o ensino mais significativo na vida cotidiana dos estudantes da região. Esse desalinhamento curricular pode explicar parte das altas taxas de evasão e das

frequentes transferências.

Os dados sobre fluxo escolar - incluindo transferências, reprovações e aprovações - ilustram os desafios em manter um sistema educacional eficiente e atrativo. A elevada taxa de transferências ao longo dos anos pode indicar insatisfação com a oferta educacional ou uma busca por opções mais acessíveis ou próximas às comunidades desses alunos. Além disso, as variações nas taxas de aprovação - com um pico em 1974 seguido por uma queda - sugerem que a adaptação ao novo modelo curricular foi gradual e desafiadora tanto para professores quanto para alunos. Analisar esses fluxos evidencia a necessidade urgente por políticas mais sensíveis à realidade local além da necessidade de investimentos em infraestrutura, orientação pedagógica e suporte emocional para estudantes e docentes.

A trajetória do Colégio Estadual de Paranaíba durante esse período reflete os efeitos de uma política educacional centralizada e padronizada, resultando em consequências mistas na formação dos alunos. O fluxo irregular, junto às taxas de desistência e aprovação, indica que o sucesso escolar vai além da simples adequação curricular ou economia nos recursos; é necessário também oferecer um apoio integral aos alunos bem como fortalecer a conexão entre escola, família e comunidade.

Com a Lei nº 5.692/71, ocorreu no estado do Paraná, de forma gradativa, uma reformulação substancial no setor educacional. Essa legislação visava atender às necessidades emergentes de um país que se encontrava em um acelerado processo de industrialização e urbanização, exigindo uma força de trabalho qualificada e diversificada. Nesse sentido também o estado do Paraná adotou medidas para ampliar o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau. Uma das principais inovações foi a obrigatoriedade da oferta de educação profissionalizante integrada ao ensino médio, que incluiu habilitações técnicas específicas. O ensino secundário foi reorganizado em um ciclo unificado com duração total de 11 anos: composto por 8 anos dedicados ao ensino fundamental e 3 anos ao ensino médio, incorporando disciplinas voltadas à preparação profissional.

No ano de 1978, o então governador Jayme Canet Junior, na mensagem anual aponta para a questão social (o que também era objeto do governo nacional,

através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento), com ênfase nos investimentos em educação, que seria na construção de “[...] 1.300 prédios e mais de 6 mil salas de aula [...]” (Canet Junior, 1978, p. XV), em continuação à implantação da Lei 5692/71, que já ocorria de forma gradativa, desde 1975, nos municípios paranaenses, conforme um cronograma pré-estabelecido pelo governo. Junto com o desenvolvimento industrial, a expansão do atendimento escolar fazia parte da política nacional para “aumentar a renda pessoal dos brasileiros” como parte de um programa que tinha esse objetivo, escreveu o então governador do Paraná, Ney Braga, na mensagem de 1980. (Braga, 1980, p. XII). No mesmo relatório o governador expressa o investimento do estado para as “[...] atividades de iniciação ou habilitação profissional foram aplicados 128,7 milhões de cruzeiros com mobiliário escolar, preparação de ambientes específicos para o 1º grau e montagem de escritório modelo, oficinas e 50 laboratórios para o 2º grau.” (Braga, 1980, p. 48).

Nesse período havia distribuição de bolsas de estudos para a manutenção dos jovens no ambiente escolar. Alunos carentes recebiam material escolar, além dos livros didáticos. Por meio do programa de assistência Médico-Odontológico-Sanitária por meio de “[...] testes de acuidade visual e auditiva, exames médico, tratamento odontológico e pediátrico, tratamento de verminose, escabiose e prestação de primeiros socorros.” (Braga, 1980, p. 50-51). O Colégio Estadual de Paranavaí contava com consultório odontológico, atendimento odontológico e médico, como mostraremos mais adiante, nesta pesquisa. Ao mesmo tempo em que o estado fomentava essas ações, realizava-se investimento na formação dos professores, por meio de cursos de capacitação para trabalhar dentro da nova metodologia.

A Lei 5.692/71 tinha a finalidade de tornar o ensino médio no Brasil mais técnico e orientado para a profissionalização. No entanto, isso gerou uma série de dificuldades e impactos negativos, principalmente nas escolas públicas, que tentaram se adaptar sem a assistência adequada. Essa legislação exigiu a incorporação de disciplinas técnicas e profissionalizantes, forçando as instituições a dedicar mais tempo às aulas técnicas, em detrimento das matérias básicas, o que prejudicou a educação integral dos alunos. Como resultado, houve uma queda na formação geral e um retrocesso no desenvolvimento crítico e acadêmico dos

estudantes.

Além disso, a transição para um currículo voltado à profissionalização evidenciou a carência de infraestrutura nas escolas públicas que não dispunham de laboratórios, equipamentos e materiais adequados para o ensino técnico. O esforço para implementar essa lei foi frequentemente mais ideológico e político do que educacional, tentando alinhar a educação brasileira às necessidades de um mercado industrial em ascensão. Entretanto, a abordagem pragmática e controladora do governo falhou em fornecer os recursos financeiros e estruturais necessários para as escolas. Assim sendo, a tentativa de profissionalização sem apoio resultou em uma carga adicional ao invés de ser uma solução viável para os desafios educacionais da época no Brasil.

Para aprofundar a análise dos efeitos da Lei 5.692/71 é importante considerar autores que discutem suas repercussões no ensino médio brasileiro. Cury (1982) afirma que essa lei surgiu em um momento de forte controle governamental alinhado às políticas econômicas focadas no desenvolvimento industrial do país. Ele observa que a reformulação curricular priorizou o ensino técnico como estratégia para formar mão-de-obra em grande escala, ignorando as necessidades educativas e sociais dos alunos. Ao valorizar uma formação fragmentada e utilitarista, afastou-se da formação crítica integral; crítica acentuada pela ausência de infraestrutura adequada e professores qualificados que tornaram o ensino técnico superficial.

A implementação da Lei 5.692/71 impôs um modelo padronizado de ensino técnico às escolas sem levar em conta as particularidades regionais e sociais do Brasil. Esse modelo reproduzia uma lógica economicista que desconsiderava as características culturais locais das comunidades escolares, resultando numa educação descontextualizada inadequada para muitos estudantes.

Arroyo (2007) enfatiza que essa padronização do ensino médio para atender ao mercado limitou o desenvolvimento humano na educação, pois, apesar da intenção da lei em transformar o ensino médio numa etapa técnica e profissionalizante, pouco espaço havia para integração social ou pessoal dos alunos. O autor critica o enfoque tecnicista daquele período por priorizar a formação voltada ao mercado ao invés da cidadania ou do pensamento crítico.

Kuenzer (1989) aponta que a fragilidade estrutural das escolas públicas

combinada com a falta de apoio governamental impediu que essa profissionalização fosse efetiva. Para Kuenzer, essa lei refletiu uma tentativa de adaptar o ensino médio ao modelo produtivista neoliberal vigente na época; contudo isso apenas intensificou as desigualdades existentes já que muitas instituições - especialmente nas regiões mais carentes - não tinham condições adequadas para executar as diretrizes propostas. Como consequência disso, houve um aumento nas taxas de evasão escolar pois muitos alunos não percebiam valor na formação técnica oferecida enquanto também careciam de uma base robusta nos estudos fundamentais.

Essas reflexões reforçam críticas ao modelo instituído pela Lei 5.692/71 que se mostrou incompatível com as realidades das escolas brasileiras criando uma educação fragmentada quase completamente voltada à formação técnica básica.

#### **4.3 Memórias e representações produzidas pela instituição**

Ao longo dos anos a instituição produziu materiais que foram compartilhados entre diferentes pessoas e instituições. Um dos documentos que foi preservado e está no acervo documental da instituição é o *Boletim Informativo 1981-1982*. O documento que atualmente conta com 43 anos de publicação, foi digitalizado para esta pesquisa e o original está em boas condições de conservação. Reúne informações importantes sobre os cursos técnicos que eram ofertados no Colégio Estadual de Paranaíba, sendo um dos registros que evidenciam as ações e representações sobre a formação dos estudantes e o mercado de trabalho que se delineava naquele momento.

Figura 31 - Metas da Administração

### Metas da Administração

#### Imediatas:

- Adequação das disciplinas de Formação Especial visando torna-las objetivas.
- Instituição das aulas teórico-experimentais como aula inicial de toda unidade programática, a nível de Escola.
  - Reforma das quadras e dependências de Educação Física e Esportes.
- Instalação do Bio-Digestor com aproveitamento do gás metano na cozinha da merenda escolar.
  - Formação do Coro.
  - Jardinamento das áreas livres do Colégio.
  - Reativação do Clube do Livro.
  - Associação dos ex-alunos.

#### A médio prazo:

- Construção de Micro-usina de álcool.
- Aproveitamento Energético Solar e Eólico.
- Ambulatório e Laboratório de Análises.
- Instituição de salas Diferenciadas.
- Coral.
- Reestruturação da Biblioteca pelo sistema de Classificação Decimal de Dewey e fichas catalográficas.
- Construção de dependências sanitárias, autossuficientes, para emergência com atendimento personalizado.
- Estabelecimento de horários, para o corpo docente.

#### A longo prazo:

- Ampliação do Salão Nobre.
- Ampliação dos laboratórios.
- Construção de Depósito para Material de Educação Física.
- Construção de dependências para fanfarra.
- Instituição da Administração Junior.
- Estudo para Construção de piscina.

COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ – ENSINO SÉRIO

Fonte: Acervo Colégio Estadual de Paranaíba (1981-1982, p. 3)

O documento, com 23 páginas, tem as folhas amareladas pela ação do tempo, está encadernado e tem várias seções. A capa colorida traz uma fotografia da instituição, o seu nome e destacando em letras grandes, negritadas e centralizadas “*ENSINO SÉRIO: informações que delinearão o seu futuro de estudante*”. A primeira página apresenta os nomes das pessoas responsáveis pela parte administrativa da instituição assim como da assessoria de imprensa, seguida pelos nomes dos diretores até aquele ano. Os cursos técnicos ofertados estão elencados na página seguinte, num sumário e são detalhados, individualmente, no

material. Outro ponto são as metas administrativas imediatas; médio e longo prazo, com ações para estudantes, até a instalação de biodigestor e aproveitamento solar e eólico, entre outros.

O material traz algumas propagandas de empresas, provavelmente as patrocinadoras de sua publicação. Uma das páginas foi dedicada a apresentar sobre a preservação do prédio escolar, destacando as impressões de uma aluna sobre as mudanças no prédio, desde que passou e nele estudar. Há uma página era dedicada a coluna denominada *Opinião de Aluno Padrão: Mensagem a Todos os Estudantes*.

Mas, qual era a ideia de um aluno padrão? Gelico Pinheiro da Silva Júnior foi o 'aluno padrão', estudante do 1º AA-A, 1º lugar de todo o colégio em assiduidade e aproveitamento no ano letivo de 1981. (Boletim Informativo, 1981-1982 p.5). Ele trouxe elementos que perpassam o processo de escolarização e a sociedade, com valores e conceitos morais caros à aquele tempo histórico, que em alguma medida continuam até os dias atuais. Era final do ano letivo. Silva Junior (1981-1982, p.5) expressa haver “[...] alegria para os que se dedicaram e levaram a sério o ano escolar, e tristeza para os que ao contrário, não conseguiram assumir seus compromissos de aluno e bom filho.” Enaltece a escola que estuda, pois “[...], mas os que têm a chance de frequentar um Colégio como o nosso, terá sempre a esperança de um futuro melhor” porque nessa instituição era um lugar semelhante a uma grande família educada onde, segundo ele havia um grande pulso firme e disciplinador de um pai “[...] amoroso e zeloso com o futuro de seus filhos. Nós precisamos desse pulso firme nos guiando, nos disciplinando para a vida lá fora”, complementou. Sugere que a forma de agradecer aos professores pela abnegada dedicação é “[...] pegando nos livros e descobrindo em nós mesmos a vontade de lutar e a capacidade de vencer.”

Silva Junior também remete à questão do tempo, referindo-se à cronologia e ao calendário escolar, unidade de medida tão preciosa na sociedade capitalista moderna, “[...] eu já consegui reconhecer que não vale a pena perder tempo e nem fazer meus professores perderem o seu tempo [...] então vamos em frente e estudar nesse finalzinho de ano, pois todo aquele que consegue estudar uma vez, conseguirá tantas quantas quiser.” Em um período que a escola desconsiderava particularidades no processo de aprendizagem, o aluno deixava um recado aos

colegas: “[...] ponham a mão na consciência e reconheçam que, quem não está em boa situação é porque não pegou com firmeza num caderno para estudar, não dedicou uma tarde de sábado ou domingo ao seu mais importante compromisso: a escola. Basta tentar.” (Silva Junior, 1981-1982, p.5).

Este documento, redigido há mais de quatro décadas, ressalta a imperatividade de preservar fontes históricas, extraindo aprendizados. À medida que os protagonistas sociais desses eventos deixam este mundo, nós compreendemos e assimilamos o passado por meio dos vestígios que eles deixaram. Refletir sobre o tempo, o passado, o presente e o futuro, auxilia-nos a compreender que a evocação da memória emerge do transcurso do tempo desde o ocorrido, da vivência, enfim, da condição passada que pode ser lembrada. Além disso, a memória constitui-se como um campo de batalha. “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.” (Le Goff, 1990, p. 427). Os lapsos e os silêncios na narrativa histórica revelam esses mecanismos de manipulação da memória coletiva

Os documentos nos permitem entender a inserção dessa instituição na sociedade, por meio de seus cursos com características particulares no âmbito da educação profissional. Trago dados que ajudam o leitor a compreender a educação profissional a partir de elementos do cotidiano, com base nas fotografias e registros documentais.

#### **4.3.1 Curso para Agente de defesa sanitária animal**

A proposta para este curso foi justificada pela relevância da pecuária para a região Noroeste, com diversas oportunidades de emprego em fazendas de gado, de médio e grande porte, empresas de inseminação artificial e aprimoramento de rebanhos, além de atividades agropecuárias, cunicultura, suinocultura, apicultura, aproveitamento de recursos hídricos para ranicultura e piscicultura, introdução da vermicultura na área, bem como possibilidades de trabalho em órgãos públicos e autarquias relacionadas. O currículo desse Curso estava estruturado em três anos, em dois eixos: Educação Geral e Formação Especial.

A Educação Geral abrangeu as disciplinas do Núcleo Comum, com uma carga horária total de 1.170 horas, além das disciplinas da Parte Diversificada, que somaram 570 horas. Já as disciplinas da Formação Especial totalizavam 780 horas, resultando em uma carga horária combinada de 2.520 horas, não somando a estas as 80 ou até 160 horas de Estágio Supervisionado:

Elementos de Veterinária, Zootecnia Geral, Fisiologia da Reprodução, Inseminação Artificial, Zootecnia Especial, Ciências Físicas e Biológicas, Anatomia Veterinária, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Programa de Saúde, Ensino Religioso. (Boletim Informativo, 1981-1982, p. 7)

As atividades compreendiam estágios em fazendas, inseminações artificiais, participação em vacinação de animais, participação em campanhas antiaftosa, controle estatístico e sanitário rural. O concluinte saíria habilitado como Agente de Defesa Animal e Inseminador Artificial, com possibilidade de continuidade de estudos.

Nota-se que as disciplinas que compõe o currículo afinam-se a mensagem de Ney Braga (1980, p. 50), afirmando que se adotassem medidas para possibilitar “novas admissões ao processo escolar ou aperfeiçoar o planejamento e a execução curricular [sendo necessário] também dotar os alunos de condições mínimas de prontidão física, psíquica e intelectual para participar com real proveito das atividades escolares.” Disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Artística, Programa de saúde e Ensino Religioso faziam parte.

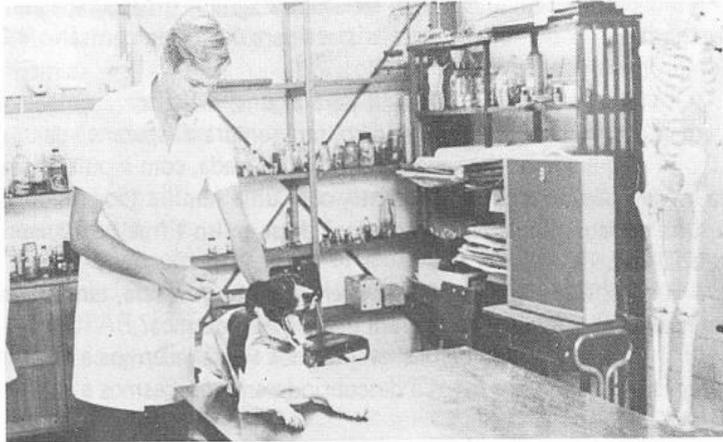
Figura 32 - Curso para Agente de Defesa Animal

**AGENTE DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil.

**Cursos afins:**  
 Veterinária  
 Zootecnia  
 Agronomia

**Cursos de:**  
 Geo-Ciências  
 Engenharia de Alimentos.



Flagrante de Prática de Zootecnia obtido no Laboratório de Biologia do Colégio Estadual, aluno Sinval Barbosa Teixeira.

Fonte: Boletim Informativo (1981-1982, p. 6)

A imagem acima refere-se à divulgação do Curso Técnico Agente de Defesa Sanitária Animal no *Boletim Informativo 1981-1982*. A foto mostra o aluno Sinval Barbosa Teixeira, no laboratório de Biologia do Colégio Estadual, durante uma aula prática de zootecnia. Ao analisarmos atentamente, o animal que está sendo atendido pelo estudante, parece estar recebendo uma medicação injetável. O estudante, vestindo um jaleco, parece confiante no procedimento que está desenvolvendo e o animal se mostra tranquilo. O laboratório conta com vários itens, como mesa para atendimento, vários frascos dispostos na prateleira, nos quais possivelmente há medicamentos, uma luminária para ver Raio X e, ao lado, um esqueleto humano.

A imagem sugere que o estudante habilitado no Curso de Agente de Defesa Sanitária Animal dê continuidade aos estudos, inclusive indicando alguns possíveis cursos em nível superior que estariam vinculados a essa área: “[...] com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil. Cursos afins: Veterinária, Zootecnia, Agronomia e Cursos de Geo-ciências Engenharia de alimentos [...]” (Boletim Informativo, 1981-1982 p.6). Essa mensagem é um reforço do discurso utilizado oficialmente, que após

conclusão do curso técnico os alunos teriam condições de inserção no mercado de trabalho de maneira a conseguir recursos para custear a formação superior, como escreveu Cordão (2005), indo ao encontro com o previsto na própria Lei 5692/71.

O artigo 23 previa:

a) a conclusão da 3ª série do ensino de 2º grau, ou do correspondente no regime de matrícula por disciplinas, habilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior; [...] Art. 44. Nos estabelecimentos oficiais, o ensino de 1º grau é gratuito dos 7 aos 14 anos, e o de níveis superiores sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos e não tenham repetido mais de um ano letivo ou estudos correspondentes no regime de matrícula por disciplinas. [...] Art. 46. O amparo do Poder Público a quantos demonstrarem aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos far-se-á sob forma de concessão de bolsas de estudo. (Brasil, 1971, s.p.).

Com o incentivo governamental às instituições privadas no ensino superior, essa mensagem da instituição fortalecia, na medida em que mostrava que os alunos formados no curso técnico poderiam, com seu trabalho, financiar seus estudos, reservando a educação pública superior para a elite, que teve acesso a uma formação básica mais qualificada e, portanto, conseguiu superar as exigências de classificação.

Cordão (2005) indica que os inúmeros cursos técnicos oferecidos de forma descoordenada em decorrência da Lei 5692/71, provocou a descaracterização do ensino secundário e normal, contribuindo para o desmonte parcial da rede pública de ensino técnicos, sugerindo equivocadamente a educação profissional como solução para a empregabilidade. Entretanto, muitos dos cursos oferecidos acabaram respondendo mais a interesses mercadológicos ou políticos eleitoreiros do que às reais necessidades da sociedade, em especial dos trabalhadores e empresários.

#### **4.3.2. Curso para Assistente de Administração**

No que tange ao curso de Assistente de Administração, a implementação dessa formação técnica específica é um reflexo da crescente demanda por profissionais capacitados em áreas administrativas, indispensáveis para o funcionamento eficiente das empresas, indústrias, escritórios e órgãos públicos que se expandiam naquele momento. A carga horária e os conteúdos programáticos

foram elaborados conforme as orientações da LDB 5.692/71, assegurando aos estudantes uma formação abrangente aliada a uma especialização em habilidades administrativas.

Figura 33 - Curso para Assistente de Administração

**ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil.

Cursos afins:

- Ciências Contábeis
- Ciências Econômicas
- Administração de Empresas
- Análise de Sistema
- Ciências Atuariais
- Estatística
- Turismo.



Prática de Estágio Supervisionado do Curso de Assistente de Administração no Escritório União. Aluno Aparecido de Lima Lopes.

Fonte: Boletim Informativo (1981-1982, p. 8)

A imagem captura o estudante Aparecido de Lima Lopes durante sua atividade de Prática de Estágio Supervisionado. A fotografia evidencia um indivíduo concentrado em suas tarefas, ao lado de uma grande máquina de datilografia. A habilidade de datilografar constituía um atributo fundamental no contexto dos escritórios e na esfera do serviço público, assim como em instituições educacionais e cartórios, entre outros locais. No ambiente onde se encontra o aluno, observa-se também uma máquina menor, além de outra equipada com cabo elétrico. O local evoca o espaço profissional que os futuros graduados do curso podem encontrar. À direita das imagens, no Boletim Informativo, são apresentadas sugestões de cursos superiores que se complementam à habilitação para aqueles que conseguirem concluir com êxito esse curso técnico e manifestarem interesse por uma formação em nível superior, incentivando desse modo os jovens em sua trajetória rumo a uma carreira profissional.

O curso de Assistente de Administração disponibilizado pelo Colégio

Estadual de Paranavaí possuía uma estrutura curricular ampla, contemplando disciplinas desde conceitos básicos sobre administração até áreas mais específicas como estatística, contabilidade e direito. A carga horária total do curso era distribuída equilibradamente entre o Núcleo Comum/Educação Geral e a Formação Especial: Período Diurno: 1.170 horas para o Núcleo Comum/Educação Geral; 1.170 horas para a Formação Especial; 300 horas para Estágio Supervisionado. Período Noturno: 1.080 horas para o Núcleo Comum/Educação Geral; 1.170 horas para a Formação Especial; 300 horas para Estágio Supervisionado.

As disciplinas abrangiam conteúdo diversificado que incluía Matemática Comercial e Financeira, Prática de Escritório e Psicologia das Relações Humanas. Essa combinação visava formar profissionais aptos a desempenhar variadas funções administrativas, desde mecanografia até gerenciamento de materiais e vendas.

O Estágio Supervisionado constituía um componente essencial do curso, proporcionando aos alunos a oportunidade prática de aplicar os conhecimentos adquiridos em ambiente profissional real. A imagem do estudante Aparecido de Lima Lopes durante sua atividade prática ilustra a relevância dessas competências no mercado laboral da época, onde habilidades como datilografia eram cruciais.

Em Paranavaí, especificamente na região noroeste do Paraná, o curso de Assistente de Administração atendia essa oferta local e regional ao preparar jovens para ocupações em bancos, indústrias e escritórios que requeriam conhecimentos administrativos, em um mercado laboral dinâmico onde habilidades como operação de máquinas administrativas, compreensão estatística e gestão material eram altamente valorizadas.

#### **4.3.3 Curso para Desenhista de Arquitetura**

O curso de Desenhista de Arquitetura oferecido pelo Colégio Estadual de Paranavaí, em conformidade com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5.692/71, em um contexto caracterizado por uma rápida industrialização e urbanização no Brasil, buscou promover a formação técnica e profissional como um componente essencial do ensino médio, proporcionando uma formação técnica especializada que mescla educação geral com disciplinas

focadas no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e na organização dos canteiros de obra.

Essa legislação visava preparar os jovens para a inserção imediata no mercado de trabalho, equipando-os com habilidades específicas que pudessem ser utilizadas em setores estratégicos da economia, como a construção civil, a qual experimentou um crescimento significativo durante as décadas de 1970 e 1980. A carga horária totaliza 2.550 horas, distribuídas ao longo de três anos, refletindo o compromisso com uma formação robusta e diversificada que abrange tanto conteúdos teóricos quanto práticos.

Figura 34 - Curso para Desenhista de Arquitetura

**DESENHISTA DE ARQUITETURA**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil.

São cursos afins desta habilitação:

- Engenharia Civil;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Belas Artes;
- Desenho Industrial;
- Engenharia Mecânica;
- Engenharia Elétrica.



Praticando se, aprende. Estágio Supervisionado do Curso de Desenhista de Arquitetura. Formanda Tânia Mara de Souza.

Fonte: Boletim Informativo (1981-1982, p. 8)

A carga horária do curso totalizada em 2.550 horas, distribuídas ao longo de três anos, refletindo o compromisso com uma formação robusta e diversificada que abrange tanto conteúdos teóricos quanto práticos. O programa tinha por objetivo preparar os alunos para diversas funções dentro do setor da construção civil e áreas correlatas, incluindo: Elaboração de Maquetes e Projetos Arquitetônicos: Uma competência fundamental para apoiar arquitetos e engenheiros na visualização e planejamento das edificações. Orçamentos e Controle de Suprimentos: Essencial para uma gestão eficaz dos materiais e recursos nos canteiros. Desenvolvimento de Croquis e Projetos de Fachadas Comerciais e Residenciais: Alinhado à crescente demanda por reformas e novas construções.

As perspectivas empregatícias para os graduados eram amplas, abrangendo

desde construtoras até empresas especializadas em pavimentação ou instituições públicas voltadas à engenharia e arquitetura, evidenciando a diversificação da economia regional e nacional naquele período.

A organização curricular do curso se dava em,1496 horas para o Núcleo Comum - Formação Geral e 136 horas para a Parte Diversificada/ Formação Geral. Para a Formação Especial, foram alocadas 816 horas, além de 102 horas para a Parte Diversificada / Formação Especial, somando um total de 2.550 horas de curso. Não foram especificada horas específicas para a realização de Estágio Supervisionado nos documentos da Grade Curricular presentes no material de pesquisa disponíveis na instituição. Previsto no currículo da habilitação figuravam as disciplinas:

Organização e normas, Material de construção, Geometria Descritiva, Topografia, Desenho Arquitetônico, Desenho Técnico, Técnica em Paisagismo, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, inglês, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Matemática, Química, Física, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso. (Boletim Informativo, 1981-1982 p.11).

Aos concluintes do Curso de Desenhista de Arquitetura, a habilitação previa, “[...] Certificado de conclusão de Desenhista de Arquitetura. – Auxilia Técnico de Escritório de Edificações. [...]”. (Boletim Informativo, 1981-1982, p. 11). A exemplo das demais imagens de divulgação dos cursos, junto a foto estavam elencados cursos superiores alinhados com o curso a nível médio concluído.

#### **4.3.4 Curso para Auxiliar de Enfermagem**

A formação em Auxiliar de Enfermagem disponibilizada pelo Colégio Estadual de Paranavaí representa um marco significativo na trajetória da educação profissional no Brasil, aqui tratando especialmente no contexto da região noroeste do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. Esse período foi caracterizado por transformações relevantes na legislação educacional e nas condições socioeconômicas do país, os quais impactaram a organização curricular e a oferta de cursos técnicos. A LDB 5.692/71 impôs a obrigatoriedade de que o segundo grau (ensino médio) fosse preparado para capacitar os alunos tanto para prosseguir nos estudos superiores quanto para sua inserção no mercado laboral.

A proposta formativa em Auxiliar de Enfermagem do Colégio Estadual de Paranavaí se alinhava às diretrizes desta legislação ao oferecer uma formação técnica que atendia as demandas do mercado regional. O curso, com uma carga horária relevante em ambas as formações — geral e específica — evidenciava o compromisso em formar profissionais qualificados para atuar num setor fundamental como o da saúde.

Figura 35 - Curso para Auxiliar de Enfermagem - Colégio Estadual de Paranavaí

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil.

São cursos afins desta habilitação:

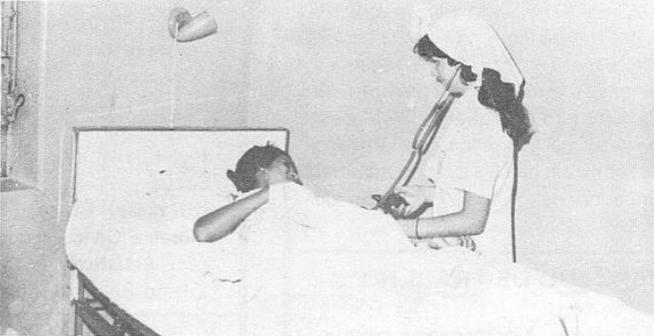
Enfermagem  
Obstetrícia;

Medicina;

Bioquímica e  
Farmácia;

Fisioterapia;

Nutrição.



Prática de Estágio Supervisionado do Curso de Auxiliar de Enfermagem, no Hospital São Lucas. Formanda Denise Guasti.

Fonte: Boletim Informativo (1981-1982, p. 12)

O currículo do curso para Auxiliar de Enfermagem oferecido no período noturno previa um total de 2.280 horas a serem cumpridas ao longo de três anos. Deste montante, 1.080 horas estavam alocadas ao Núcleo Comum/Formação Geral. Para a Parte Diversificada da Formação Especial, foram destinadas 90 horas, enquanto outras 1.110 horas foram atribuídas à Formação

Especial propriamente dita. Ademais, 300 horas deveriam ser reservadas para o Estágio Supervisionado. A oferta do curso também contemplava o período diurno, com uma carga horária total de 2.550 horas a ser realizada nos mesmos três anos. Neste caso, 1.394 horas eram destinadas ao Núcleo Comum/Formação Geral e outras 102 horas estavam ligadas à Formação Geral com enfoque na Parte Diversificada. Assim, restaram 1.054 horas: 136 horas foram atribuídas à Parte Diversificada da Formação Especial e 918 horas direcionadas às demais disciplinas da Formação Especial. Também foram previstas 300 horas para o Estágio

Supervisionado. A Grade Curricular dessa formação era estruturada com as seguintes disciplinas:

Ética de enfermagem e história da enfermagem, Técnicas Básicas de Enfermagem, Psicologia das Relações Humanas e Ética, Alimentação e Nutrição, Organização em Enfermagem, saúde Pública, Enfermagem Médica Cirúrgica, Enfermagem Materno Infantil, Literatura Brasileira, Língua Portuguesa, Inglês, Ciências Físicas e Biológica, Anatomia e Fisiologia, Micro-Parasitologia, História, Geografia, OSPB, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Programas de Saúde e Ensino Religioso. (Boletim Informativo, 1981-1982 p.13).

No contexto apresentado na (Figura 31): Curso à Nível de 2º Grau - Colégio Estadual de Paranavaí (Fonte: Boletim Informativo, 1981-1982, p.12), a aluna Denise Guasti é destacada como formanda da habilitação em Auxiliar de Enfermagem, participando ativamente das atividades referentes ao Estágio Supervisionado desse curso. Ela utiliza um estetoscópio durante a avaliação clínica de uma paciente internada no hospital. Essa profissão mostrava-se adequada ao mercado local da região noroeste do Paraná, atendendo não apenas o município de Paranavaí, mas também possibilitando atuação em hospitais, clínicas de saúde e outros estabelecimentos voltados ao atendimento nessa área específica.

Apesar das diretrizes formativas apresentadas pelo curso é importante mencionar que os docentes frequentemente careciam da formação continuada necessária à adequação frente às exigências impostas pela LDB 5.692/71.

O curso técnico em Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Colégio Estadual de Paranavaí entre 1973 e 1984 evidencia claramente sua contribuição relevante enquanto parte integrante da evolução educacional conforme delineado pela LDB 5.692/71 buscando atender aos crescentes resultantes da urbanização acelerada bem como das demandas ampliadas pelos serviços médicos. Porém este intervalo temporal ressaltou também primordiais lacunas acerca dos investimentos necessários voltados à contínua atualização formativa docente; elemento central essencial ao atendimento imediato das necessidades locais.

#### **4.3.5 Curso de Magistério**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 5.692/71, promulgada durante uma fase de ditadura militar no Brasil, promoveu diversas reformas no ensino fundamental e médio, incluindo a inclusão de cursos técnicos

no currículo do ensino médio. No âmbito da formação docente, as tradicionais Escolas Normais foram reformuladas em cursos técnicos de magistério, visando à profissionalização do ensino elementar e à oferta de uma formação mais prática e técnica aos futuros professores.

No Colégio Estadual de Paranavaí, a Escola Normal Leonel Franca foi integrada a essa nova organização educacional, passando a oferecer o Curso de Magistério em sua versão técnica. Este curso foi desenhado para cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Parecer nº 170/74 do Conselho Estadual de Educação, que orientava a formação de professores das séries iniciais em conformidade com os objetivos da LDB 5.692/71. Tal mudança representou um esforço nacional para modernizar a qualificação dos docentes, preparando-os para um modelo educativo mais padronizado e controlado pelo Estado.

A reforma educacional implementada em 1971 refletiu um pragmatismo cujo foco era garantir eficiência e controle governamental sobre o sistema educacional. O enfoque na formação técnica voltada ao mercado pode ter limitado o espaço para reflexões críticas acerca das práticas pedagógicas e da autonomia dos futuros educadores. Dessa forma, a preparação estava mais voltada à execução de funções específicas do que ao desenvolvimento de uma visão crítica sobre o papel social da educação.

Figura 36 - Curso de Magistério

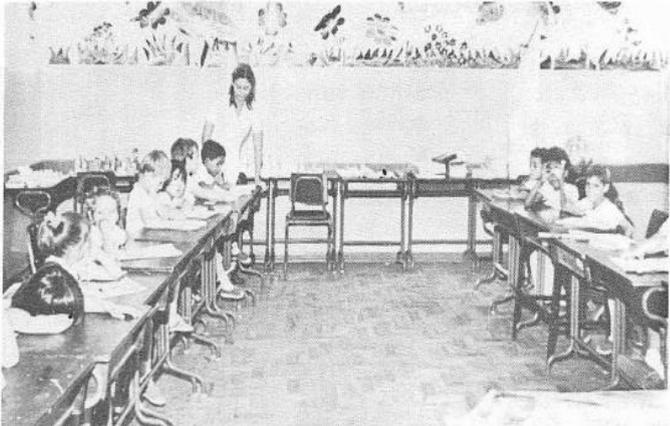
**MAGISTÉRIO**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil.

São cursos afins desta habilitação:

- Pedagogia;
- Psicologia;
- Assistência Social;
- Comunicação Social;

e todos os cursos de Licenciatura.



Desempenho de atividades fotografada na sala-ambiente do prédio escolar do Colégio Estadual. Formanda Tânia Gressler.

Analisando de forma crítica essa estrutura formativa, são perceptíveis algumas limitações: Fragmentação do Conhecimento: Apesar da diversidade de disciplinas oferecidas pelo curso, a segmentação excessiva em áreas específicas pode ter resultado numa formação menos integrada; isso comprometeu o entendimento abrangente do processo educativo. A ênfase em conteúdos técnicos e o cumprimento rigoroso da carga horária não garantiam uma formação que levasse em consideração as complexidades sociais e culturais inerentes ao ato educativo.

O corpo discente do curso técnico foi composto majoritariamente por mulheres; essa realidade social reflete uma visão onde a carreira docente nas séries iniciais é percebida como uma extensão natural dos papéis femininos tradicionais relacionados ao cuidado infantil e à educação preliminar. A imagem evocativa de Tânia Gressler atuando numa “sala-ambiente” repleta de crianças ilustra essa associação entre feminilidade e docência nos primeiros anos escolares.

Com duração de três anos, as disciplinas para o curso no período diurno foram distribuídas em 1496 horas para o Núcleo Comum - Formação Geral. Para a Formação Especial, foram alocadas 1.224 horas para Formação Especial, além de 136 horas para a Parte Diversificada / Formação Especial, somando um total de 2.885 horas de curso. A carga horária especificada a realização de Estágio Supervisionado era de 300 horas. Já para o Curso a ser ministrado no período noturno, se dispunha da seguinte forma: 1394 horas para o Núcleo Comum - Formação Geral. Para a Formação Especial, foram alocadas 1.088 horas para Formação Especial, além de 102 horas para a Parte Diversificada / Formação Especial, somando um total de 2.584 horas de curso disciplinas que compõem a habilitação, estão:

Psicologia Geral e Social, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem, Biologia Educacional, História da Educação, Sociologia Educacional, Filosofia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estatística Aplicada, Didática Geral, Didática Especial de Comunicação e Expressão, de Matemática, de Interpretação Social e Ciências Naturais, Literatura Infantil, Geografia do Paraná, Recursos Audio-visuais, Educação Artística, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Geografia, História, Organização Social e Política Brasileira, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Programas de Saúde, Ensino Religioso e História do Paraná. (Boletim Informativo, 1981-1982 p.17).

O Curso Técnico de Magistério instaurado pela LDB 5.692/71 sob oferta do Colégio Estadual de Paranavaí representou uma resposta às demandas educativas emergentes nas relações socioeconômicas brasileiras durante os anos setenta. Entretanto, ao enfatizar urgentemente aspectos técnicos, tal modelo curricular pode ter comprometido componentes fundamentais como reflexão crítica, compreensão sobre funções sociais pedagógicas, independência educativa.

Embora tenha atingido seu propósito primordial – formar docentes aptos diante crescentes níveis inclusive atendimento inibição nacional mudanças – esse processo escolar revelou deficiências inerentes políticas educacionais priorizando controle estatal, porém negligenciando possibilidades educativas emancipatórias impactantes. Portanto, exige-se discussão contínua promovendo não apenas constituição habilidades técnicas necessárias; mas essencialmente propiciar convites consistentes associativos reflexões: educadores devem ser moldados capazes interpretar criticamente função própria sociedade enquanto agentes significativos transformação social.

A incorporação da Escola Normal Leonel Franca ao Colégio Estadual de Paranavaí, convertendo o Curso de Magistério em uma modalidade técnica, reflete uma estratégia governamental frequente na década de 1970: a otimização dos recursos mediante a fusão de instituições e a centralização da oferta educacional. Do ponto de vista econômico, essa reconfiguração tinha como objetivo diminuir os custos de manutenção e operação ao agregar diversas opções educacionais em um único espaço físico. Em vez de manter escolas distintas para diferentes formações, o governo buscava racionalizar os gastos com pessoal, infraestrutura e materiais, além de facilitar o monitoramento do cumprimento das diretrizes educacionais da LDB 5.692/71, que promovia uma formação mais técnica e uniforme para professores das séries iniciais. Em um cenário de expansão da rede pública e crescente demanda por qualificação docente, essa abordagem pode ser interpretada como uma tentativa eficiente e menos onerosa de formação de professores primários.

Isso, entretanto, interferiu na qualidade da formação docente, pois a inclusão da formação de professores como um curso técnico de magistério, em uma estrutura maior descaracterizou o ambiente educacional acolhedor e especializado que caracterizava uma Escola Normal. Instituições como a Escola Normal Leonel

Franca, de Paranavaí, tinham um perfil educativo mais focado no desenvolvimento integral dos futuros professores, algo que poderia se diluir em uma grande estrutura com múltiplos cursos e um corpo discente mais diversificado. Além disso, essa centralização e padronização poderia restringir a autonomia pedagógica e a flexibilidade curricular, dificultando a adaptação das práticas formativas às particularidades locais e regionais. Embora tenha havido uma redução nos recursos, o impacto sobre a identidade pedagógica e a qualidade da formação docente foi significativo para a educação local e regional.

#### **4.3.6 Curso para Redator Auxiliar**

O curso de Redator Auxiliar integrava a oferta de cursos destinados a formação da comunidade atendida pelo Colégio Estadual de Paranavaí. Esta habilitação por sua vez destinava-se a atividades envolvendo mecanografia, redação oficial e criativa, publicação do jornal do Colégio, publicidade, análise de mensagem e participação organizacional do Festival de Música e Poesia<sup>29</sup>. As atividades para o mercado de trabalho para estes os profissionais habilitados pelo curso previam comunicação, televisão, rádio difusão, editoras agências de publicidade e propaganda. Com duração de três anos, a carga horária para as disciplinas para o curso para o período diurno, foram distribuídas em 1.170 horas para o Núcleo Comum - Formação Geral e 900 horas para Formação Especial, além de 300 horas para a Parte Diversificada / Formação Especial, somando um total de 2.370 horas de curso, acrescidas de mais 300 horas para a realização de Estágio Supervisionado. Já para o curso no período noturno, foram distribuídas em 1.080 horas para o Núcleo Comum - Formação Geral e 900 horas para Formação Especial, além de 300 horas para a Parte Diversificada / Formação Especial, somando um total de 2.280 horas de curso, acrescidas de mais 300 horas para a realização de Estágio Supervisionado. Na organização curricular temos:

Redação e Edição, Teoria e Técnica de comunicação, Mecanografia, Processamento de Dados, História dos Meios da Comunicação, Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos, Psicologia e Ética, Francês, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Matemática, Física,

---

<sup>29</sup> Sobre este festival, trataremos de forma mais detalhada ainda nesta sessão.

Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Programas de Saúde, Ensino Religioso. (Boletim Informativo, 1981-1982 p.19).

Analisando a imagem de divulgação do Curso de Redator Auxiliar, (Boletim Informativo, 1981-1982 p. 18). Temos a Formanda Maria José Gonçalves durante sua prática de estágio na gráfica do jornal local, Diário do Noroeste. A habilitação também permitia a continuação dos estudos em níveis superiores, trazendo no encarte a divulgação de vários cursos afins.

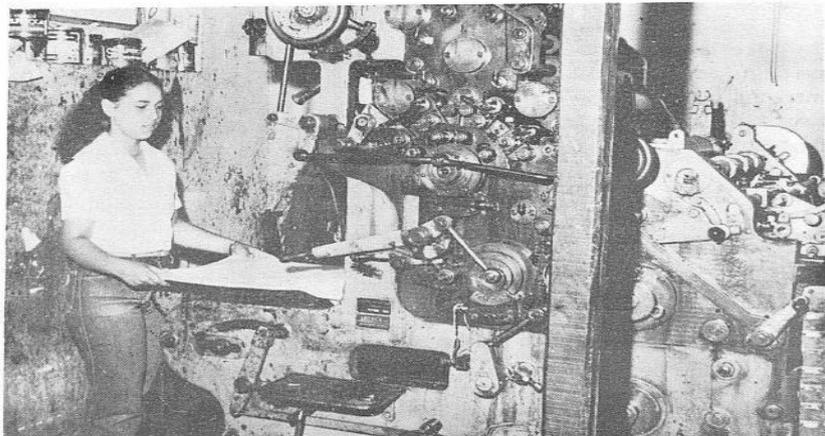
Figura 37 - Curso de Redator Auxiliar

**REDATOR AUXILIAR**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no **Brasil**

Cursos afins:

- Letras;
- Jornalismo;
- Direito;
- Comunicações;
- Publicidade;
- Processamento de Dados;
- Turismo.



Aluna praticando na gráfica do Diário do Noroeste, cumprindo parte do Estágio Supervisionado. Formanda Maria José Gonçalves.

Fonte: Boletim Informativo (1981-1982, p. 18)

#### 4.3.7 Curso para Auxiliar em Patologia Clínica

A Habilitação Parcial Auxiliar de Patologia Clínica, passou a fazer parte da oferta de cursos do Colégio estadual de Paranavaí, a partir de 1979, através do Parecer do Conselho Estadual de Educação, nº 0002/79 em 12 de janeiro do mesmo ano.

Devido a sua importância como um centro de saúde na região noroeste do estado, Paranavaí possuía vários hospitais, clínicas e laboratórios, proporcionando diversas oportunidades de emprego para analistas de laboratório. Além disso, os alunos que finalizam o Curso de Auxiliar de Patologia Clínica têm a oportunidade de se inscrever em vestibulares para dar continuidade à sua formação, assim como

acessar outras habilitações disponíveis no Colégio Estadual de Paranavaí.

A imagem abaixo retrata a formanda Nádia Aburad durante seu Estágio Supervisionado no Laboratório Oswaldo Cruz. A fotografia em preto e branco revela que a estudante está utilizando um microscópio, e no ambiente são visíveis diversos outros equipamentos empregados nas análises clínicas.

Figura 38 - Curso de Auxiliar em Patologia Clínica

**AUXILIAR EM PATOLOGIA CLÍNICA**

Com esta habilitação, você estará apto a prestar concurso vestibular para qualquer curso superior no Brasil.

São cursos afins desta habilitação:

- Bioquímica e Farmácia;
- Medicina;
- Odontologia;
- Nutrição,



Aluna atuando no Laboratório Oswaldo Cruz, cumprindo parte do Estágio Supervisionado. Formanda Nádia Aburad.

Fonte: Boletim Informativo (1981-1982, p. 14)

Entre as disciplinas de formação geral, encontramos: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Inglês, Geografia, História, Organização Social e Política Brasileira, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Física e Ensino Religioso (Colégio, 1981-1982). Conforme mencionado no mesmo documento, também estão listadas as disciplinas específicas da Habilitação, que incluem Fundamentos Patológicos, Parasitologia, Microbiologia, Hematologia, Bioquímica, Anatomia e Fisiologia Humana, além de Programas de Saúde. Com duração de três anos, as disciplinas para o curso tanto para o período diurno, quanto para o noturno, foram distribuídas em 1.700 horas para o Núcleo Comum - Formação Geral e 476 horas para as matérias do Art.7º. Para a Formação Especial, foram alocadas 340 horas para Formação Especial, além de 136 horas para a Parte Diversificada / Formação Especial, somando um total de 2.584 horas de curso. Não foram especificadas carga horária especificada para a realização de Estágio Supervisionado, nas grades curriculares analisadas durante a pesquisa. Durante o

curso e após a conclusão da Habilitação em Auxiliar em Patologia Clínica, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

Coleta de material para exame; análise laboratorial de parasitos e micróbios; exame de sangue, urina, fezes e escarro, estágios supervisionados em laboratórios da comunidade. Levantamentos de informações estatísticas sobre infecções verminóticas por faixa etária; estudo da natalidade e mortalidade na região. (Boletim Informativo, 1981-1982 p.15).

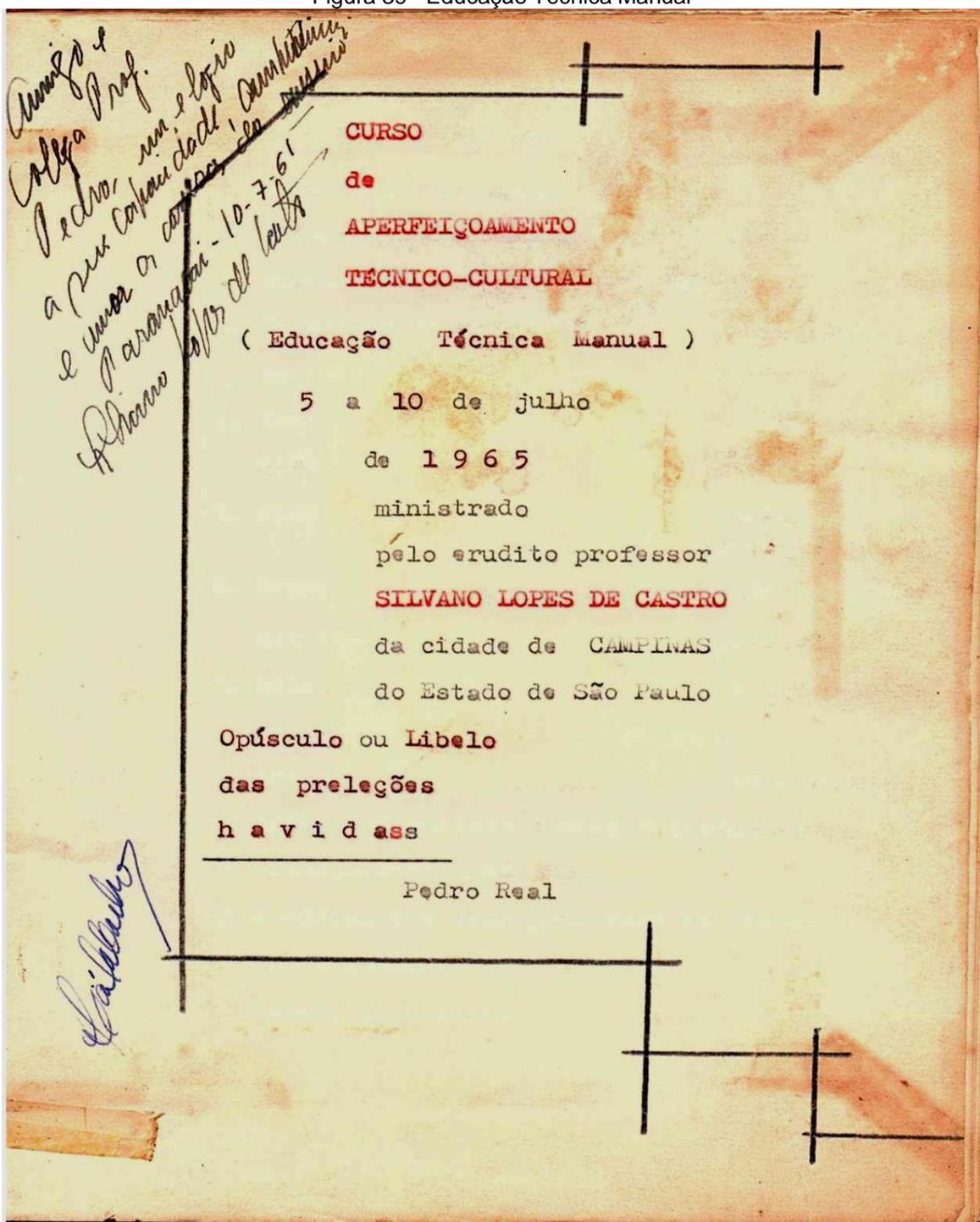
A investigação dos dados e do contexto histórico do Colégio Estadual de Paranavaí no período compreendido entre 1973 e 1977 evidencia não apenas os obstáculos enfrentados pela comunidade escolar diante das transformações políticas, econômicas e sociais, mas também o desafio relativo à formação de professores nesse intervalo. Apesar das tentativas de adequar o sistema educacional às exigências estabelecidas pela LDB 5.692/71 e outras legislações correlatas, a formação disponibilizada aos docentes mostrou-se, em diversas ocasiões, insuficiente para atender plenamente às novas exigências pedagógicas e técnicas.

A “formação continuada” de professores no Estado do Paraná, durante as décadas de 1960 a 1980, evidenciava uma preocupação persistente com a qualificação dos docentes, manifestada em várias iniciativas e programas. As comunicações oficiais dos governadores paranaenses, disponíveis no Arquivo Público, contêm informações detalhadas sobre as políticas educacionais que perpassam vários períodos, ressaltando o compromisso do governo estadual com a educação e, em particular, com a capacitação dos professores. A exemplo do então governador Ney Aminthas de Barros Braga, ao reconhecer a importância de capacitar o professor por meio de cursos em “Semanas Educacionais” organizados pelas Inspetorias Regionais, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura. “[...] A elevação do nível de preparo do professorado é fundamental nesta etapa da reforma do ensino paranaense[...]”. (Braga, 1964, p. 87).

Antes mesmo da promulgação da Lei 5692/71, que promoveu uma reformulação do ensino no Brasil e enfatizou a importância da formação técnica e profissional, o Paraná já implementava programas focados no aprimoramento docente. Um exemplo significativo é o "Curso de Aperfeiçoamento Técnico Cultural", realizado em 1965 pelo professor Silvano Lopes de Castro, sob a

liderança da 35ª Inspetoria Regional de Ensino do Paraná. Este curso foi especificamente direcionado aos educadores das disciplinas de "Educação Técnica Manual" e "Geografia", refletindo uma tentativa de suprir as lacunas na formação docente em um contexto onde a educação técnica se tornava cada vez mais relevante nos currículos escolares.

Figura 39 - Educação Técnica Manual



Fonte: Registro do Curso de Aperfeiçoamento Técnico Cultural (1965, s.p)

A imagem 40, corresponde à contra capa de um documento datado de 1965, que se refere a um "Curso de Aperfeiçoamento Técnico-Cultural" em Educação Técnica Manual. Este curso foi conduzido pelo professor Silvano Lopes de Castro, oriundo de Campinas, São Paulo, e o documento é descrito como um "Opúsculo ou Libelo das preleções havidas", com a assinatura de Pedro Real.

O livreto datilografado pelo professor Pedro Real (cursista), faz parte do acervo histórico do Colégio, possuindo 38 páginas amareladas pelo tempo, traz na capa escrita à mão com pincel anatômico de cor preta o nome da matéria a que se destinou tal formação: "Educação Técnica Manual" e uma dedicatória redigida a mão pelo professor Silvano Lopes de Castro ao Professor Pedro Real. Na parte interna da capa, encontra-se colada uma cópia do Ofício Circular nº 1/65, de 23 de junho de 1965, com as orientações referentes ao "Curso de Aperfeiçoamento Técnico Cultural" (Figura 35), foi realizado em 1965 pelo professor "[...] Silvano Lopes de Castro, da cidade de Campinas, do Estado São Paulo, e Laila Coelho, do Rio de Janeiro, Estado de Guanabara [...]", por iniciativa da 35ª Inspeção Regional de Ensino<sup>30</sup> - Paranaíba, teve duração de cinco dias "5 a 10 de julho de 1965". O curso foi especificamente direcionado aos professores que lecionavam as disciplinas de "Educação Técnica Manual" e "Geografia"<sup>31</sup>, refletindo uma tentativa de suprir as deficiências na formação docente em um momento em que a educação técnica estava se tornando cada vez mais relevante no currículo escolar.

O ensino técnico ganhava proeminência no ambiente profissional, especialmente com os governos militares pós-1964. Cursos como o ministrado pelo Professor Silvano Lopes de Castro, como demonstra o material em análise, foi muito bem elaborado como demonstra a figura 35, representavam ações pontuais que, apesar de sua relevância, estes cursos por si só não conseguiam suprir a demanda por uma formação contínua robusta capaz de preparar os educadores

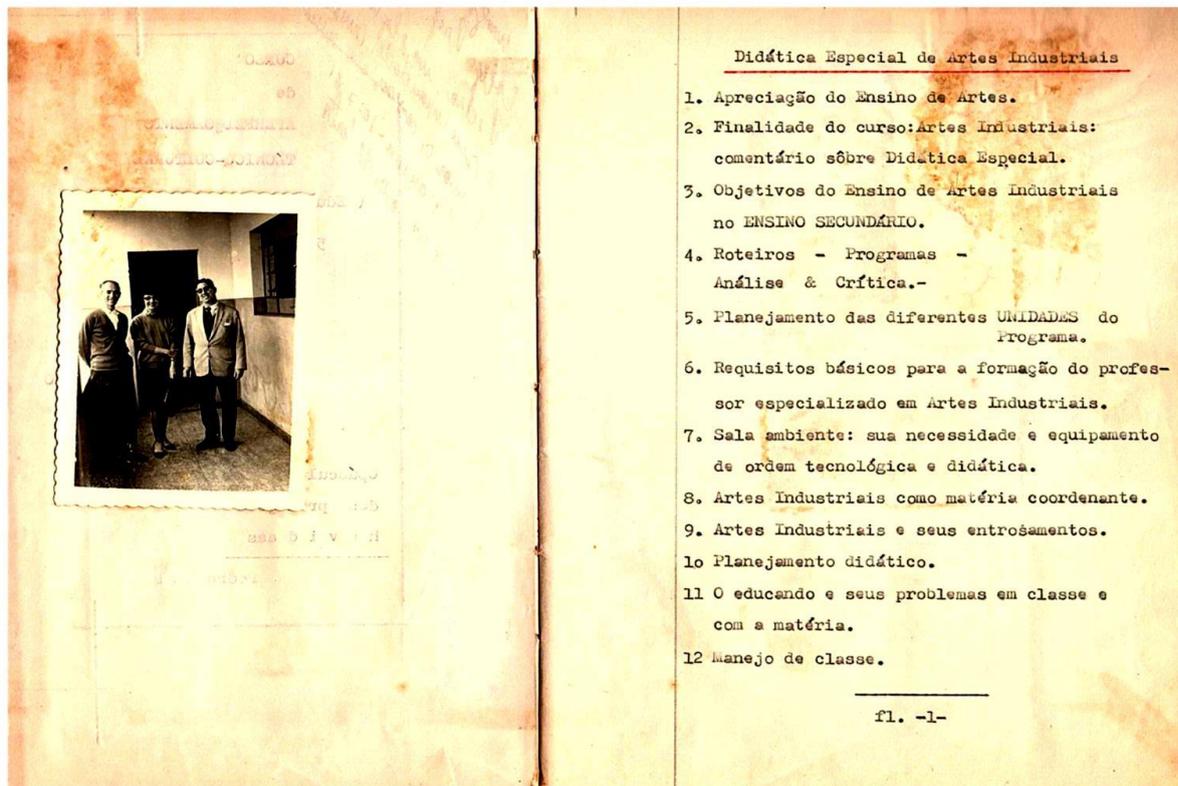
---

<sup>30</sup> Inspeção Regional de Ensino de Paranaíba, atual Núcleo Regional de Educação de Paranaíba, que atende 21 municípios. "Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Guairaçá, Inajá, Itaguajé, Jardim Olinda, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Paraíso do Norte, Paranaíba, Paranaipoema, Paranaíba, Santa Inês, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, Tamboara, Terra Rica, Uniflor. Seed (s.p)

<sup>31</sup> O Ofício Circular de nº1/65, assinado pelos professores João Borba de Camargo, Inspetor Regional de Ensino e Delciro Pereira Garrido, Inspetor do Ensino Médio, não especifica se o referido curso se destina apenas aos professores Lotados no Colégio Estadual. Apenas referência a importância e a obrigatoriedade de participação dos professores das matérias de "Educação Técnica Manual e Geografia".

para as novas realidades do ensino.

Figura 40 - Educação Técnica Manual



Fonte: Registro do Curso de Aperfeiçoamento Técnico Cultural (1965, p. 01)

A figura 35, exibe uma página de um documento intitulado "Didática Especial de Artes Industriais." Este material aparenta compor um plano ou esboço que aborda o ensino de Artes Industriais em um contexto educacional, possivelmente no nível secundário. Estruturado da seguinte forma: "[...] 1. Apreciação do Ensino de Artes [...]": sugere uma introdução que discute a relevância e o papel do ensino das artes dentro do currículo escolar. "[...] 2. Finalidade do curso [...]": Estabelece os objetivos e a importância das Artes Industriais na Didática Especial. "[...] 3. Objetivos do Ensino de Artes Industriais no Ensino Secundário [...]": Especifica as metas esperadas ao ministrar Artes Industriais nesse nível educacional. "[...] 4. Roteiros - Programas - Análise e Crítica [...]": Indica a presença de uma discussão ou avaliação crítica dos programas e roteiros pedagógicos. "[...] 5. Planejamento das diferentes Unidades do Programa [...]": Refere-se à organização pedagógica e à estruturação do conteúdo abordado. "[...] 6. Requisitos básicos para a formação do professor especializado em Artes Industriais [...]": Detalha as competências ou qualificações necessárias aos docentes dessa área. "[...] 7. Sala ambiente: sua necessidade e equipamento de ordem tecnológica e didática [...]": Trata da

relevância do espaço físico, ferramentas e tecnologia essenciais para o ensino das Artes Industriais. “[...] 8. Artes Industriais como matéria coordenante [...]”: Explora potencialmente o papel das Artes Industriais em sinergia com outras disciplinas ou áreas de conhecimento. “[...] 9. Artes Industriais e seus entrosamentos [...]”: Pode referir-se à interação ou interconexão das Artes Industriais com outros componentes curriculares. “[...] 10. Planejamento didático [...]”: Sublinha a importância da planificação no campo da didática. “[...] 11. O educando e seus problemas em classe e com a matéria [...]”: Examina os desafios que os alunos podem enfrentar quanto ao conteúdo estudado e ao ambiente educativo. “[...] 12. Manejo de classe [...]”: Discute aspectos relacionados à gestão da sala de aula e às técnicas pedagógicas. Real, (1965 p.1)

A "Didática Especial" apresentada no documento, sugere que o ensino das Artes Industriais demanda estratégias pedagógicas específicas, distintas de outras disciplinas, ressaltando a necessidade por um planejamento didático rigoroso, pela formação especializada dos professores, bem como pela adequação adequada dos espaços educativos. As artes industriais são aqui tratadas como um elemento essencial para a formação técnica e prática dos estudantes, indicando uma abordagem integradora e aplicada ao processo educativo. As mensagens dos governadores, nos inúmeros relatórios oficiais, reiteram a preocupação e a percepção do governo acerca da evolução das demandas educacionais e a urgência de preparar os docentes para enfrentar esses desafios.

Apesar das iniciativas sejam necessárias e até elogiáveis, essas enfrentavam restrições significativas. A formação disponibilizada por cursos como o de 1965 não era suficiente para preparar adequadamente os professores frente às exigências impostas pela legislação vigente e pelas mudanças sociais e econômicas. O reconhecimento dessas limitações também se revela como um tema recorrente nas mensagens oficiais, que frequentemente indicam a necessidade de ampliar e aperfeiçoar as estratégias voltadas à formação continuada.

Os documentos históricos analisados demonstram que o Paraná estava na vanguarda das iniciativas direcionadas à formação docente; contudo, também deixam claro que havia um reconhecimento explícito das dificuldades em alcançar uma preparação ideal para os professores. As comunicações dos governadores

constituem uma fonte valiosa para entender as políticas de formação continuada e sua evolução ao longo dos anos, evidenciando que a educação sempre figurou como uma prioridade nas preocupações do estado.

Em 1977, o Colégio Estadual de Paranaíba experimentou transformações significativas em sua infraestrutura física, destacando-se a construção de uma nova secretaria. Tal iniciativa visou aprimorar o atendimento às necessidades da comunidade escolar, especialmente nas esferas administrativas da instituição.

Já em 1979, uma mudança significativa na forma de escolha da direção do colégio foi implementada por determinação da 35ª Inspeção Regional de Ensino. Antes, a escolha dos diretores estava ligada a nomeações políticas, mas a partir desse ano, o processo passou a ser realizado por votação direta, utilizando uma lista sêxtupla<sup>32</sup> e com mandato definido. Esta alteração reflete um movimento mais amplo de democratização na gestão escolar, que foi debatido por autores como José Carlos Libâneo (2004), que enfatiza a importância da participação da comunidade escolar nas decisões administrativas.

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e grupos de livre determinação de si próprio, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. Libâneo, (2004, p. 102).

Em 1980, o Colégio foi completamente reformado com a colaboração do Prefeito Municipal José Vaz de Carvalho e do Deputado Estadual Benedito Pinto Dias. Esta reforma foi parte de um esforço conjunto entre o poder público local e estadual para melhorar as condições físicas das escolas, oferecendo um ambiente mais adequado para o processo de ensino-aprendizagem, algo também discutido por autores como Leandro Konder (1981), que destaca a importância da infraestrutura adequada para o sucesso educacional.

No ano de 1983, foi implantado o Curso Propedêutico, que, em 1988, passou a ser denominado Curso de Educação Geral. Esse período foi marcado pela desativação de vários cursos profissionalizantes, criados pela Lei nº 5.692/71, que

---

<sup>32</sup> Este processo eleitoral envolve a participação da comunidade escolar (incluindo professores, funcionários, alunos e pais), que vota em seis candidatos previamente selecionados. Dentre esses nomes, um é eleito para assumir o cargo de diretor, promovendo assim uma gestão mais democrática e alinhada aos interesses da coletividade.

havia introduzido a reforma de 1972. Entre os cursos técnicos que permaneceram estavam o de Magistério e o de Auxiliar de Administração do 2º Grau. As mudanças curriculares e a reestruturação dos cursos refletem as discussões sobre a formação integral do aluno, abordadas por autores como Miguel Arroyo (2007), que explora a relação entre educação técnica e educação geral no contexto da escola pública.

Ainda em 1988, o governo do Estado do Paraná instituiu o sistema de eleição direta para diretores das Escolas Estaduais, consolidando o processo de democratização da gestão escolar, um tema central nas discussões sobre autonomia escolar, conforme analisado por Vitor Henrique Paro (1992). Esse movimento reforçou a importância da participação da comunidade escolar na escolha de seus dirigentes, buscando garantir que as direções estivessem alinhadas com os interesses da comunidade local.

De 1988 até a presente data, o Colégio Estadual de Paranaíba passou por várias adequações pedagógicas, fruto de decretos e resoluções decorrentes das legislações tanto nacionais quanto estaduais. Atualmente, a instituição continua a atender a comunidade, com o objetivo de contribuir para a formação integral do indivíduo e para o exercício da cidadania. Este compromisso contínuo com a educação pública e de qualidade é um reflexo da busca pela formação cidadã, um tema amplamente discutido na literatura educacional, como nas obras de Paulo Freire (1996), que defendem uma educação que emancipe e capacite os indivíduos para atuarem de forma crítica na sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranavaí, investigou a trajetória histórica do Colégio Estadual de Paranavaí (CEP) na oferta de cursos técnicos de nível médio entre os anos de 1954 e 1984. Teve por objetivo, compreender por meio de sua trajetória histórica, como essa instituição se consolidou como um referencial na formação profissional e educacional de jovens e adultos na região noroeste do Paraná, situando a formação técnica dentro das políticas públicas educacionais brasileiras e paranaenses durante o período em questão.

A pesquisa mostrou que o desenvolvimento de Paranavaí está profundamente associado à expansão agrícola e ao processo de colonização do norte do Paraná. A cidade emergiu em meados do século XX, como um polo regional devido à expansão da cultura cafeeira e ao aumento da migração de populações oriundas de diversas partes do Brasil, especialmente das regiões sul e sudeste. Este processo influenciou diretamente a demanda por educação e formação profissional na localidade.

Diante do expressivo crescimento populacional e a necessidade de qualificação para o trabalho agrícola e industrial, a criação de instituições educacionais tornou-se uma prioridade. O Ginásio Estadual, que posteriormente evoluiu para o Colégio Estadual de Paranavaí, foi uma resposta direta a essa demanda na região noroeste do estado paranaense. A oferta de cursos técnicos surgiu como uma solução para proporcionar aos jovens da região uma formação adequada para enfrentar os desafios do mercado de trabalho em transformação nesse período.

A história do ensino profissional técnico no Brasil reflete as políticas públicas e as demandas econômicas nacionais, a partir da década de 1940, com a criação de instituições como o SENAI e do SENAC, destinadas a atender às necessidades da indústria e do comércio. Entre as décadas de 1950 e 1980, o ensino técnico firmou-se como uma vertente essencial na formação de uma força de trabalho qualificada para o capitalismo industrial que se instalava, especialmente em regiões em desenvolvimento como o noroeste paranaense.

No contexto paranaense, o ensino técnico foi promovido pelo Estado como um meio para apoiar o crescimento econômico e a industrialização. A criação de escolas técnicas e a inclusão de cursos profissionalizantes nas instituições já existentes refletem a política educacional vigente, que buscava integrar o ensino técnico ao currículo do ensino médio, preparando os alunos tanto para o mercado laboral quanto para a continuidade dos estudos. Buscou-se alinhar a educação ao desenvolvimento econômico com um sistema educacional capaz de formar trabalhadores qualificados que sustentassem o crescimento industrial.

As reformas educacionais implementadas nesse período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 4024/61 e a Lei nº 5.692/71, enfatizaram a importância da integração do ensino técnico ao ensino regular, promovendo uma formação que atendesse às exigências do mercado laboral. Contudo, essas reformas também enfrentaram desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada e a resistência social à educação técnica vista ainda como uma opção secundária em relação ao ensino acadêmico e cujo principal público seriam as pessoas de baixa renda.

Durante as décadas entre 1950 e 1980, o Paraná seguiu as tendências nacionais ao expandir sua educação técnica e profissional, integrando-a ao sistema estadual de ensino, como apontam os diferentes relatórios de governadores disponíveis no acervo digital do Arquivo Público do Paraná. Os registros evidenciam que havia um planejamento para que cursos profissionalizantes fossem ofertados nas regiões mais afastadas dos grandes centros. E, nesse cenário, o Colégio Estadual de Paranavaí foi em uma instituição que abraçou essa política para a educação profissional como estratégia para promover o desenvolvimento regional.

O Colégio Estadual de Paranavaí desempenhou um papel crucial na formação técnica e profissional na região desde sua fundação; adaptou-se às demandas locais oferecendo cursos técnicos que preparavam os alunos tanto para o mercado laboral quanto para contribuir com o desenvolvimento econômico regional. A introdução dos cursos técnicos respondeu diretamente às necessidades específicas da região que demandava profissionais capacitados para sustentar seu crescimento nas diferentes áreas.

A pesquisa demonstrou que o Colégio Estadual de Paranavaí não apenas atendeu às demandas educativas, mas teve um papel fundamental na socialização

dos jovens locais proporcionando um espaço para interação social além da construção identitária regional. Neste contexto, a educação técnica transcendeu sua função meramente formativa tornando-se um instrumento vital para integração social fortalecendo assim as comunidades envolvidas.

A organização didático-pedagógica do Colégio Estadual de Paranavaí refletiu tanto as políticas educacionais vigentes quanto as demandas locais específicas. A instituição adotou as diretrizes estabelecidas pelas reformas educacionais e adaptou os seus currículos e os métodos pedagógicos às necessidades particulares da comunidade paranavaense, mas também em contexto mais amplo no Brasil e Paraná. A introdução dos cursos técnicos foi acompanhada por mudanças organizacionais incluindo laboratórios oficinas além da construção parcerias com empresas locais visando estágios práticos.

O CEP é percebido como uma instituição referência na região não apenas pela qualidade educativa, mas também pelo seu papel na formação cidadã preparando indivíduos aptos para enfrentar os desafios tanto no mercado laboral quanto na vida comunitária, representando um espaço significativo para construção coletiva dos saberes identitários contribuindo assim para enriquecimento cultural social local.

A instituição também pode ser entendida enquanto espaço gerador e reprodutor da cultura pedagógica onde práticas educativas eram moldadas pelas influências culturais locais bem como pelas diretrizes das políticas educativas oficiais. Serviu ainda como ponto focal onde saberes formais encontravam-se com saberes informais resultando numa mescla rica entre tradições locais exigências curriculares contemporâneas, a exemplo do Festival de Música e Poesia de Paranavaí (FEMUP), idealizado por estudantes do CEP em 1966, dentre outras várias contribuições culturais que merecem ser pesquisadas em oportunidades futuras.

A cultura pedagógica instaurada no CEP valorizou sobremaneira o ensino técnico enquanto via alternativa viável à inserção no mercado laboral além da mobilidade social desejada pela comunidade local que encarava tal modalidade educativa enquanto garantia futura aos jovens contribuindo simultaneamente para progresso regional no âmbito do: Ensino Fundamental Médio, Novos Cursos com Habilitação Técnica/Profissionalizante e Curso Propedêutico pois a Lei nº

5.692/1971 visava integrar efetivamente os componentes técnicos ao currículo médio promovendo formações adequadas para o mercado ou continuidade de estudos. O ano de 1984, delimitando a nossa pesquisa, marcou a instituição pela criação do Curso Propedêutico, preparando os estudantes para ingressar no ensino superior sem desconsiderar suas formações técnicas características dessa instituição.

A investigação dos arquivos e lembranças do Colégio Estadual destacou a rica herança cultural que faz parte de sua história. Fotografias, documentos escolares e registros de atividades pedagógicas foram essenciais para reconstruir o histórico do CEP, permitindo entender sua importância formativa para diversas gerações de jovens da região. Esses registros não apenas preservam a trajetória da instituição, mas também oferecem uma visão das transformações sociais e econômicas que ocorreram em Paranavaí ao longo dos anos; eles servem como testemunhos significativos sobre o papel do CEP como um espaço educativo e de socialização, refletindo as mudanças nas práticas pedagógicas e nas expectativas da comunidade.

Ao finalizar esta dissertação, é possível afirmar que o Colégio Estadual teve um papel crucial na história educacional da região noroeste do Paraná, contribuindo significativamente para a formação de trabalhadores qualificados e para o desenvolvimento econômico e social local. A instituição adaptou-se às mudanças políticas e educacionais, atendendo às demandas da comunidade enquanto mantinha sua relevância como espaço formativo na construção da identidade coletiva.

A análise histórica do CEP está inserida no panorama político e educacional brasileiro paranaense e revela as potencialidades das instituições de ensino na influência sobre o desenvolvimento regional, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O estudo da história do CEP oferece uma contribuição importante ao campo da história da educação, ressaltando a educação técnica profissional como um meio essencial para promover o desenvolvimento social e econômico local.

Este trabalho sublinha a importância de examinar a história das instituições educacionais para compreender sua influência na formação intelectual e cultural dos estudantes. Conhecer a trajetória do Colégio Estadual de Paranavaí (CEP) vai

além de um exercício acadêmico; trata-se de cultivar um sentimento de pertencimento e valorizar uma herança educacional que moldou várias gerações. Os jovens e adultos formados nessa instituição carregam consigo não apenas conhecimento técnico e teórico, mas também as marcas de uma cultura educacional e social que respondeu às necessidades e aspirações de uma região em constante mudança. Assim, é fundamental preservar e divulgar a história do CEP como parte da identidade coletiva, estimulando o reconhecimento do papel das escolas na formação de uma sociedade coesa e culturalmente rica.

Além disso, este estudo ressalta que a educação é um processo dinâmico que se adapta aos contextos sociais e históricos. As reformas educativas, os avanços tecnológicos e as políticas públicas foram determinantes na configuração do ensino técnico oferecido pelo CEP, evidenciando seu papel tanto como reflexo quanto como agente transformador da sociedade. Portanto, é crucial que as novas gerações compreendam a importância da pesquisa histórica para valorizar o legado educacional, promovendo seu crescimento intelectual e social. Incentivar o estudo da história das instituições técnicas, como o CEP, também convida alunos e professores a se apropriarem das suas identidades inspirando-se no passado para construir um futuro melhor, reafirmando a educação como um fundamento vital para o desenvolvimento humano e social.

Por fim, sugere-se que futuras investigações continuem explorando a história das instituições técnicas no Paraná e no Brasil com foco nas relações entre educação, desenvolvimento regional e mobilidade social; estudos sobre memórias e representações de ex-alunos e ex-professores poderão oferecer valiosos *insights* sobre o impacto dessas instituições na vida das comunidades locais envolvidas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. O desbravamento da Alta Sorocabana por um bandeirante moderno: Capitão Francisco Whitaker. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 447-462, 1965. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123434>. Acesso em: 31 jul. 2024

ALCÂNTARA, João Luiz. **Paranavaí: de povoado a cidade**. 1. ed. Paranavaí: Editora Regional, 1987.

ALMEIDA, Adilson José; DALMINA, Rute Rosângela. **Avaliação institucional e a gestão estratégica em IES**. Editora Appris, 2020.

ARCHANJO, Léa Resende. **Relações de gênero e educação escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950/1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24674>. Acesso em: 03 maio 2023.

ARIOCH, Carlos Alberto. Paranavaí e seus pioneiros: a formação de uma cidade. **Blog do Arioch**. Paranavaí: 2013a.

ARIOCH, Carlos Alberto. Histórias esquecidas: memórias do desenvolvimento de Paranavaí. **Blog do Arioch**. Paranavaí: 2013b.

ARQUIVO NACIONAL. Centro de referência de acervos presidenciais. **Afonso Augusto Moreira Pena**. 2023a. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/78-affonso-augusto-moreira-penna>. Acesso em: 3 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL. Centro de referência de acervos presidenciais. **Nilo Procópio Peçanha**. 2023b. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/119-nilo-pecanha>. Acesso em: 13 set. 2023.

ARREBOLA, Thaís Correia; MACHADO, Carlos Eduardo. **Educação e modernização: o papel da escola na formação do trabalhador republicano**. 1.ed. Belo Horizonte: Editora do Conhecimento, 2020.

ARREBOLA, Thaís Correia; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O ensino primário paranaense: estudo a partir do Jornal "A República" (1915-1917)**. XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR. 23 a 25 nov. 2020. Maringá: UEM, 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=583](https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=583). Acesso em: 7 maio 2023.

BANA, Maria Ivonet Francisco. **Memória da trajetória do ensinar e do aprender**. 1.ed. Paranavaí-PR: Gravid Artes Gráficas, 2013.

BARBOSA, Ana Carina Freire. **Política pública para a educação profissional na Bahia**: o plano de educação profissional. Dissertação. (Mestrado em Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. 179 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21749> Acesso em: 09 dez. 2023.

BEAKLINI, Adriana Valentim. Uma viagem, um engenheiro, uma escola: reorganização da Escola Prática de Aprendizizes da Estrada de Ferro Central do Brasil (1905). **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 1, n. 2, p. 70-88, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/51795>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BERTANI, Gabriel; BREUNIG, Fábio Marcelo; SPOHR, Renato Beppler. Análise de crescimento da mancha urbana do município de Frederico Westphalen, RS-Brasil através de imagens Landsat 5 TM. **Revista Geografar**, v. 7, n. 1, p. 68-83, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/24092> Acesso em 09 dez. 2024.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOGONI, Raul. **Paranavaí: história e memória**. 1. ed. Paranavaí: Memória Editora, 2020.

BOGONI, Saul. **Fatos da história de Paranavaí no contexto do Paraná**. Paranavaí/Pr: Editora Gráfica Paranavaí Ltda., 2020.

BOGONI, Saul. **Lampejos sobre a história de Paranavaí, 2017**. Disponível Em: <https://Diariodonoroeste.Com.Br/Paranavai-Comemora-69-Anos-Nesta-Terca-Feira/> Acesso em: 13 mar. 2023.

BOGONI, Saulo. **Fatos da história de Paranavaí no contexto do paraná**. Paranavaí, PR: Editora Gráfica Paranavaí Ltda., 2020.

BOGONI, Saulo. **O discurso de resistência e revisão em tempos de opressão**. Conquista Espiritual. Paraná: Editora Aurora, 2020.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos de 1950 e a questão da qualidade de ensino**. Dissertação (Mestrado em

Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2005. 175 f. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10277> . Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 14 out. 2023

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm) Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 14 out. 2023

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7044 de 18 de outubro de 1982**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 15/10/2023.

BRASIL. MEC. **Conheça a história da educação brasileira pelas leis**. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <Http://Portal.Mec.Gov.Br/Pet/33771-Institucional/83591-Conheca-A-Evolucao-Da-Educacao-Brasileira>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 16 p.: il. (Série cadernos do Museu; n. 4). Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na->

camara/copy\_of\_museu/publicacoes/arquivos-pdf/Constituicoes%20Brasileiras-PDF.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Criadas 1,5 milhão de vagas de emprego formal no primeiro semestre de 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/07/criadas-1-5-milhao-de-vagas-de-emprego-formal-no-primeiro-semester-de-2021> Acesso em: 8 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 5.241, de 27 de agosto de 1927.** Torna obrigatório o ensino profissional nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União. Diário Oficial [da União]. Brasília, DF, 27 ago. 1927. Sem paginação.

BRASIL. **Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927. Rio de Janeiro, 1927.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei N. 4244, de 9 De abril de 1942a.** Disponível Em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-4073-30-Janeiro-1942-414503-Publicacaooriginal-1-Pe.html> Acesso Em: 03 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Estabelece as bases de organização e regime do ensino industrial. Diário Oficial [da União], Rio de Janeiro, 1942a. Sem paginação.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional Brasileira.** Ministério da Educação. Brasília, 2009. pág. 4. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal/historico#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20federais%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%2C%20que%20comp%C3%B5em,aos%20Centros%20Federais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. **Histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Disponível Em <http://Portal.Mec.Gov.Br/Publicacoes-Para-Professores/30000-Uncategorised/68731-Historico-Da-Educacao-Profissional-E-Tecnologica-No-Brasil>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 27 dez. 1961. Sem paginação.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Estabelece diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951.** Cria o município de Paranavaí, no estado do Paraná. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 14 nov. 1951.

BRASIL. **Lei nº 12.417, de 9 de junho de 2011. Brasília, 2011.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12417.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12417.htm) Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível Em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/Lei/1970-1979/Lei-5692-11-Agosto-1971-357752-Publicacaooriginal-1-Pl.html> Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** 2009. Disponível Em: [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Pet/190-Secretarias-112877938/Setec-1749372213/13175-Centenario-Da-Rede-Federal-De-Educacao-Profissional-E-Tecnologica](http://Portal.Mec.Gov.Br/Pet/190-Secretarias-112877938/Setec-1749372213/13175-Centenario-Da-Rede-Federal-De-Educacao-Profissional-E-Tecnologica). Acesso em: 3 maio 2023.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** Tradução: Klauss Brandini Gerhardt; Roneide Venâncio Majer; Leal, Roberto Ferreira. 2.ed. Ampliada, São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **A criação da província do Paraná.** Curitiba, 2022. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/estado-do-parana-completa-170-anos-de-criacao-com-a-emancipacao-da-provincia-de-sao-paulo#:~:text=%E2%80%9CA%20data%20de%2029%20de,Vasconcelos%20que%20imediatamente%20instalou%20o>. Acesso em: 05 abr 2023.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa [et al]. **Trabalho e educação: o papel da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará como certificadora da qualificação profissional na Amazônia paraense.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 2019. 108 f. Disponível em:

[https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2750/1/Dissertacao\\_TrabalhoEducaoPapel.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2750/1/Dissertacao_TrabalhoEducaoPapel.pdf) Acesso em: 10 set. 2024.

CARDOSO, Cássia Regina Soares. **O processo de ocupação do noroeste paranaense nas décadas de 1950 e 1960**. PDE. Maringá-PR, 2007.

CARDOSO, Jayme Antônio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Indústria Gráfica Projeto, 1981.

CARVALHO, Rodrigo as Silva; STENTZLER, Márcia Marlene. A escolha pela licenciatura: perspectivas para formação de professores na UNESPAR campus Paranavaí (2014-2019). **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 35, p. 38-63, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v12i35.4333>

CERTEAU, Michel. La folie de la vision. **Esprit (1940-)**, n. 66, p. 89-99, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstrói o mapa das capitanias hereditárias e mostra erros históricos. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 11-45. jul.- dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/BmZzYkT6KTRDPBsmTkCzvJr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CORDÃO, F. A. A Educação Profissional no Brasil. In: Ensino Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/São Paulo (org.). Campinas; Autores Associados, 2005, p: 43-109.

COSTA, Antônio Carlos. **Educação profissional e formação social: as escolas técnicas no Brasil na década de 1940**. 1. ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 2016.

COSTA, Maria Adélia da. **Políticas de formação docente para a educação profissional: Realidade ou Utopia?** Curitiba: APPRIS, 2016.

CUNHA, José Cláudio. **Educação e trabalho: a história da formação profissional no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação**. v.14, Ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200006>.

CURY, Carlos Roberto Jamil [et al]. **A profissionalização do ensino na Lei nº. 5692/71**. 1982. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002257.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024

DALMINA, Rute Rosângela. **A aprendizagem organizacional na educação profissional no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo-RS, 2020, 219 f. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9492>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DAMASCENO, Alberto. A planificação da educação dos anos 30 a 60: Pioneirismo, reformas, submissão e tecnocracia. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 68, p. 125-137, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i68.8643788>

DELGADO, Renata Moreira. **O IFMS de Três Lagoas/MS e a (re) configuração dos cursos técnicos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas-MS, 2021. 174 f. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4100>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DIÁRIO DO NOROESTE. **69º aniversário de Paranavaí: as terras de Paranavaí pertenciam à Espanha**. Diário do Noroeste, 2021. Disponível em: <https://diariodonoroeste.com.br/paranavai-comemora-69-anos-nesta-terca-feira/>. Acesso em: 15 maio 2024.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: EDIPRO, 2016.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução: Heloísa Helena Pimenta Rocha; Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas/SP: Alínea Editora, 2017.

FERREIRA, Fábio Vizeu. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de administração de empresas**, v. 50, p. 37-47, 2010.

FONSECA, João Pedro da. O PROFIC-Programa de Formação Integral da Criança: anotações de um seminário. **Rev. Fac. Educ**, p. 1-2, 1986. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-25551986000100009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-25551986000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 17 out. 2023.

GOEVERT, Ulrico. **História e memórias de Paranavaí**. Paranavaí/Pr: Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1992. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/afonso-pena> . Acesso Em: 13 set. 2023.

ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento (orgs). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf> . Acesso em: 02 de set. 2024.

HALBWACHS, Maurice. Espacio y memoria colectiva. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 3, n. 9, p. 11-40, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Escolas em Paranavaí**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/pesquisa/13/5902> Acesso em 12 de out. 2023

INSTITUTO Federal de Brasília. **Nilo Peçanha**: patrono da educação profissional e tecnológica brasileira. 2023. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/Reitori/2412-Nilo-Pecanha-Patrono-Da-Educacao-Profissional-E-Tecnologica-Brasileira>. Acesso Em: 13 set. 2023.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Anísio Teixeira**. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30 maio 2022.

KUENZER, Acácia. O ensino de segundo grau na lei de diretrizes e bases da educação nacional: algumas reflexões. **Revista em Aberto**, v. 8, n. 41, 1989. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.8i41.1730>

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Juciana Karla Melo. **A educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais da Universidade Federal de Sergipe, campus de São Cristóvão, 2014. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4496/1/JUCIANA\\_KARLA\\_MELO\\_LIMA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4496/1/JUCIANA_KARLA_MELO_LIMA.pdf) Acesso em: 6 abr 2024.

LIOTI, Cláudia Sena; STENTZLER, Márcia Márcia Marlene. Fontes, história memória do centro municipal de educação infantil Tio Patinhas de Mandaguari/Pr (1950-2000). **Cadernos de Educação**, v. 3, n. 67, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/24228>. Acesso em: 6 jun 2022.

LIOTI, Claudia Sena; STENTZLER, Márcia Marlene. A educação infantil e a pandemia da covid19: entre o cotidiano de uma pré-escola e as famílias dos

estudantes. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 61, p. 75-89, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3967> Acesso em: 18 maio 2023.

LOPES, Eduardo Abranches Silva. **Para além da técnica: a formação integral e seus impactos na vida dos egressos de cursos técnicos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, (Unisinos) 2021, 204 f. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/10114> Acesso em: 11 abr. 2023.

LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele. **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul: Educus, 2018.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de professores para a educação profissional tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *In: Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional*. Dante Henrique Moura (Org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 347-363.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Paco Editorial, 2016.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. **O ensino de história no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais**. História e Ensino, Londrina, v. 7, n. 28. 2002. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12226> . Acesso em: 3 de maio. 2023.

NASCIMENTO, José Mateus dos; SANTOS, Renato Marinho Brandão. **História e políticas da educação profissional no Brasil**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2022. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2219> Acesso em: 18 out. 2024

NASCIMENTO, Vanessa Melo do e MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck **O Ensino Técnico-Profissionalizante No Paraná Na Década De 1960** Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 21, p.225-234, maio. /ago. 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v07n21/v07n21a14.pdf> Acesso em: 18 de out.2023.

NOROESTE, Diário do. **Paranavaí Comemora 69 Anos**. Paranavaí, 14/12/2021. Disponível em: <https://diariodonoroeste.com.br/Paranavai-Comemora-69-Anos-Nesta-Terca-Feira/> Acesso em: 23 set. 2023.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS–Revista Científica**, v. 7, n. 2, p. 351-368, 2005.

NOSELLA, Paolo; Buffa, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2ª ed. Campinas: Alínea, 2013.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito. Reformas educacionais e o “novo” ensino médio: superação do dualismo. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/issue/view/393>Acesso em: 11 ago.2024.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Políticas públicas e reformas curriculares: as escolas primárias no Paraná na Primeira República. **Revista E-Curriculum**. São Paulo, v. 1, dez./jul. 2005-2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3103>. Acesso em: 7 maio 2023.

PARANÁ, Arquivo Público. **Lei n. 790, de 14 de novembro de 1951**. Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Curitiba 31-12-1950.

PARANÁ, Arquivo Público. **Mensagem apresentada a assembleia legislativa do estado pelo senhor Jayme Canet Júnior governador do estado**. Curitiba Paraná 1978. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/mensagem\\_1978\\_jayme\\_canet\\_junior.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/mensagem_1978_jayme_canet_junior.pdf) Acesso em: 01 de set. de 2024.

PARANÁ, Arquivo Público. **Mensagem apresentada a assembleia legislativa do estado pelo senhor Ney Braga, governador do Estado**. Curitiba Paraná 1980. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/mensagem\\_1980\\_ney\\_braga.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/mensagem_1980_ney_braga.pdf) Acesso em 01 de set. de 2024.

PARANÁ, Presidente Caetano Munhoz da Rocha. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo - 1º de fevereiro de 1922**. Disponível em [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/msg1922\\_p.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/msg1922_p.pdf) . Acesso em 20 de jun. de 2024

PARANÁ, **Secretaria de Educação**. Galeria de Imagens, Geografia do Paraná: Sistema Viário, Professor Clóvis do Espírito Santo Júnior. <Http://Www.Geografia.Seed.Pr.Gov.Br/Modules/Galeria/Detaile.Php?Foto=1576&Evento=8> Acesso Em 12 De Outubro De 2023.

PARANÁ. **Código de Ensino do Estado do Paraná**, 1917. Curitiba: TYP. Da República, 1917. Disponível Em:

PARANÁ. **Código de Ensino do Estado do Paraná**. Decreto N. 17 De 9 De Janeiro De 1917. Disponível Em:

<https://www.Histedbr.Fe.Unicamp.Br/Navegando/Acervos/Codigo-Do-Ensino-Do-Estado-Do-Parana-Decreto-N-17-De-9-De-Janeiro-De-1917> Acesso Em: 7 Mai. 2023.

PARANÁ. **Código do Ensino do Estado do Paraná**. Decreto n. 17 de 9 de janeiro de 1917. CORITYBA: TYP. Da República, 1917. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125257> Acesso em 8 out. 2023.

PARANÁ. **Criteria 19 julho a dezembro**. Conselho Estadual de Educação. Parecer Nº170/74 – Processo Nº 044/74 Câmara Conjunta do Ensino De 1º E 2º Graus. 1974

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES**. Cadernos Municipais – Paranavaí, 2022. Disponível Em: <Http://Www.Ipardes.Gov.Br/Cadernos/Montacadpdf1.Php?Municipio=87700&Btok=O> Acesso Em: 8 fev. 2022.

PARANÁ. **Lei n.º 1.804, de 4 de abril de 1954**. Autoriza crédito especial para a criação do Ginásio Estadual de Paranavaí. Diário Oficial [do Estado do Paraná], Curitiba, PR, 4 abr. 1954.

PARANÁ. **Lei n.º 704, de 29 de agosto de 1853**. Cria a Província do Paraná. Diário Oficial [do Império], Rio de Janeiro, 1853.

PARANÁ. **Lei Nº 1084, de 8 de abril de 1954**. Diário Oficial do Estado do Paraná, N. 32, Ano XLII, Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

PARANÁ. **Lei Nº 4978, de 05 de dezembro de 1964**. Estabelece o Sistema Estadual de Ensino. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4978-1964-parana-estabelece-o-sistema-estadual-de-ensino> > Acesso em: 3 mai. 2023.

PARANÁ. **Parecer n.º 69/83, de 1983**. Dispõe sobre alterações no quadro do ensino municipal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, PR, 1983.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Colégio Estadual de Paranavaí. Regimento escolar para parecer de legalidade**. 2022. 195f.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Colégio Estadual de Paranavaí. Projeto Político Pedagógico**. 2022. 87f.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: 2006.

PARANÁ. Semente. **Sistema de estrutura e funcionamento:** vida legal do estabelecimento de ensino. Curitiba, pronto. 2023.

PARANAÍ (Município). **Anteprojeto de Lei n.º 148, de 1º de fevereiro de 1954.** Dispõe sobre a tramitação para a criação do Ginásio Estadual. Diário Oficial do Município, Paranavaí, PR, 1 fev. 1954.

PARANAÍ (Município). **Lei Municipal n.º 80, de 3 de julho de 1954.** Cria o Ginásio Municipal de Paranavaí. Diário Oficial do Município, Paranavaí, PR, 3 jul. 1954.

PARANAÍ. **Anteprojeto de Lei nº 148, de 1º de fevereiro de 1954.** Anteprojeto da Câmara de Vereadores de Paranavaí para a criação de um ginásio municipal em Paranavaí. Câmara Municipal de Paranavaí, acesso em 2023.

PARANAÍ. Colégio Estadual de Paranavaí. **Regimento.** Paranavaí: [sn], 2022.

PARANAÍ. Colégio Estadual. **Colégio de Paranavaí ensino de 1º e 2º graus: ex. Colégio Estadual de Paranavaí.** Boletim Informativo, 1981-1982.

PARANAÍ. Colégio Estadual. **Projeto Político Pedagógico (PPP).** Paranavaí: [sn], 2021.

PARANAÍ. **Lei nº 135, de 26 de junho de 1956.** Autoriza o chefe do poder executivo a doar o prédio e o terreno específico onde atualmente funciona o ginásio municipal ao governo estadual. Prefeitura Municipal de Paranavaí, acesso à Câmara Municipal em 2023.

PARANAÍ. **Lei nº 148, de 16 de junho de 1954.** Anteprojeto da Câmara de Vereadores de Paranavaí para a criação de um ginásio municipal em Paranavaí. Câmara Municipal de Paranavaí, acesso em 2023.

PARANAÍ. **Lei nº 80, de 3 de julho de 1954.** Câmara de Vereadores de Paranavaí cria ginásio municipal em Paranavaí. Prefeitura Municipal de Paranavaí, acesso à Câmara Municipal em 2023.

PARANAÍ. **Projeto de Lei nº 167, de 30 de junho de 1954.** Anteprojeto de lei cria palavra especial para a construção do prédio onde deverá funcionar o ginásio municipal. Câmara Municipal de Paranavaí, acesso em 2023.

PARANAÍ. **Projeto de Lei nº 18/56, de 20 de junho de 1956.** Câmara de Vereadores de Paranavaí cria projeto de lei para doação de terreno ao governo do Estado do Paraná. Câmara Municipal de Paranavaí, acesso em 2023.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, n. 174, p. 255-90, 1988.

PESSOA, Edna Mara Rosa dos Santos Cruz et al. O Curso Clássico do Colégio Estadual de Paranavaí na criação do Festival de Música e Poesia de Paranavaí. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 2, 2024, p. 541-554.  
DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.8257>

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede federal de educação tecnológica e o desenvolvimento local**. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ. Disponível em: [https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz\\_augusto\\_caldas\\_pereira.pdf](https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz_augusto_caldas_pereira.pdf). Acesso em: 8 out. 2023.

PIZZOLATTO, Marcos. **História do Paraná: ocupação do norte e oeste do Paraná**. YouTube, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=ixnop176G0>?si=R5n7jEBMpGIGd1T\_. Acesso em: 1 jul. 2024.

RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovina Corrêa da. **Questões de legitimidade na primeira república: o ensino secundário regular e a equiparação do Ginásio Paranaense ao congênere federal**. Santa Maria, v. 1, p. 133-152, 2006. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 7 maio 2023.

REAL, Pedro. **Manual de educação técnica: curso de aperfeiçoamento técnico-cultural**. Colégio Estadual de Paranavaí, Paranavaí, 1965. (mimeo).

RICOEUR, Paulo. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Carlos Elias Barros Sobreira. Geada negra no Paraná em 1975: uma proposta de investigação a partir da análise de fontes de imagens e do jornal. **Encontro Regional de História da ANPUH-PR, 23 a 25 nov**. Maringá, UEM. 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611620265\\_ARQUIVO\\_5c82d780ea8b17ed00599a8ec6fbc8e9.pdf](https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611620265_ARQUIVO_5c82d780ea8b17ed00599a8ec6fbc8e9.pdf)  
Acesso em: 2 jul. 2024.

ROMPATTO, Maurílio. A revolta dos colonos da Areia Branca do Tucum, extremo noroeste do Paraná (1964). **Territórios e Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 272-286, 2019.

ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida; SCALINATE, Hortência Danielle. **História e memória da colonização do**

**noroeste do Paraná:** os casos de Paranaíba, Nova Londrina e Loanda. 1.ed. Maringá: Massoni, 2012.

ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto. **A colônia Paranaíba:** da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Curitiba: Editora CRV, 2019.

ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo. **História do Paraná.** 3.ed. Curitiba: Editora. 2019.

ROMPATTO, Maurílio; OLIVEIRA, Julia Mariana Ramos. **A história das vilas rurais de Paranaíba a partir das narrativas de seus moradores.** Maurílio Rompatto Leandro de Araújo Crestani, p. 61, 2021.

RUCKSTADTER, Fernando; RUCKSTADTER, Maria Clara. **A educação secundária no Brasil:** trajetória histórica e desafios contemporâneos. Curitiba: Editora Regional, 2022.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **A educação escolar secundária no norte pioneiro do Paraná:** a criação de ginásios entre os anos de 1938 e 1961. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 73, pág. 624-648, abr./jun. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v22n73/1981-416X-rde-22-73-624.pdf> Acesso em: 09 dez. 2024.

SANTOS, João Marcos. **Educação e industrialização: desafios do desenvolvimento brasileiro.** 1.ed. Belo Horizonte: Editora do Conhecimento, 2000.

SANTOS, João Marcos. **Educação e trabalho no Brasil: uma análise ideológica.** 1.ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 2000.

SANTOS, Sônia Maria dos; MARRA, Marisa Francisca Galdeano. **A experiência de produzir fontes orais para a história das instituições escolares.** Cadernos de História da Educação, v. 21, p. 1-16, e088, 2022. ISSN: 1982-7806 (on-line). Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-88>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SANTOS, Valdery. Paranaíba 1944 – 1945. **Confissões de Padre João Guerra:** a mente sublime de um vigário e suas revelações e presságios sobre a vida depois da morte. Presidente Prudente: [s.n.], 2011.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 6.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, Lucas Melaço; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. **História da educação profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (11500 – 2018)**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 24 set. 2021, p. 73-101.

SILVA, Paulo Marcelo Soares da. **História de Paranavaí**. 2. ed. Paranavaí: Fundo Municipal de Cultura, 2014.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. **Anísio Teixeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–1964**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2018. 598f. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23190>. Acesso em: 07 maio 2023.

STENTZLER, Márcia Marlene. **Entre questões lindeiras e a superação de fronteiras: a escola complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), 1928-1938**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015. 182p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38171>. Acesso em: 8 fev. 2022.

STENTZLER, Márcia Marlene; LIOTI, Cláudia Sena. **Uma escola atraente é um convite para estudar: Erasmo Pilotto e a educação paranaense na década de 1950**. Ensino & Pesquisa, jul. 2020. Disponível em: [https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/3614/pdf\\_116](https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/3614/pdf_116). Acesso em: 3 maio 2023.

TRUZZI, Osvaldo M. Serra. **Resenha**. PADIS, Pedro Calili. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. 1981. Disponível em: <https://www.rep.org.br/PDF/5-6.pdf> Acesso em: 9 dez. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Educação e diversidade cultural no Brasil: os desafios históricos**. 1.ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editar, 1972.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH, 1987.

ZANLORENZI, Luciana Maria. **Educação profissional e formação de trabalhadores no Brasil**. 1.ed. Curitiba: Editora Acadêmica, 2013.

ZANLORENZI, Luciana Maria. **Instituições de ensino profissional no Paraná na primeira metade do século XX**. 1.ed. Curitiba: Editora Regional, 2017.

ZANLORENZI, Maria Josélia. **Educação para o trabalho: a criação das escolas técnicas no Paraná (1900-1950)**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1358>. Acesso em: 3 de maio. 2023.

## ANEXOS

### Anexo 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ: INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS EM PARANAÍ/PR (1955 - 1996)

**Pesquisador:** MARCIA MARLENE STENZLER

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 65471922.9.0000.9247

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.822.519

##### Apresentação do Projeto:

Projeto intitulado "TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ: INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS EM PARANAÍ/PR (1955 – 1996)". A presente pesquisa se desenvolverá mediante diálogo entre o referencial teórico sobre a história das instituições escolares, pesquisas já desenvolvidas acerca desta temática e pesquisa de campo a partir de materiais históricos do Colégio Estadual de Paranaí/PR, produzidos no âmbito municipal e regional. Logo, a pesquisa terá caráter exploratório, descritivo, qualitativo, que prescinde de levantamento de fontes que aqui denominamos documentos legais, tais como leis, decretos, municipais, estaduais e nacional pertinentes ao estudo, com destaque para os arquivos como fotografias, livros atas, registros em periódicos de jornais, plantas arquitetônicas, cadernos, livros atas e entrevistas com ex-alunos (de maior idade) funcionários e ex-funcionários, bem como professores e ex-professores da instituição, dentre outros.

##### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

Analisar a trajetória histórica e a relevância do Colégio Estadual de Paranaí como instituição de ensino público responsável pela de formação profissional de jovens e adultos do município de Paranaí.

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAÍ

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4319

**E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.822.519

estaduais e nacional pertinentes ao estudo, com destaque para os arquivos como fotografias, livros atas, registros em periódicos de jornais, plantas arquitetônicas, cadernos, livros atas e entrevistas com ex-alunos (de maior idade) funcionários e ex-funcionários, bem como professores e ex-professores da instituição, dentre outros.

Diante disso, entendemos que a instituição em estudo, conta com um rico acervo histórico que merece ser visitado, pesquisado, analisado e estudado, pois foi criada pela e para a comunidade objetivando contribuir significativamente com a formação dos cidadãos da região onde está inserida.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- Os seguintes termos/documentos estão em conformidade, conforme já descrito no parecer anterior: folha de rosto; TCUD; Termo de ciência do responsável pelo campo de estudo; TCLE; cronograma; questionário.
- As informações do projeto brochura são as mesmas da plataforma.
- O projeto brochura está em conformidade com o modelo disponibilizado.

**Recomendações:**

Recomenda-se a aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foi observado qualquer óbice ético.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2052328.pdf	12/12/2022 20:17:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochura.docx	12/12/2022 20:16:43	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Brochura Pesquisa	brochura.pdf	12/12/2022 20:15:59	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAI

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4319

**E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.822.519

Outros	roteiro_entrevistas.pdf	20/11/2022 22:43:52	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/11/2022 22:40:07	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Declaração de concordância	Campo_de_Estudo_2.pdf	20/11/2022 22:38:21	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Campo_de_Estudo.pdf	20/11/2022 22:37:50	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_TCLE.pdf	20/11/2022 22:36:25	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	TCUD_termodecompromissodeutilizaca odedados_modelo.pdf	20/11/2022 22:31:46	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	18/11/2022 22:29:10	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PARANAVAI, 16 de Dezembro de 2022

---

**Assinado por:**  
**Willian Augusto de Melo**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av: Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAI

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4319

**E-mail:** cep@unespar.edu.br

**ANEXO 2****ENTREVISTA: (modelo 2)****EX-ALUNOS/AS DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ - EFMNP**

1. Nome:
2. Sexo – Feminino ( ) Masculino ( )
3. Qual sua idade?
4. Em qual curso ou modalidade de ensino você participou como estudante? Por que você escolheu fazer esta Instituição de Ensino?
5. Em que ano você se formou?
6. O Curso ou Modalidade de Ensino que você escolheu, correspondeu as suas expectativas? Sim ( ) Não ( ) Por que?
7. É possível afirmar que o Colégio Estadual De Paranavaí - EFMNP e o curso, ou a modalidade de ensino que você cursou contribuíram para o desenvolvimento educacional da região? Por quê?
8. Você teve dificuldades para concluir seus estudos nesta instituição? Caso afirmativo, quais foram?
9. Onde você trabalhou e quais atividades desenvolveu?
10. Você lembra como foi o processo para o seu ingresso na instituição? Descreva.
11. Você lembra como foi a solenidade de sua formatura? Descreva.
12. Relate aqui sobre suas lembranças do período de estudo na Instituição. O que mais a marcou, de forma positiva ou negativa.
13. Você acredita que o ensino ofertado na instituição influenciou em alguns aspectos da sua vida? Positiva ou negativamente. Por que?

**ANEXO 3****ENTREVISTA: (modelo 1)**

DOCENTES, DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ - EFMNP

**1º PARTE:**

Nome:

Sexo – Feminino ( ) Masculino ( )

Local e data de nascimento:

Profissão do pai:

Profissão da mãe:

Escolarização do pai (informe o último grau de instrução):

Escolarização da mãe (informe o último grau de instrução):

Número de irmão e seu lugar na fratria (conjunto de irmão):

Endereço tradicional

Rua e nº

Cidade / Estado / CEP

Telefone

e-mail

**2º PARTE: Escolarização**

- 1) Educação Infantil (pré-escola): Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada.
- 2) Escola Fundamental: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno).
- 3) Ensino Médio: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno). Caso tenha sido profissionalizante especifique a modalidade.
- 4) Educação Superior: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno). Área de Estudo e Modalidade (Especialização – Mestrado – Doutorado).

**3º PARTE: VIDA PROFISSIONAL**

---

- 5) Fale sobre suas principais atividades profissionais, nesta instituição.
- 6) Fale um pouco da sua experiência enquanto profissional atuando nesta instituição escolar.
- 7) Como foi seu ingresso profissional nesta instituição de ensino?
- 8) Qual o seu sentimento em relação ao Colégio Estadual.
- 9) Em sua opinião, qual a principal contribuição do colégio estadual para a comunidade na qual ele está inserido?
- 10) É possível afirmar que o Colégio Estadual de Paranavaí - EFMNP contribuiu ou contribuiu para o desenvolvimento educacional da região? Por quê?
- 11) Você acha que os colegas, funcionários, alunos e ou comunidade em local ou geral deveriam ter possibilidade de conhecer a história do Colégio Estadual? Porque?
- 12) Em sua opinião, vale a pena, investir em pesquisa para escrever sobre a história das instituições escolares? Porque?

**ANEXO 4****ENTREVISTA: (modelo 2)**

EX-DOCENTES, DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ - EFMNP

**1º PARTE:**

Nome:

Sexo – Feminino ( ) Masculino ( )

Local e data de nascimento:

Profissão do pai:

Profissão da mãe:

Escolarização do pai (informe o último grau de instrução):

Escolarização da mãe (informe o último grau de instrução):

Número de irmão e seu lugar na fratria (conjunto de irmão):

Endereço tradicional

Rua e nº

Cidade / Estado / CEP

Telefone

e-mail

**2º PARTE: Escolarização**

- 1) Educação Infantil (pré-escola): Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada.
- 2) Escola Fundamental: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno).
- 3) Ensino Médio: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno). Caso tenha sido profissionalizante especifique a modalidade.
- 4) Educação Superior: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno). Área de Estudo e Modalidade (Especialização – Mestrado – Doutorado)

### 3º PARTE: VIDA PROFISSIONAL

- 5) Fale sobre suas principais atividades profissionais, desenvolvidas junto ao Colégio Estadual.
- 6) Em qual período você trabalhou na instituição? (ano de ingresso e saída)
- 7) Como foi seu ingresso profissional nesta instituição de ensino?
- 8) Fale um pouco da sua experiência enquanto profissional atuando nesta instituição escolar.
- 9) Qual o seu sentimento em relação ao Colégio Estadual.
- 10) Em sua opinião, qual a principal contribuição do colégio estadual para a comunidade na qual ele está inserido?
- 11) É possível afirmar que o Colégio Estadual de Paranavaí - EFMNP contribuiu ou contribuiu para o desenvolvimento educacional da região? Por quê?
- 12) Você acha que os professores, funcionários, alunos e comunidade em local ou geral deveriam ter possibilidade de conhecer a história do Colégio Estadual? Porque?
- 13) Em sua opinião, vale a pena, investir em pesquisa para escrever sobre a história das instituições escolares? Porque?

**ANEXO 6****ENTREVISTA:****EX-FUNCIONÁRIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAVAI - EFMNP**

13. Sexo – Feminino (  ) Masculino (  )
14. Qual sua idade? \_\_\_\_\_
15. Qual a sua função quando trabalhava no Colégio?
16. Em que ano iniciou suas atividades profissionais no Colégio.
17. Trabalhar junto a esta Instituição de Ensino, correspondeu as suas expectativas?  
Sim (  ) Não (  ) Por que?
18. É possível afirmar que o Colégio Estadual De Paranavaí - EFMNP contribui ou contribuiu para o desenvolvimento educacional da região? Por quê?
19. Você teve dificuldades para desenvolver suas atividades nesta instituição? Caso afirmativo, poderia dizer quais e porquê?
20. Como foi seu ingresso profissional nesta instituição de ensino?
21. Relate aqui sobre suas lembranças do período de atividades na Instituição. O que mais a marcou, de forma positiva ou negativa.
22. Você acredita que as atividades desenvolvidas junto a instituição influenciaram em sua vida? Por que?
23. Em sua opinião, como o Colégio Estadual contribui para a comunidade local?
24. Você acha que os professores, funcionários, alunos e comunidade em local ou geral deveriam ter possibilidade de conhecer a história do Colégio Estadual? Porque?

**ANEXO 5****ENTREVISTA:****FUNCIONÁRIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ - EFMNP**

1. Sexo – Feminino ( ) Masculino ( )
2. Qual sua idade? \_\_\_\_\_
3. Qual a sua função no Colégio?
4. Em que ano iniciou suas atividades profissionais no Colégio.
5. Trabalhar junto a esta Instituição de Ensino, correspondeu as suas expectativas?  
Sim ( ) Não ( ) Por que?
6. É possível afirmar que o Colégio Estadual De Paranavaí - EFMNP contribui ou contribuiu para o desenvolvimento educacional da região? Por quê?
7. Você teve ou tem dificuldades para desenvolver suas atividades nesta instituição? Caso afirmativo, poderia dizer quais e porquê?
8. Como foi seu ingresso profissional nesta instituição de ensino?
9. Relate aqui sobre as principais lembranças deste Colégio.
10. Você acredita que as atividades desenvolvidas junto a instituição influenciaram em sua vida? Por que?
11. Em sua opinião, como o Colégio Estadual contribui para a comunidade local?
12. Você acha que os professores, funcionários, alunos e comunidade em local ou geral deveriam ter possibilidade de conhecer a história do Colégio Estadual? Porque?

## ANEXO 6

Figura 41 - Criação dos Limites do município de Paranavaí, 1951

<b>MUNICÍPIO DE PARANAVAI</b>	
<b>I — LIMITES MUNICIPAIS</b>	
<b>LINHA DE LIMITES</b>	
<b>1 — Com o Estado de São Paulo:</b>	Começa no rio Paraná na fóz do rio Paranapanema, subindo por este até a divisa N.S. da Cia. de Melhoramentos Norte do Paraná, em frente à Corredeira do Estreito.
<b>2 — Com o município de Nova Esperança (ex-Capelinha):</b>	Começa no rio Paranapanema em frente da Corredeira do Estreito, e segue pela linha divisora N.S. entre as terras da Cia. de Melhoramentos Norte do Paraná e da Colônia Paranavaí até o cruzamento com o ribeirão Paranhos.
<b>3 — Com o município de Mandaguaçu (ex-Vila Guaira):</b>	Começa no cruzamento do ribeirão Paranhos com a linha divisora N.S. entre as terras da Cia. de Melhoramentos Norte do Paraná e da Colônia Paranavaí, segue esta divisa até o rio Ivaí, no sentido sul.
<b>4 — Com o município de Peabirú:</b>	Começa no entroncamento da linha divisora N.S. entre a Colônia Paranavaí e a Cia. de Melhoramentos Norte do Paraná no rio Ivaí, pelo qual desce até a sua fóz no rio Paraná.
<b>5 — Com o Estado de Mato Grosso:</b>	Começa na fóz do rio Ivaí, no rio Paraná sobe por este até a fóz do rio Paranapanema.
<b>II — DIVISAS INTERDISTRITAIS</b>	
<b>LINHA DE DIVISA</b>	
<b>1 — Entre os distritos de Paranavaí e Porto São José:</b>	Começa no rio Ivaí, na fóz do ribeirão Selma; sobe por este até sua cabeceira de onde, em reta, alcança a cabeceira mais próxima do ribeirão do quilômetro 264, pelo qual desce e depois pelo ribeirão até o rio Paranapanema.
<b>2 — Entre os distritos de Paranavaí e Catarinenses:</b>	Começa no rio Ivaí, na fóz do ribeirão da Lica, sobe por este até sua cabeceira mais alta, daí, em linha reta, rumo leste até encontrar o ribeirão da Paixão, sobe por este até sua cabeceira, de onde alcança no rumo norte a estrada Porto São José a Paranavaí, segue por esta estrada no sentido de Paranavaí até o cruzamento com o ribeirão Paranavaí, de onde por uma linha reta no rumo sul alcança o ribeirão Surucuá, desce por este até um ponto de onde, em rumo oeste, alcança um afluente da margem esquerda do ribeirão Paranavaí, cuja fóz é situada, mais ou menos, a quinze quilômetros a montante da fóz do ribeirão Paranavaí, desce pelo mencionado afluente e depois pelo ribeirão Paranavaí até sua fóz no rio Ivaí.

Fonte: Arquivo Público do Paraná (2023)

## ANEXO 7

Figura 42 - Parecer 170/74

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
 Parecer nº 170/74  
 Processo nº 044/74  
 Câmara Conjunta de Ensino de 1º e 2º Graus



Aprova o Plano de Implantação do Ensino de 2º Grau na Unidade Integrada de Ensino da cidade de PARANAVAI, constituída pelo Colégio Estadual de Paranavaí, Colégio Comercial Estadual e Escola Normal Colegial "Leonel Franca", para o ano letivo de 1.974.

Tendo a Unidade Integrada de Ensino de Paranavaí, atendido as recomendações contidas no Parecer 087/74, da Câmara Conjunta de Ensino de 1º e 2º Graus, colocando-se em condições de contribuir para o engrandecimento da Educação Paranaense, realizando com autenticidade os ideais propostos pela Lei 5.692/71, proponho a aprovação do seu Plano de Implantação para o ano de 1974, com a programação dos cursos de Assistente de Administração, Redator Auxiliar, Contabilidade, Secretariado, Magistério para 1ª a 4ª séries, a nível técnico e Auxiliar de Enfermagem, Desenhista de Arquitetura e Agente de Defesa Sanitária Animal, a nível de outras habilitações.

O presente Parecer é um dos elementos para instruir o processo de reorganização dos estabelecimentos em Unidade Integrada de Ensino de Paranavaí, junto ao Governo do Estado.

É o Parecer.

Curitiba, 12 de setembro de 1.974.

na) Antonio José França Satiro-Relator; Dalton Oliveira Vanna; Alda Aracy Moeller; Sarah Sartori; Kuno Paulo Rhoden; Oberon Floriano Dittert; Ivo Meszadri; Osvaldo Arns; Eduardo Rodrigues Machado.

Figura 43 - Parecer 002/79



ESTADO DO PARANÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER nº 002/79  
Processo nº 803/78

Aprova a Implementação do Projeto de Implantação do Ensino de 2º Grau, do Colégio de Paranavaí, com a programação da Habilitação Auxiliar de Patologia Clínica, para início em 1979.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, emite o presente Parecer nos termos do de nº 002/79, da Câmara de Ensino de 2º Grau, que a este se incorpora:

O Colégio de Paranavaí, mantido pelo Governo do Estado, tendo implantado, pelos Pareceres 87/74 e 170/74 o seu Projeto de Implantação do Ensino de 2º Grau, com a programação das Habilitações Plenas Magistério, Assistente de Administração, Contabilidade, Secretariado e Redator Auxiliar e das Habilitações Parciais Auxiliar de Enfermagem, Desenhista de Arquitetura e Agente de Defesa Sanitária Animal, solicita pelo Processo 803/78, a implementação da Habilitação Parcial Auxiliar de Patologia Clínica.

O Projeto de Implementação da Habilitação Parcial Auxiliar de Patologia Clínica apresentado pelo Colégio de Paranavaí, atende às exigências legais, podendo ser aprovado para início no ano letivo de 1979.

Cabe, na oportunidade, um alerta, à SEEC, quanto à diversidade de denominações usadas pelo Estabelecimento nos processos encaminhados a este Conselho, o que vem dificultando o exame dos mesmos.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1979

*Ernesto Knauer*  
ERNESTOKNAUER, Presidente

*Antonio José França Satyro*  
ANTONIO JOSÉ FRANÇA SATYRO, Relator

*Luiz Roberto*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

LA/.

DOCUMENTO  
DESG

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

CONSELHO ESTADUAL DE EDUC. CA
Confere com o original
Em 17/01/1979
<i>Dizette Lunicio</i> <i>Rozkamp</i>

Figura 44 - Resolução 7.740/84



## ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

## RESOLUÇÃO Nº 7.740/84

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º, inciso V, do Decreto nº 3.037, de 09 de outubro de 1980, considerando os termos da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, reformulada pela Lei nº 7.044/82, do Parecer Nº 365/84, do Departamento do Ensino de 2º Grau, e satisfeitos os requisitos contidos nas Deliberações nºs 30/80 e 45/83, do Conselho Estadual de Educação,

## R E S O L V E

1º - Fica autorizado o funcionamento do Curso de 2º Grau Regular - Propedêutico, no Colégio Estadual de Paranaíba - Ensino de 1º e 2º Graus, do Município de Paranaíba, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A autorização ora concedida é pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir do início de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 07 de novembro de 1984.

GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretaria de Estado da Educação

Confere com o original

NÚCLEO REGIONAL DE PARANAÍBA.

Paranaíba, 04 de Dezembro de 1984.

*M. Jacomes*  
 n/ Curso de 1º  
 1984

Figura 45 - Decreto nº 2777



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

-35ª INSPECTORIA REGIONAL DE ENSINO-

-PARANAVAI-

- DECRETO Nº 2777-

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe confere o Art. 47, itens II e XVI da Constituição Estadual, sob proposta da Secretaria da Educação e da Cultura, nos termos da Lei Federal n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, e dos Pareceres ns. 170/74, do Conselho Estadual de Educação, 19/76 e 40/76, do Departamento de Ensino de 1º Grau, homologa dos pelas Resoluções ns. 1.547/76 e 1.374/76, e satisfeitos os requisitos contidos nas Deliberações ns. 26/72, 40/75 e Parecer n. 159/76, daquele Conselho,

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado a funcionar nos termos da legislação vigente, o COMPLEXO ESCOLAR MILJUEIN KOGEJ - ENSINO REGULAR E SUPLETIVO DE 1º GRAU E ENSINO DE 2º GRAU, Município de Paranavaí, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, resultante da reorganização do Colégio Estadual de Paranavaí, Escola Normal Colegial Estadual Leonel Franca, Colégio Comercial Estadual de Paranavaí, Grupo Escolar "Enira de Moraes Ribeiro", Grupo Escolar "Dr. Marins Alves de Camargo", Grupo Escolar "Dr. Marins Alves de Camargo" - Noturno, Grupo Escolar Três Marias, Grupo Escolar Newton Guimarães e Grupo Escolar Newton Guimarães - Noturno, todos do mesmo Município.

Art. 2º - Os Estabelecimentos abaixo relacionados passarão a constituir-se em unidades de ensino, como especifica:-

- a. O Colégio Estadual de Paranavaí e a Escola Normal Colegial Estadual Leonel Franca em um único estabelecimento, sob a denominação de Colégio de Paranavaí - Ensino de 1º e 2º Graus;
- b. O Colégio Comercial Estadual de Paranavaí e o Grupo Escolar Dr. Marins Alves de Camargo, em um único estabelecimento, sob a denominação de Colégio Dr. Marins Alves de Camar

INSPECTORIA REGIONAL DE ENSINO  
PARANAVAI  
1977



## ESTADO DO PARANÁ

- 2 -

b) - O Colégio Comercial Estadual de Paranavaí e o Grupo Escolar Dr. Marins Alves de Camargo, em um único estabelecimento, sob a denominação de Colégio Dr. Marins Alves de Camargo - Ensino de 1º e 2º Graus;

c) - O Grupo Escolar Newton Guimarães, Grupo Escolar/Newton Guimarães - Noturno e o Grupo Escolar Dr. Marins Alves de Camargo - Noturno, em um único estabelecimento, com a denominação de Escola Newton Guimarães - Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau.

Art. 3º - O Grupo Escolar Enira Moraes Ribeiro e o Grupo Escolar Três Marias, passarão a denominar-se Escola Enira Moraes Ribeiro - Ensino de 1º Grau e Escola Três Marias - Ensino de 1º Grau, respectivamente.

Art. 4º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, os estabelecimentos manterão em regime de extinção gradativa o funcionamento das séries referentes aos cursos regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Parágrafo Único - Fica ratificada a validade dos atos escolares anteriores ao processo de reorganização, desde que realizados por prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 5º - Ficam mantidas as funções gratificadas já existentes/nos referidos estabelecimentos de ensino, as quais serão adaptadas à nova estrutura do Estabelecimento ora reorganizado.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 04 de janeiro de 1977, 156ª da Independência e 89ª da República.

Jayme Canet Junior  
GOVERNADOR DO ESTADO

Francisco Borsari Netto  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

IMPRESSÃO OFICIAL  
PARANÁ  
184

(D.Of; 214 - 07/01/77).

## APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionários aplicados aos ex-alunos, professores, ex-professores, funcionário e ex-funcionários.



Humanos

Universidade Estadual do Paraná -  
UNESPAR

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres

### CEP UNESPAR

#### ANEXO 1

#### ENTREVISTA: (modelo 1)

EX-ALUNOS/AS DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ - EFMNP

#### 1° PARTE: Infância

Nome:

Sexo – Feminino ( ) Masculino ( )

Local e data de nascimento:

Profissão do pai:

Profissão da mãe:

Escolarização do pai (informe o último grau de instrução):

Escolarização da mãe (informe o último grau de instrução):

Número de irmão e seu lugar na fratria (conjunto de irmão):

#### 2° PARTE: Escolarização

- 1) Educação Infantil (pré-escola): Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada.
- 2) Escola Fundamental: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno).
- 3) Ensino Médio: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno). Caso tenha sido profissionalizante especifique a modalidade.
- 4) Educação Superior: Informe nome e local da Instituição, se pública ou privada, ano de ingresso e término do curso e período (diurno / noturno). Área de Estudo e Modalidade (Especialização – Mestrado – Doutorado).

#### 3° PARTE: VIDA PROFISSIONAL

Descreva, sucinta e cronologicamente, suas principais atividades profissionais, especificando instituições/empresa, locais e tempo de trabalho

Endereço tradicional

Rua e nº

Cidade / Estado / CEP

Telefone

e-mail

**APÊNDICE 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE****Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR**

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

**CEP UNESPAR****ANEXO 7****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAÍ: INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS EM PARANAÍ/PR (1955 – 1996)**, que faz parte do mestrado do PPIFOR, sob a responsabilidade da Prof.<sup>a</sup> Márcia Marlene Stentzler da instituição UNESPAR, que buscará compreender como a criação do Colégio Estadual de Paranavaí - EFMNP e as modalidades de ensino ofertadas pela instituição, responderam a necessidades e anseios da sociedade para a formação dos cidadãos desta região, no período de 1955 aos dias atuais. Nesta instituição um dos primeiros cursos criados foi o Curso Ginásial, e posteriormente ampliou a oferta de forma a atender a demanda de várias modalidades de ensino de acordo com a realidade histórica, bem como as reformas educacionais vivenciadas pelo Ensino Nacional Brasileiro. Ao estudar a história deste Colégio Estadual de Paranavaí - EFMNP, o entretecemos a própria história da Educação Paranaense e a História da Educação Brasileira, bem como o desenvolvimento da Região Noroeste do Paraná, na qual está localizada a cidade de Paranavaí. Por isso, conhecer a história do Colégio Estadual de Paranavaí, através de representações sociais e documentos, nos permite desvelar histórias e memórias ali vivenciadas durante o processo de formação de cidadãos e profissionais de diversas áreas de atuação da nossa cidade, região e também do nosso país.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP UNESPAR.

***a. DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO***

Emitido Pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP UNESPAR

Número do parecer: **5.822.519**

Data da relatoria: **16/12/2022**

- 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** A sua participação é muito importante, e ela se dará através de entrevista(s) realizada(s) presencialmente. A(s) entrevista(s) será(ão) gravada(s) e as respostas

serão transcritas pelo orientando do pesquisador. Há qualquer tempo, o participante poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento, sem precisar justificar, sem qualquer prejuízo.

2. **RISCOS E DESCONFORTOS:** Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir conforme (Res. 466/12 – CNS, item V). O processo de entrevista, gravação de áudio e participação nos encontros para a entrevista, podem gerar desconforto devido ao tempo dedicado além da rotina do residente, bem como novos diálogos e ampliações de perspectivas subjetivas e relacionais. Todos os procedimentos são pensados de forma a promover qualidade aos encontros, que sempre que possível acontecerão na residência ou em local e horário de livre escolha do entrevistado, buscando a tranquilidade e conforto do mesmo. A pesquisadora estará disponível para auxiliar em qualquer dificuldade apresentada pelos participantes, e esclarecer qualquer dúvida referente à pesquisa ou à coleta de dados, bem como esclarecerá que a participação é voluntária e a qualquer momento o participante pode deixar o estudo.

No caso de situações adversas, uma escuta ativa, acolhedora e o respeito aos limites de tempo e condições psicológicas e físicas para retomada, adiamento ou cancelamento dos procedimentos de coleta se configura como possibilidade. Essa pesquisa respeita as limitações dos participantes e seus consentimentos.

3. **BENEFÍCIOS:** Nota-se que a História em geral, tem parte fundamental na sociedade, a história do Colégio Estadual de Paranaíba - EFMNP regionalmente, traz à tona a construção de uma instituição, por ser vinculada ao mesmo ano de criação e fazendo parte da vida de indivíduos que por ali passaram, nacionalmente ela traz a memória acontecimentos históricos na educação o que é fundamental para a constituição de uma sociedade. Com isso, pretendemos, com essa pesquisa fornecer materiais para que essa constituição e trajetória seja conhecida e valorizada por acadêmicos, pesquisadores e historiadores, beneficiando, assim, para a pesquisa sobre a história da educação e das instituições escolares, partindo desses pressupostos, a sua participação irá beneficiar para a construção de uma história.
4. **CONFIDENCIALIDADE:** Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As suas respostas, dados pessoais e o seu nome não aparecerão, nem mesmo quando os resultados forem apresentados, caso seja esta a sua vontade. Tendo a possibilidade de nomes fictícios ou marcadores correspondentes para a utilização das informações coletadas durante a entrevista. Além disso, os dados a serem coletados serão utilizados somente para fins de publicações científicas, num período de até 10 anos, contados a partir do ano de 2024. Após este período os dados serão descartados.

5. **SEGURANÇA:** Será assegurada acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Compreendo e aceito que partes deste trabalho poderão ser apresentadas em salas de aula, congressos e outros ambientes de estudo como forma de contribuição para a construção de conhecimentos sobre o assunto que foi estudado, e que minha imagem e voz não serão reproduzidas em nenhuma etapa da pesquisa, sem que eu esteja de acordo, e neste caso terei meu nome substituídos por nomes fictícios, minha imagem e voz preservadas pelo sigilo conforme minha vontade.
6. **ESCLARECIMENTOS:** Esta pesquisa não prevê qualquer despesa ou indenização para o participante, e por isso não haverá qualquer ressarcimento. Poderão ser realizadas mais entrevistas além das iniciais, conforme a necessidade de aprofundamento dos assuntos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR, cujo endereço consta deste documento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador responsável, conforme o endereço abaixo:

Nome: Márcia Marlene Stentzler Telefone: 55 (42) 91038758

Email: [marcia.stentzler@unespar.edu.br](mailto:marcia.stentzler@unespar.edu.br)

Endereço: Avenida Advogado Horácio Raganello Filho, n:5350 apartamentos 901, Maringá-

PR Horário de Atendimento: 8:00 às 12:00 hrs

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo Seres Humanos da UNESPAR, no endereço abaixo:

#### CEP UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná-Unespar Campus Paranavaí

Avenida Gabriel Esperidião, S/N Sala 20, Jardim Morumbi, Paranavaí - PR CEP: 87.703-000

Telefone: (44) 3424.0100 E-mail: [cep@unespar.edu.br](mailto:cep@unespar.edu.br)

7. **RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.
  - 7.1 **CUSTOS:** Fica esclarecido de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, e, que não haverá qualquer despesa decorrente da minha participação na pesquisa.
8. **PREENCHIMENTO DO TERMO:** Enfim, tomo conhecimento do e conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e compreendo a natureza e o objetivo do estudo que será

desenvolvido. Estou ciente da garantia de que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

**9. Contatos:**

Pesquisadores: Márcia Marlene Stentzler (orientadora) [marcia.stentzler@unespar.edu.br](mailto:marcia.stentzler@unespar.edu.br) ;  
Edna Mara Rosa dos Santos Cruz Pessoa (mestranda) [edna.pessoa.611@estudante.unespar.edu.br](mailto:edna.pessoa.611@estudante.unespar.edu.br) .

Os responsáveis por este estudo poderão ser localizados na: Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus Paranavaí – Avenida Gabriel Esperidião, S/N – Sala 20, Jardim Morumbi, Paranavaí - PR | CEP: 87.703-000 Telefone: (44) 3424.0100 | E-mail: [cep@unespar.edu.br](mailto:cep@unespar.edu.br)

**a) TERMO 1**

Eu \_\_\_\_\_ (nome por extenso do sujeito de pesquisa), declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Márcia Marlene Stentzler.

Paranavaí, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica

**b) TERMO 2**

Eu Edna Mara Rosa dos Santos Cruz, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

Paranavaí, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

  
\_\_\_\_\_  
Edna Mara Rosa dos Santos Cruz Pessoa

### Apêndice 3

Quadro 8 - 1º Livro Ata dos Exames de Admissão de 1954 a 1961 (1º época)

<b>Livro Ata dos Exames de Admissão 1954 a 1961 - 50 páginas</b>	<b>Ano e Presidente da Comissão Examinadora</b>	<b>Data</b>	<b>Total de candidatos Inscritos</b>
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1954 João Albino Werlang	13, 14 e 15 de dezembro de 1954	109
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época <sup>33</sup> de 1954 João Albino Werlang	17, 18, 19 e 20 de março de 1955	60
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1955 João Altino Werlang	1, 2, 3, 5 e 6 de dezembro de 1955	143
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1955 João Altino Werlang	25, 27, 28 e 29 de fevereiro de 1956	132
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1956 Doralice Ferreira Martins Leal	3, 4, 5, 6 e 7 de dezembro de 1956	153
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1956 Doralice Ferreira Martins Leal	25, 26, 27 e 28 de fevereiro de 1957	81
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1957 Maria José Sordo Palo	10, 11, 12, 13 e 14 de dezembro de 1957	208
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1957 Darci Galvão Neves	10, 11, 12, 13 e 14 de fevereiro de 1958	131
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1958 João Rodrigues de Oliveira	1, 2, 3, 4, e 5 de dezembro de 1958	165
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1958 João Rodrigues de Oliveira	16, 17, 18, 19 e 20 de fevereiro	157

<sup>33</sup>O termo 2º época aqui, não se entende apenas no que se trata de inscritos que reprovados na 1º época (1º fase do exame). Nas atas de Exame analisadas nem sempre os inscritos se inscreveram ou participaram do exame realizado na 1º época. Não foi possível durante a pesquisa encontrar alguém que esclarecesse esta questão.

Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1959 João Rodrigues de Oliveira	2, 3, 4, e 4 de dezembro de 1959	232
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1959 João Rodrigues de Oliveira	22, 23, e 24 de fevereiro 1960	133
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1960 Antônio Oinegue Gomes Pereira	12, 13, 14 e 15 de dezembro de 1960	188
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1960 Pedro Real	20 a 25 de fevereiro de 1961	198
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1961 Pedro Real	14 a 18 de dezembro de 1961	262
			2352

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 9 - 2º Livro Ata dos Exames de Admissão de 1961 (2º época) a 1967 (2º época)

<b>Livro Atas dos Exames de Admissão 1961 a 1967 100 páginas, utilizado até a página 71<sup>34</sup></b>	<b>Ano e Presidente da Comissão Examinadora</b>	<b>Data</b>	<b>Total de candidatos Inscritos</b>
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1961 Pedro Real	16,17,18,19 e 20 de dezembro de 1962	233
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1962 Pedro Real	10,11,12 e 13 de fevereiro de 1963	336
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1962 Pedro Real	18, 20, 21 e 22 de fevereiro de 1963	154
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1963 João Albino Werlang	16,17,18 e 19 de dezembro de 1963	298
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1963 Benjamin Antônio Joham	20, 21, 22 e 24 de fevereiro de 1964	262

<sup>34</sup> Dos três livros de contendo Atas de Admissão, apenas o 2º Livro com registros dos exames realizados em 2º época de 1961, possui abertura feira por Ismael Gripp, Inspetor Federal. (PARANAVAÍ, 1967).

Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1964 Benjamin Antônio Joham	15,16,17 e 18 de dezembro de 1964	452
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1964 Alcides Correia	18,19, 20 e 22 de fevereiro de 1965	378
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1965 Alcides Correia	21,22 e 23 de dezembro de 1965	515
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1965 Alcides Correia	22, 23 e 24 de fevereiro de 1966	373
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1966 Atílio João Andriolli	10,12 e 13 de dezembro de 1966	467
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1966 Atílio João Andriolli	09, 10, e 11 de fevereiro de 1967	325
			3793

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 10 - 3º Livro Ata dos Exames de Admissão de 1967 (2º época) a 1971**

<b>Livro Ata dos Exames de Admissão 1967 a 1971 100 páginas -sem abertura - utilizado até a página 78.</b>	<b>Ano e Presidente da Comissão Examinadora</b>	<b>Data</b>	<b>Total de candidatos Inscritos</b>
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1967 Sílvia Ribeiro Guimarães	11,12, e 13 de dezembro de 1967	528
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1967 Sílvia Ribeiro Guimarães	05, 06 e 07 de fevereiro 1968	332
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1968 Ângelo Sebastião de Andrade	16,17,18 de dezembro de 1968	547
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1968 Ângelo Sebastião de Andrade	13,14 e 15 de fevereiro de 1969	271
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1969 Ângelo Sebastião de	10, 11 e 12 de dezembro de	612

	Andrade	1969	
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1969 Ângelo Sebastião de Andrade	fevereiro de 1970	246
Ata Geral de Exames de Admissão	1º época de 1970 Ângelo Sebastião de Andrade	09,10 e 11 de dezembro de 1970	609
Ata Geral de Exames de Admissão	2º época de 1970 Ângelo Sebastião de Andrade	08, 09 e 10 de fevereiro de 1971	274
			3419

Fonte: Elaborado pela autora.

**Apêndice 4**

Quadro 11 - Relação de Diretores do Colégio Estadual de Paranavaí – EFMNP – 1955 - 1988

Diretores - Designados	
1955 - 1956	João Albino Werlang
1957	Lauro Ramos
1958 - 1959	João Rodrigues de Oliveira
1960	Antonio Oinegue Gomes Pereira
1961	Pedro Real
1962	Benjamim Antonio Johann
1963	João Albino Werlang
1964 - 1965	Benjamim Antonio Johann
1966	Attilio João Andriolli
1967	Sílvia Ribeiro Guimarães
1968 - 1970	Ângelo Sebastião Andrade
1971 - 1973	João Borba de Camargo
1974	Emílio Eugênio Niece
1975 - 1976	Ângelo Sebastião Andrade
1977	Delcira Pereira Garrido
1978	Benjamim Antonio Johann
Diretores Eleitos – Votação Direta	
1979 - 1982	Emílio Eugênio Niece
1983 - 1984	Vicente Messias Evangelista
1985 - 1987	Rafael Barbosa Evangelista
1988 - 1994	Saul Bogoni